

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

VALDEMIR LUÍS DOS SANTOS HOFFMANN

**A MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO NO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA REGIÃO DO PLANALTO
CATARINENSE**

Lages

2024

VALDEMIR LUÍS DOS SANTOS HOFFMANN

**A MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO NO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA REGIÃO DO PLANALTO
CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para o Exame de Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Processos Socioculturais em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Josilaine Antunes Pereira

Lages

2024

Ficha Catalográfica

H698m

Hoffmann, Valdemir Luís dos Santos

A memória da Guerra do Contestado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região do Planalto Catarinense / Valdemir Luis dos Santos Hoffmann ; orientadora Profa. Dra. Josilaine Antunes Pereira. – 2024.

112 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Planalto Catarinense. Lages, SC, 2024.

1. Guerra do Contestado. 2. Memória. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 4. História oral. I. Pereira, Josilaine Antunes (orientadora). II. Universidade do Planalto Catarinense. III. Título.

CDD 370

Catálogo na fonte – Biblioteca Central

Valdemir Luis dos Santos Hoffmann

**A MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO NO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA REGIÃO DO PLANALTO
CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Políticas e Fundamentos da Educação.

Lages, 26 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Josilaine Antunes Pereira
Orientadora e Presidente da Banca - PPGE/UNIPLAC



Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva
Examinador Externo - PPGE/UFPE
Participação Não Presencial - Res. nº 432/2020



Prof. Dr. Rafael Araldi Vaz
Examinador Interno - PPGE/UNIPLAC

*Ao MST do planalto catarinense, originários do Contestado,
resistentes, sonhadores, resilientes ativos e
organizados na luta por reconhecimentos.*

AGRADECIMENTOS

Com certeza a parte mais difícil desta dissertação é esta, escrever os agradecimentos, pois o maior responsável por este tema, e que levantou a problemática da possibilidade de memória do Contestado dentro dos movimentos sociais foi ele, o professor Doutor Geraldo Augusto Locks, e é a este, *in memoriam*, que devo agradecer primeiro, e por ser sim, o mais importante deste processo. Sem o professor Geraldo este trabalho não teria nascido, a ausência dele, na forma de matéria, com certeza ocasiona lacunas que talvez nunca sejam preenchidas. O objeto de pesquisa aqui se confunde com a própria pessoa do professor Geraldo, isto era perceptível quando diversas porteiras e portas se abriram nos assentamentos e nas casas do MST pelo simples pronunciar de seu nome. Tratava-se de uma pessoa ativa e participante dos movimentos sociais, lógico que não poderia ser diferente, era característica dele ter humanidade, solidariedade e fraternidade com todos, sempre estando do lado e lutando em prol dos excluídos, oprimidos e vítimas desse sistema excludente chamado capitalismo, era não só um antropólogo que buscava entender a sociedade, além disso, buscava transformá-la. Seu legado permanecerá!

Agradeço imensamente a professora Dra. Josilaine (professora Jô) por ter aceitado a missão de orientar e dar continuidade a pesquisa iniciada com o professor Geraldo, este foi seu companheiro de profissão e de vida, tomo a liberdade de agradecer pela adoção de seus orientandos.

Agradeço aos companheiros Rafael Tizzato e Karla Renata da Rosa pela amizade que construímos no percurso do mestrado e pelos momentos de alegria e alívio de nossas tristezas também, somos os últimos orientandos remanescentes do professor Geraldo e tal peça do destino fez com que nos uníssemos ainda mais, os debates sobre os textos, sobre nossos temas de pesquisa, as longas conversas e os trabalhos que desenvolvemos em equipe com a professora Jô serviram, além de tudo, de alento.

Presto agradecimentos também a todos os estudiosos do GEDETER, meu primeiro grande grupo de pesquisa e no qual pretendo permanecer.

Aos amigos José Antônio, camarada de longuíssima data, e a sua companheira Jennifer Lima. Foi por insistência deles que no final de 2021 escrevi o memorial descritivo e pretensão de pesquisa que abriu as portas do mestrado.

Agradeço a todo o corpo docente do PPGE, em especial ao meu avaliador interno o professor Rafael Araldi Vaz e suas valiosas e fundamentais contribuições na banca de qualificação e defesa. O mesmo vale e se estende para o avaliador externo professor André Gustavo Ferreira da Silva da UFPE. As contribuições de ambos foram imprescindíveis.

A Irdes Guadagnin, irmã franciscana, serei sempre grato de coração. Líder do Movimento da Mulheres Camponesas (MMC), seu nome também ecoa dentro dos assentamentos do MST.

Trata-se de uma militante incansável desde as primeiras formações dos movimentos sociais do campo, no início da década de 1980, neste extremo sul do Brasil.

Ao meu amigo Pedro estendo o agradecimento por ter proporcionado as vivências dentro do Centro de Direitos Humanos e Cidadania Irmã Jandira Bettoni. Conheci muito dos, e sobre os, Movimentos Sociais neste local.

Agradeço ao vereador e assessor parlamentar Manoel Tiago Antunes, por estar sempre disposto a ajudar, pela rapidez com que sempre me atendeu e disponibilizou documentos e informações, principalmente sobre o assentamento Filhos do Contestado de São Cristóvão do Sul – SC.

A todos os assentados do MST, aos quais devo muito pelo aprendizado que tive ao longo da pesquisa, principalmente ao Vilson Santin e sua companheira Jô Marins, que em uma das várias ocasiões, abaixo de chuva em uma ação solidária dentro do assentamento Filhos do Contestado me mostraram na prática o significado das palavras solidariedade, luta e esperança.

Não devo jamais esquecer a confiança que me foi dada por Gustavo Paniz e Fabíola Rubas, quando sem pensar duas vezes disponibilizaram material de áudio e vídeo que ainda nem tinham ido à divulgação por serem parte de projetos artísticos futuros e passaram a integrar esta dissertação. A estes, ao seu Giroto e aos assentados do 1º de Maio, em Curitiba, agradeço demais pela hospitalidade com que fui recebido, primeiramente foram 3 dias de aprendizado na oficina sobre construção de pau a pique, ali aprendi demais sobre a união, o acolhimento, a altivez e a arte do convívio em grupos e a força do pixurum ou mutirão.

Ao Centro de Estudos Vianei, representado pela Carolina Couto, agradeço pela oportunidade de conhecer, estabelecer vivências, ser acolhido como pesquisador e aprender tanto sobre a agroecologia e as técnicas de construção sustentável. Apesar de não ser objeto desta pesquisa, contribuiu demais para estabelecer contatos com os que vieram a ser os entrevistados e com suas memórias deram estrutura a este trabalho.

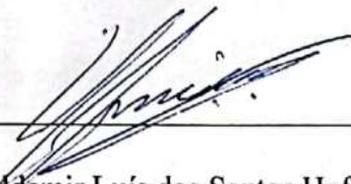
Por último e não menos importante agradeço a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina pelos dois anos de licença concedidos para este estudo, bem como todos os cidadãos e cidadãs deste Estado que com seus impostos contribuíram para tal.

Sou imensamente grato ao apoio financeiro do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU/FUMDES. O referido apoio foi substancial para a realização deste estudo.

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que os dados apresentados nesta versão da Dissertação para o Exame de Defesa de Dissertação são decorrentes de pesquisa própria e de revisão bibliográfica referenciada segundo normas científicas.

Lages, 26 de março de 2024.



Valdemir Luís dos Santos Hoffmann

*Contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres. Não se
deixe cooptar. Não se deixe esmagar. Lutar sempre.*
(Florestan Fernandes)

RESUMO

Esta dissertação possui como tema a Guerra do Contestado e sua memória no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A questão que conduz esta pesquisa, busca responder a seguinte indagação: Existe uma relação presente entre a memória da Guerra do Contestado (1912-1916) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na região do planalto catarinense? Diante disso, o objetivo geral da pesquisa dar-se-á de modo a identificar a memória da Guerra do Contestado, neste movimento social do campo. Teremos como *lócus* pesquisado os assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, localizados no planalto catarinense, Estado de Santa Catarina: assentamento Anita Garibaldi, em Ponte Alta; assentamento Filhos do Contestado, em São Cristóvão do Sul e assentamento 1º de Maio, em Curitiba. O estudo segue uma abordagem qualitativa, que procura evidenciar como o fato foi tratado pela historiografia, destacando a visão política e suas implicações no campo sociocultural. O estudo propõe unir o diálogo do campo teórico, juntamente com as ações coletivas do MST e a memória como instrumento da construção de identidades de atores sociais. É um trabalho que trata da história e, portanto, percebe os indivíduos como sujeitos históricos. A pesquisa de campo teve como estratégia escolhida, para a coleta de dados, a realização de entrevistas através da metodologia da História Oral. O referencial teórico está ancorado nas abordagens acerca da: História do tempo presente e usos do passado; História; Memória e Identidade, bem como o diálogo com a teoria da (des)colonialidade, do colonialismo e do imperialismo; permitiu desvelar a memória do conflito do Contestado na *práxis* dos processos socioculturais presentes no MST. A análise dos dados permitiu as seguintes considerações ao estudo, mostrando que: a) dentro do MST do planalto catarinense, a identidade é uma construção emaranhada de história e memória advindas do Movimento do Contestado, seja no aspecto cultural, político ou social; b) os atores sociais do MST se sentem como continuidade de uma luta por direitos herdadas do Contestado (não só no que diz respeito a questão fundiária) e assim consideram este conflito, de mais de um século, como um patrimônio imaterial de sua história regional e c) o legado da Guerra do Contestado, dentro do MST, pode ser considerado permanência e subsequência de um conflito dos movimentos do campo na região do planalto catarinense.

Palavras-chave: Guerra do Contestado; Memória; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; História Oral.

ABSTRACT

This dissertation's theme is the Contestado War and its memory in the Landless Rural Workers Movement (MST). The question that drives this research seeks to answer the following question: Is there a present relationship between the memory of the Contestado War (1912-1916) and the Landless Rural Workers Movement (MST), in the Santa Catarina plateau region? Given this, the general objective of the research will be to identify the memory of the Contestado War, in this rural social movement. Our research locus will be the settlements of the Landless Rural Workers Movement, located on the Santa Catarina plateau, state of Santa Catarina: Anita Garibaldi settlement, in Ponte Alta; Filhos do Contestado settlement, in São Cristóvão do Sul and 1º de Maio settlement, in Curitibanos. The study follows a qualitative approach, which seeks to highlight how the fact was treated by historiography, highlighting the political vision and its implications in the sociocultural field. The study proposes to unite the dialogue of the theoretical field, together with the collective actions of the MST and memory as an instrument for constructing identities of social actors. It is a work that deals with history and, therefore, perceives individuals as historical subjects. The chosen strategy for field research, for data collection, was conducting interviews using the Oral History methodology. The theoretical framework is anchored in approaches to: History of the present time and uses of the past; History; Memory and Identity, as well as the dialogue with the theory of (de)coloniality, colonialism and imperialism; made it possible to reveal the memory of the Contestado conflict in the praxis of sociocultural processes present in the MST. Data analysis allowed the following considerations for the study, showing that: a) within the MST of the Santa Catarina plateau, identity is a tangled construction of history and memory arising from the Contestado Movement, whether in the cultural, political or social aspect; b) the social actors of the MST feel that they are continuing a struggle for rights inherited from the Contestado (not only with regard to the land issue) and thus consider this conflict, which has lasted more than a century, as an intangible heritage of their regional history and c) the legacy of the Contestado War, within the MST, can be considered the permanence and subsequence of a conflict between rural movements in the Santa Catarina plateau region.

Keywords: Contestado War; Memory; Landless Rural Workers Movement; Oral History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do planalto catarinense e municípios da pesquisa	24
Figura 2 – Limites entre Paraná e Santa Catarina (1865-1916)	37
Figura 3 – João Maria de Jesus	40
Figura 4 – Lugar de devoção ao monge e objetos encontrados na colocação da cruz	41
Figura 5 – Trajeto da linha férrea em Santa Catarina.....	44
Figura 6 – Ação da Brazil Railway Company.....	45
Figura 7 – Convite da apresentação cultural	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Seleção das dissertações: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	31
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DOU	Diário Oficial da União
EFSPRG	Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande
GIMC	Grupo de Investigação Sobre O Movimento do Contestado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGH/UPF	Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo
PR	Paraná
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CONTEXTUALIZANDO O LÓCUS DA PESQUISA	23
2.1	OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E FORMAÇÃO DO <i>ETHOS</i> PLANALTENSE	23
2.2	UMA PRIMEIRA INVESTIGAÇÃO – O ESTADO DA ARTE	30
3	RECONHECIMENTO DO CAMINHO	35
3.1	CONTEXTUALIZANDO A GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916)	35
3.1.1	A questão de limites entre Paraná e Santa Catarina.....	36
3.1.2	A religiosidade popular e a estratificação social	38
3.1.3	A <i>Brazil Railway Company</i> e a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande – EFSPRG.....	44
3.2	HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE	49
4	A LUTA CONSTANTE PELO DIREITO À TERRA	60
4.1	(DES)COLONIALIDADE, COLONIALISMO E IMPERIALISMO PRESENTES NA GUERRA DO CONTESTADO: DESCONSTRUÇÃO E RESISTÊNCIA ...	61
4.2	A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) EM SANTA CATARINA: ADENTRANDO O LÓCUS PESQUISADO	67
5	MEMÓRIAS PASSADAS, REMINISCÊNCIAS PRESENTES	74
5.1	A MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO NO MST: TEMPO PRESENTE E USOS DO PASSADO.....	74
5.2	O MST E A LUTA PERMANENTE NAS TERRAS DO PLANALTO CATARINENSE: ALTIVEZ E NEGAÇÃO.....	83
6	CONSIDERAÇÕES QUE NÃO FINDAM, MOSTRAM CAMINHO	92
	REFERÊNCIAS	96
	ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	105
	ANEXO B – SÍNTESE DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS	107
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	108
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	110

1 INTRODUÇÃO

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino [...]. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Freire, 1996, p. 32).

A História do Brasil consiste em um enredo de disputas por suas riquezas, desde a tomada de posse do território pelos portugueses no século XVI. A terra foi um, senão o maior, dos bens disputados, pois nada se explora, nada se produz e nada se constrói sem o domínio deste bem. Foi um choque de culturas, costumes, crenças e modos de ver o mundo. Os povos originários do Brasil, que sempre tiveram a terra como um bem coletivo e que viam em metais e pedras preciosas nada além de objetos de adorno e prática de suas crenças, foram forçados a entrar em uma luta incessante por uma parte, uma reserva, um pedaço de chão que lhe provesse a sobrevivência e estivesse, ao mesmo tempo, longe do sistema que de ora em diante passaria a intervir na infinidade de relações que permeiam o ambiente e o ser humano. Era o capitalismo transpondo o Atlântico e, ao seu modo, adentrando no que viria a ser a América.

Guerras, epidemias, escravidão e espezinhamentos de todo tipo marcariam a prevalência desse sistema. Afinal, tanto o período colonial brasileiro, quanto no período em que o Brasil já era independente de Portugal, o país sempre esteve integrado na economia global capitalista, com as exportações e comércio internacional gerando lucros aos colonizadores europeus e a elite que veio a se formar após a Independência, respectivamente. Em resumo, desde a chegada dos portugueses em 1500, o Brasil passou por períodos de colonização, exploração econômica intensiva, lutas por independência, abolição da escravidão e Proclamação da República. Todos esses fatos vão se entrelaçar e formar um legado duradouro na sociedade brasileira que continuam a influenciar o país até os dias de hoje.

Nos anos iniciais do século XX, o Brasil viveria outro fato que compõe as páginas de sua permanente história de luta dos povos: dois Estados do sul do país presenciariam a Guerra do Contestado. Trata-se de um acontecimento complexo não só pelos episódios acontecidos no período do conflito, como também pelos desdobramentos históricos que vêm a conformar o que hoje se denomina território do Contestado (Casara, 2021).

A Guerra do Contestado, conflito ocorrido entre 1912 e 1916, nos interiores dos Estados de Santa Catarina e Paraná, é mais um dos conflitos que deixaram marcas. Caboclos e caboclas

tiveram as terras expropriadas como resultado do avanço do capital estrangeiro sobre suas posses. Na época, a República recém proclamada não entende o modo de pensar dos caboclos e suas formas de resistência, dessa forma, não hesita em usar a força militar. Forma-se um misto de guerra e “experiência religiosa, matizada pela passagem dos monges itinerantes, pela região e pelos ensinamentos que deixaram, [...] um modo de vida que alimentou a esperança e a resistência cabocla, incidindo nas tradições religiosas locais atuais” (Casara, 2021, p. 14). O reagrupamento de caboclos e caboclas, em cada reduto do território contestado, era resultado não somente da fé nas falas lembradas dos monges, mas um símbolo da resistência e imaginário de um mundo possível para um grupo de humanos expropriados da terra. Expropriação esta, que ainda é uma marca de um Brasil contemporâneo, a reverberação de um passado que não se apaga, pelo contrário, acende e se reveste mostrando seus reflexos.

A Guerra do Contestado não é assunto inédito nas pesquisas acadêmicas, porém, diferentes razões justificam pesquisar o tema. A pesquisa desenvolvida, trata-se de mais uma, dentre as dezenas ou centenas de lutas pela terra no Brasil. O autor envolvido neste trabalho tem como formação acadêmica Licenciatura e Bacharelado em História, encontrando neste estudo a possibilidade de explorar determinado campo do conhecimento, no contexto da educação não escolar¹. Nos últimos tempos, a historiografia vem rompendo com a ideia das grandes tendências e exaltação de “heróis” na história. Ginzburg (2006) afirma que no passado havia uma inclinação, por parte de historiadores, em reconhecer somente as “gestas de reis”, porém hoje há maior interesse pelos fatos e atores escondidos nessa história que os predecessores ocultaram.

Juntamente com a história e suas críticas a macro-história, nas últimas décadas, a antropologia vem firmando o seu posicionamento contrário ao etnocentrismo e procurando através do relativismo,² a compreensão das sociedades. A ideia de atraso e progresso, de antigo

¹ A denominação educação não escolar tem o propósito de distinguir esta prática educativa daquela que acontece nos intramuros da escola. Embora, o termo educação não formal venha sendo utilizado para nomear práticas externas do âmbito escolar, entendemos que esta nomeação pode constituir um limitador para a análise das inúmeras experiências de educação fora da escola e sua relação com o complexo contexto atual. Entre os limites destacamos: a educação não escolar constitui um sistema formal mesmo que situada distante do contexto escolar [...]. Um segundo elemento a ser destacado, diz respeito ao expressivo sentido de oposição que pode ser atribuído a práticas de educação não formal como oposição a escolar ao invés da ideia de complementariedade. Por fim, há, ainda, a presença de um imaginário que pouco se sustenta, nos tempos atuais, uma vez que o não formal, de forma geral, está longe de possuir a dimensão política transformadora de outrora (Zucchetti; Moura, 2007, p. 197).

² Na atualidade a antropologia vem discutindo sobre os limites e o conflito entre o projeto relativista da antropologia e o universalismo dos direitos humanos. Para a antropóloga Rita Laura Segato (2006), o relativismo cultural não deixa de ser uma conquista da antropologia presente nas correntes que explicam as variações culturais, porém, entende que este mesmo relativismo encontra seu limite no debate com os direitos humanos e que estes devem ser levados a um movimento de expansão como direitos universais.

e moderno, nada mais são que frutos de um olhar eurocêntrico, ao qual a antropologia e a história fazem as devidas críticas e procuram por uma narrativa envolta em sombras, um relato dos que por diversas razões ainda não foram ouvidos. “Aqueles que escrevem a história, vista de baixo, não apenas proporcionam um campo de trabalho que nos permite conhecer mais sobre o passado: também tornaram claro que grande parte de seus segredos ainda estão encobertos por evidências inexploradas” (Sharpe, 1992, p. 61).

Essa forma de trabalho histórico traz reconhecimento e nos lembra que viemos de algum lugar, faz compreender os ‘por quês?’, e, conseguinte, entender-se fazendo parte de algo. Para Marx (1982), a sociedade é o conjunto de atividades e ações humanas, de tal maneira que existem relações contraditórias dentro de uma mesma sociedade. Procurar perceber essas contradições nos faz verificar como tais atividades explicam as desigualdades e as diferenças, dentro de determinados grupos ou classes, afinal, todos somos engrenagens indissociáveis na máquina social.

Quando falamos em fatos e acontecimentos históricos, por vezes, observamos processos de silenciamentos da história de determinados grupos. Estes acontecem, por um lado, por serem relegados a uma ação de esquecimento finito na linha do tempo ou, por outro lado, por estratégias de manutenção das relações desiguais. Santos (2010) nos lembra que este último processo pode tomar diversas formas de mecanismos, que podem perpassar as formas de imposição econômica, política, cultural etc.

A proposta desta pesquisa se dá justamente pela percepção de que a Guerra do Contestado aparece envolta e fazendo parte de um processo de “silenciamento” (Fraga, 2023), mesmo nas regiões onde o conflito aconteceu com maior intensidade e depois de estudos serem feitos, tanto por parte da academia, quanto parte de outros profissionais escritores, jornalistas, folcloristas etc. No nosso caso, o lócus da pesquisa será parte do planalto catarinense³ ou serra catarinense, espaço limite do conflito em questão.

³ Alguns autores como o professor Nilson Thomé (2002) usam Planalto Catarinense para definir a região, porém usa-se também Região Serrana como terminologia pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para definir a mesorregião compreendida pelas microrregiões dos “Campos de Lages”, que inclui os municípios de Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Celso Ramos, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema; e “Curitibanos”, que é composta pelos municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Curitibanos, Frei Rogério, Monte Carlo, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, Vargem e Zortéa (IBGE, 2021). Nas Palavras de Thomé (2002, p. 24) “Enquadrando a História do Contestado na cronologia da História de Santa Catarina, até romper o século XX, precisamos considerar que, hoje Planalto Catarinense, dentro do campo político administrativo, este Estado somente abrangia os municípios de Lages, Curitibanos e Campos Novos, os quais, neste momento da história, constituem o cenário da presente abordagem”.

No planalto catarinense, testemunha-se celebrações de diversas datas comemorativas: festas realizadas para honrar padroeiros; quermesses; eventos ligados a cultura gaúcha e a Revolta dos Farrapos (1835-1845) - conflito oriundo do Estado vizinho Rio Grande do Sul, que se entendeu à Santa Catarina, inclusive com repercussão na cidade de Lages, na primeira metade do século XIX. Levando este pequeno exemplo em consideração e comparando com o fato da Guerra do Contestado ter ocorrido no território catarinense, percebemos que há um apagamento, inclusive no meio educacional, das lembranças deste conflito que aconteceu nesta terra com repercussão de tamanho comparável e maior em extensão temporal e territorial que a Guerra de Canudos (1896-1897), ocorrida na Bahia alguns anos antes, no início da Primeira República brasileira. Para inicialmente termos ideia das proporções da Guerra do Contestado, podemos ressaltar que o número de mortos, apesar de não haver uma exatidão, seguramente ultrapassou os 10.000 (Machado, 2004). Um número acachapante para qualquer guerra, mesmo nos dias atuais, e mais um motivo para nos perguntarmos sobre certos silenciamentos.

Por várias décadas a história oficial negou a vez e a voz dos herdeiros do Contestado e tudo que chegou até nossos olhos e ouvidos foram interpretações e relatos parciais a respeito do fato. Nas palavras do professor Nilson Cesar Fraga (2023, p. 485):

Sempre me incomodou a versão dos historiadores oficiais – e muitos dos escritores nem eram historiadores de fato –, que contavam a Guerra do Contestado como uma ação de bandidos, facínoras, criminosos e fanatizados do sertão. Havia, naquela literatura, o objetivo de tentar apagar a principal lição cabocla na Guerra do Contestado: a de que os explorados e oprimidos que tiveram suas terras usurpadas pelo capital estrangeiro lutavam por elas, por direito.

Fato é que o caboclo do Contestado foi estigmatizado de forma negativa a partir de algumas versões da história oficial. Percebe-se ainda hoje a aversão de alguns descendentes caboclos em falar sobre o assunto, talvez tomando por verdade a versão de “rebeldes, supersticiosos e fanáticos” cunhada a eles, ou talvez para silenciar um trauma.

Muitos desses descendentes, ou originários do Contestado, para melhor nos dirigirmos a eles, aderiram a luta por reforma agrária, dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sendo assim, imaginamos no princípio da pesquisa, ser este movimento social, um lugar propício as memórias da Guerra do Contestado, especificamente situadas no planalto catarinense.

Certo é que na história presente, os movimentos sociais são cada vez mais colocados em dúvida diante da população, causando certo enfraquecimento na busca por direitos e melhores condições de vida da sociedade civil. Deste modo, a pesquisa tem em vista o fortalecimento do

Estado Democrático de Direito e justifica-se sua inserção à Linha de Pesquisa 2 – Processos Socioculturais em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (PPGE/UNIPLAC). Essa linha de pesquisa investiga elementos teórico-práticos educacionais historicamente situados. Focaliza a educação nos processos socioculturais e políticas públicas em organizações, movimentos sociais e nos contextos educacionais. Constitui-se dos seguintes eixos de pesquisa: Saberes e práticas interdisciplinares; Desenvolvimento territorial; Sustentabilidades; Identidades e diferenças; Tecnologias e inovações educacionais.⁴

A proposta relevante do estudo temático aqui apresentado – A Guerra do Contestado e suas memórias no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – procurou valorizar um objeto de estudo inserido na região do planalto catarinense. Abordar os movimentos sociais populares do campo implica em potencializar a sociedade civil organizada, a participação e a organização popular, o exercício da cidadania e a construção da democracia. Em suma, o trabalho aqui apresentado propôs um diálogo teórico juntamente com as ações coletivas do MST do planalto catarinense e a memória da Guerra do Contestado como instrumento dos discursos de atores sociais.

Para Netto (2011) o objetivo do pesquisador vai além da aparência fenomênica e do empirismo, pode até ser, e é, por onde se inicia o conhecimento e, portanto, é parte de um nível de realidade, algo que não se descarta, porém há uma dinâmica a ser apreendida deste objeto que resultará na essência do mesmo. Ou seja, alcançar a sua essência por meio da decomposição das partes para atingir a compreensão do fenômeno investigado.

Seria um erro apontar como única causa da Guerra do Contestado (1912-1916) a disputa fronteira entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, pelo contrário, vários foram os fatores que levaram ao episódio que se faz parte da história catarinense: fatores de ordem política, social, cultural e religiosa. Certo é que uma guerra de tal magnitude teve como principal desencadeador a luta pela terra e será em parte destas terras a decodificação do objeto de pesquisa aqui proposto.

A questão problematizadora que conduz esta pesquisa tentará responder a seguinte indagação: **Existe uma relação presente entre a memória da Guerra do Contestado (1912-1916) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da Região do Planalto Catarinense?** Nesse contexto, o objetivo geral de pesquisa procurará: **Identificar a memória da Guerra do Contestado, neste movimento social do campo, tendo como lócus pesquisado**

⁴ Disponível em: https://www.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/area. Acesso em: 26 mar. 2023.

o planalto catarinense. “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (Le Goff, 2003, p. 471).

O apoio em referencial teórico de pesquisadores, que já tiveram como seu objeto de estudo questões sobre a Guerra do Contestado, contribuiu com a base inicial desta dissertação. Sendo assim, o primeiro objetivo foi: **Evidenciar como este fato foi tratado pela historiografia, destacando a visão política e suas implicações no campo sociocultural.** A pesquisa científica exige uma organização, uma estruturação, lembrando, porém, que o objeto de pesquisa não é uma mera construção subjetiva e assume criticidade na essência do conhecimento, “o sentimento de realidade é um sentimento subjetivo e afetivo que faz com que tenhamos confiança no mundo tal como vemos” (Fourez, 1995, p. 53).

O trabalho em questão trata de uma pesquisa qualitativa. Para Triviños (2013), o pesquisador que utiliza o enfoque qualitativo, poderá contar com uma liberdade teórico-metodológica para desenvolver seus trabalhos. “[...] Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições da exigência de um trabalho científico [...]” (Triviños, 2013, p. 13).

A pesquisa é de abordagem qualitativa e tratando-se de um trabalho com memórias teve como estratégia escolhida para a coleta de dados em campo a realização de entrevistas através da metodologia da História Oral. Essa estratégia “[...] pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental” (Thompson, 1992, p. 22). Da mesma forma, para Alberti (2004), o entrevistado quando narra suas experiências e percepções transforma o que foi vivenciado em linguagem, porém, não sem selecionar e organizar acontecimentos com determinado sentido.

Nos encontros com os participantes da pesquisa, o diálogo foi realizado com questões orientadoras no intuito de explorar o tema abordado e atermar diálogo entre pesquisador e entrevistada ou entrevistado. Ancoramo-nos nas abordagens teóricas acerca da História do tempo presente, História, memória e identidade, bem como, o diálogo com a teoria da descolonialidade, do colonialismo e do imperialismo. O segundo objetivo específico foi: **Desvelar a memória da Guerra do Contestado na práxis dos processos socioculturais presentes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).** Montenegro (2003) enfatiza que relatos orais de memória, apoiados na história possibilita estudo que leva ao conhecimento de um passado elaborado que perpassa o grupo social do entrevistado.

Cabe ressaltar, que por tratar-se de uma pesquisa que tem por tema a Guerra do Contestado e suas memórias, o roteiro de entrevista foi feito a partir de questões temáticas prévias, no intuito de chegarmos ao objetivo principal do trabalho. Como critério de escolha dos sujeitos, definiu-se que esses deveriam ser assentados do MST. O *lócus* onde ocorreram as entrevistas abrangeu o município de Ponte Alta, assentamento Anita Garibaldi; São Cristóvão do Sul, assentamento Filhos do Contestado; e em Curitiba, assentamento 1º de Maio. Todos situados no planalto catarinense e dentro de parte do território da Guerra ocorrida no início do século XX⁵.

Foram entrevistadas 10 pessoas, 6 mulheres e 4 homens, com idades que variam entre 34 e 67 anos⁶. Para execução da pesquisa, consideramos todos os aspectos éticos e as atividades realizadas tiveram planejamento prévio. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) e seguiu os pressupostos previstos na Resolução n. 510/2016 do Plenário do Conselho Nacional de Saúde. O deferimento por parte do CEP ocorreu no dia 09 de outubro de 2023 sob o número do Parecer: 6.416.336.

As entrevistas foram gravadas entre outubro e dezembro de 2023 e todas as pessoas entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deixava claro ao participante que a entrevista seria concedida de forma livre e espontânea, com a prévia permissão do entrevistado(a) e que sua identidade seria preservada com a adoção de nomes fictícios na dissertação. As nomeações fictícias dos sujeitos da pesquisa correspondem a antigos nomes dados aos redutos da Guerra do Contestado.

O tempo de duração das entrevistas obedeceu às questões orientadoras, a disponibilidade e a espontaneidade da fala dos participantes. Todos os encontros foram transcritos fazendo um levantamento das narrativas sobre o entendimento e as reflexões a respeito da Guerra do Contestado: *O que ouviram falar da Guerra? O que os seus antepassados contavam? Quais permanências e rupturas podemos constatar na memória do MST do Planalto Catarinense? E de que maneira este passado explica algo presente em suas vidas hoje?!* Parafraseando Thompson (1992, p. 337), “a história oral devolve a história às pessoas em suas

⁵ Estes assentamentos do planalto catarinense fazem parte dos últimos a se consolidarem na região através das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), isto já no final do século XX e início do XXI. Nas outras regiões do Estado de Santa Catarina, as atuações do MST e a conquista por reforma agrária, já se deu no início da década de 1980, mesmo período de nascimento deste movimento do campo.

⁶ Nos anexos disponibilizamos um quadro com a síntese do perfil dos entrevistados e das entrevistadas.

próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também, a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”.

Ao fazer as transcrições das entrevistas atingimos o terceiro objetivo específico da pesquisa: **Analisar o legado e a continuidade de memória da Guerra do Contestado por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Planalto Catarinense, enquanto permanência e subsequência de um conflito dos movimentos do campo na região do planalto catarinense.**

Ainda no trabalho de transcrição, procuramos fazer uma mediação entre a fala coloquial com a gramática formal da língua portuguesa. A intenção foi de não maximizar preconceitos linguísticos, bem como também entender que os modos como os indivíduos se expressam são herança de uma formação histórica, étnica e regional somada as formas de acesso da educação formal. Portanto, algumas alterações na forma de escrita das transcrições das falas dos sujeitos não alteram a fluidez e a estrutura das narrativas.

A dissertação está organizada em 5 seções: a primeira é composta pela apresentação introdutória da pesquisa, descrevendo a questão problematizadora, os objetivos, a relevância de tal pesquisa e as seções que compõe essa investigação.

Na segunda seção, mostramos os caminhos escolhidos para a construção do estudo: a contextualização do lócus e como se constituiu a sociedade do planalto catarinense a partir de sua formação histórica. Trazemos, ainda, um levantamento através do Estado da Arte, de obras que já tiveram foco semelhante de investigação e a possibilidade de virem a contribuir com o desenvolvimento da dissertação.

Na terceira seção, fizemos uma contextualização sobre a Guerra do Contestado, tratando o fato, principalmente, como uma luta pela terra, além de apresentar outros motivos que desencadearam o conflito. Procuramos conceituar história e memória: a primeira enquanto ciência que procura compreender e interpretar eventos, processos e experiências ocorridos ao longo do tempo. E a segunda, como uma seleção, interpretação e reconstrução do passado, influenciado por fatores individuais, sociais e culturais como elementos estruturantes de identidades. Os relatos orais passam a partir desta seção a figurar e contribuir no entendimento e análise de nosso objeto de pesquisa e estudo.

Na quarta seção, foram abordados aspectos do Colonialismo e do Imperialismo que, anterior, durante e após a Guerra do Contestado, forjaram a história dos povos que habitaram e habitam estas terras. Tratamos a partir de uma epistemologia decolonial o *ethos* dos antepassados que se fizeram presentes quando ocorreu a ocupação do território. Além disso,

procuramos traçar um breve histórico sobre a formação e o protagonismo do MST em Santa Catarina, este em consonância com o fato passado, as memórias e a luta pelo direito à terra.

Na quinta seção, elencamos o papel da História no que chamamos hoje de “tempo presente e usos do passado”. Analisamos a construção de memória do movimento do Contestado dentro do MST e como a percepção das lembranças passadas, ressignificam o presente. Trouxemos relatos orais de pessoas que habitam o mais recente assentamento do planalto catarinense e narram sua chegada até o local. Documentos oficiais escritos – tais como decreto e portaria – e atividades artísticas culturais, incluindo música e poesia, mostram as vivências de assentados abrangendo todo o lócus pesquisado e complementando a seção.

Finalizamos com as considerações finais, lembrando sempre que o término da dissertação nunca encerra por completo o objetivo e objeto pesquisado, mesmo as questões respondidas, ou não, podem ser o ponto de partida para futuras indagações e investigações acerca do tema.

2 CONTEXTUALIZANDO O LÓCUS DA PESQUISA

Vocês devem ensinar as suas crianças que o solo a seus pés é cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas de nosso povo. Ensinem as suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe. Tudo que acontecer a terra, acontecerá aos filhos da Terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspiendo em si mesmos.

(Trecho da Carta do chefe indígena Seattle ao presidente dos EUA em 1850).

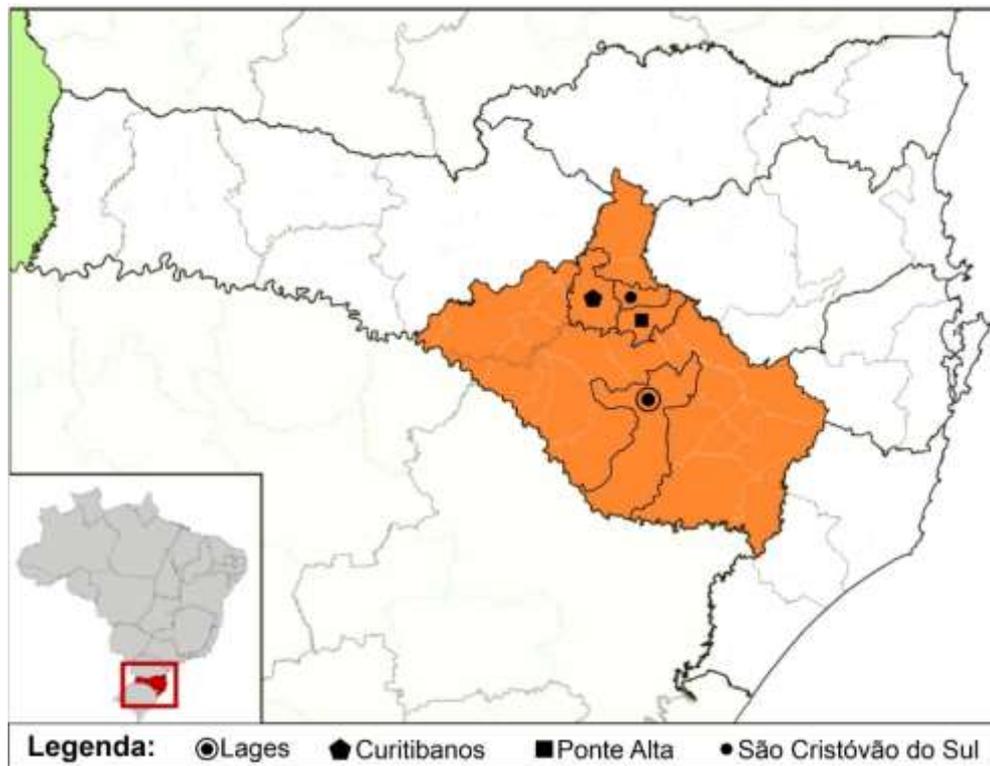
Esta seção tem como objetivo evidenciar os caminhos escolhidos para a construção do estudo: a contextualização do lócus e como se constituiu a sociedade do planalto catarinense a partir de sua formação histórica. Na sequência, trazemos um levantamento, através do Estado da Arte, de obras correlatas de investigação e a possibilidade de virem a contribuir com o desenvolvimento da dissertação.

2.1 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E FORMAÇÃO DO *ETHOS*⁷ PLANALTENSE

O local da pesquisa abrange a região definida por alguns autores como planalto catarinense do Estado de Santa Catarina. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) define a Região Serrana como a mesorregião formada por duas microrregiões: a microrregião dos “Campos de Lages” e a microrregião de “Curitibanos”. Esta região foi palco no início do século XX (1912-1916) da Guerra do Contestado, é esta região nosso lócus de investigação.

⁷ Palavra de etimologia grega. Usada para definir características comuns a um grupo de indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade. Fonte: <https://www.dicio.com.br/ethos/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Figura 1 – Localização do planalto catarinense e municípios da pesquisa



Fonte: IBGE (2023).

No primeiro momento, os indígenas Xokleng/Laklãnõ, Kaingang e Guarani foram os ocupantes do planalto catarinense. Sua ocupação remonta um período muito anterior à presença dos colonizadores europeus e a presença de quaisquer outras formas de imigrações na região. A fartura de alimentos conseguidos através da colheita do pinhão, das frutas típicas da mata, como o araçá, a guabiroba, a goiaba, butiá etc., somando-se à caça de animais, propiciou a sobrevivência desses grupos humanos. “Estas etnias preconizaram a história do povo indígena na Serra Catarinense, deixaram rastros culturais provenientes da riqueza humana e artística representada por estes povos” (Andrade; Rosa, 2018, p. 26).

Verdade incontestável é que os povos originários foram terrivelmente encurralados, perseguidos, aprisionados ao quase ponto de extinção. Espezinhados em seu próprio território, indígenas conheceram a fúria do colonizador, tanto do Brasil colônia, quanto do Brasil já independente, e que, ainda assim, permanecia com o não reconhecimento do indígena como sendo parte de seu povo. Haja vista que a atividade de bugreiro, que nada mais era que um caçador/matador de indígenas a serviço do governo em troca de recompensa, foi prática fortemente presente até a primeira metade do século XX nas terras sul brasileiras (Santos, 1997; 2003).

Outras razões para a ocupação do planalto catarinense, foram de ordem estratégica-militar. Ainda no Brasil colônia, sua metrópole, Portugal, temia pelas questões de limites fronteiriços em disputa com a Espanha. O conhecido Tratado de Tordesilhas, assinado pelas potências Portugal e Espanha, em 1494, seria somente o primeiro de vários que visavam estabelecer fronteiras nas terras ocupadas por essas nações. Licurgo Costa (2021, p. 78) destaca na obra “O Continente das Lagens: sua História e Influência no Sertão da Terra Firme”:

Foram correndo os anos e Tordesilhas, embora praticamente marginalizado, serviu, de certo modo, como um ponto de referência para as duas potências coloniais nas frequentes oscilações de suas fronteiras americanas. E a verdade é que, com a consolidação territorial do Brasil, ficou bem claro que Portugal, mais uma vez, venceu pela tenacidade. Depois de assinar sete tratados de limites⁸ com a Espanha, o governo de Lisboa tinha, pelo menos, duplicado o território inicialmente delimitado pela linha de Tordesilhas.

Portanto, o hoje conhecido município de Lages, cidade referência do planalto catarinense, teve suas bases ancoradas pelo intuito de prevenção à preservação do território português, foi sentinela de um posto avançado da fronteira que assegurava os interesses lusitanos.

⁸ Os tratados assinados, após o Tratado de Tordesilhas (1494), em 307 anos de discussões entre Portugal e Espanha foram os seguintes:

Tratado de Utrecht de 1713: Em 13 de Março de 1713 é prorrogada, por 4 meses, a trégua entre a Espanha, França e Portugal, assinada em Utrecht. / Em 11 de Abril de 1713 é assinado em Utrecht o Tratado de Paz e Amizade entre D. João V e Luís XIV. A parte francesa viria a ratificar este acordo em 18 de abril e a parte portuguesa em 9 de maio.

Tratado de Utrecht de 1715: Em 6 de Fevereiro de 1715 é assinado em Utrecht o Tratado de Paz e Amizade entre D. João V e Filipe V de Espanha, concedendo a Portugal a restituição da Colônia do Sacramento. A parte espanhola ratificou este acordo em 2 de março e a parte portuguesa em 9 de março.

Tratado de Madrid (1750): redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas: Portugal garantia o controle da maior parte da Bacia Amazônica, enquanto que a Espanha controlava a maior parte da baixa do Prata. Nesse Tratado, o princípio do usucapião (*uti possidetis*), que quer dizer a terra pertence a quem a ocupa, foi levado em consideração pela primeira vez.

Tratado de El Pardo (1761): foi um acordo diplomático assinado em 12 de fevereiro de 1761 pelos governos português e espanhol, no qual foi decidida a anulação do Tratado de Madri de 1750. As causas dessa nova assinatura foram as dificuldades enfrentadas ao longo da década de 1750 para demarcar as possessões portuguesa e espanhola da América do Sul em uma área imensa e inóspita; a chamada guerra Guaranítica, que consistiu na resistência dos indígenas e jesuítas das sete vilas do Missões Orientais do Uruguai para deixar aquele local para que pudesse ser entregue a Portugal; e a morte, produzida dois anos antes, do rei espanhol Fernando VI, com a ascensão ao trono de Carlos III, que decidiu a revisão geral dos acordos feitos com os portugueses.

Tratado de Paris (1763): O Tratado de Paris foi assinado em 1763, com o objetivo de encerrar a Guerra dos Sete Anos. Foram signatários a Grã-Bretanha, França, Portugal e Espanha. Pelo tratado, Portugal, que lutou ao lado da Grã-Bretanha, manteve a colônia de Sacramento.

Tratado de Santo Idelfonso (1777): confirmou o Tratado de Madri e devolveu a Portugal a ilha de Santa Catarina, ficando com a Espanha a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos.

Tratado de Badajoz (1801): entre Portugal e Espanha, incorporou definitivamente os Sete Povos das Missões ao Brasil. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/territorio-legalizado-os-tratados.html>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

Lages foi uma das cidades do período colonial brasileiro, com fundação planejada e cuja construção obedeceu a um objetivo claro: o de colocar em boa posição estratégica um núcleo de população que, além de marcar a ocupação portuguesa, constituísse, quando necessário, um ponto de dissuasão ou de resistência a uma possível tentativa castelhana de invasão do território que Lisboa considerava, com poderosas razões, de sua propriedade. E também se fosse o caso, de ponta de lança para desfechar um ataque aos adversários castelhanos (Costa, 2021, p. 74).

Da estratégia de ocupação e povoação, promovida pela Capitania de São Paulo, fazia parte a formação de uma vila e, juntamente com isso, começa a surgir um forte mercado consumidor no Sudeste e Nordeste do Brasil. Havia nestas regiões “grande necessidade de gado de corte e de muares e uma povoação nessa região serviria como ponto de apoio a esse mercado, já que se localizava entre o Rio Grande do Sul – centro produtor – e São Paulo – centro de comercialização e consumo” (Peixer, 2002, p. 41).

Sendo assim, a ocupação das terras que viriam a ser a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens teve como bases, além do fator estratégico militar já mencionado, também o comércio. Incumbido da missão de povoamento no século XVIII, em 22/11/1766, se instala na região Antonio Correia Pinto, nomeado Capitão-Mor⁹ pelo Morgado de Matheus (Peixer, 2002). Ali seria o embrião do que viria ser Lages.

Em contradição com o monumento¹⁰ que se vê na praça da Bandeira, na Lages atual, Correa Pinto não era um desbravador que chegou a esta terra em completo desconhecimento do território, não se tratava de um bandeirante de espírito aventureiro que adentrou o sertão à própria sorte em busca de riquezas.

Com a incumbência de formar uma vila nessa região, o Capitão Mor Antonio Correa Pinto se dirige para os “Campos das Lagens” em meados de agosto de 1766, acompanhado de sua família, empregados, escravos e, aproximadamente, oito a nove famílias. Essa região não era desconhecida de Correa Pinto, ao contrário, ele possuía um bom conhecimento desses sertões, pois já tinha sido tropeiro nessa região onde possuía duas fazendas (Peixer, 2002, p. 41).

⁹ Pela lei, o Capitão-mor, nomeado pelo governador e capitão general da capitania, tinha a incumbência, quase específica, de descobrir e explorar novas terras, fixar-lhes os confrontos, fundar vilas, cidades, póvoas, ou freguesias, comandar as tropas que os acompanhassem para o desempenho das suas funções e administrar os povos e freguesias, que fundasse, até sua elevação à categoria de vila (Costa, 2021, p. 109).

¹⁰ O monumento foi esculpido pelo lageano Agostinho Malinverni Filho. A estátua, com três metros de altura e fundida em bronze, pesa quinhentos quilos. O pedestal é um bloco de pedra bruta, simbolizando o planalto selvagem. A estátua foi esculpida com traje característico do bandeirante. Fonte: <http://www.portallageano.com.br/pontos-turisticos/24/monumento-correia-pinto>. Acesso: 05 de maio de 2023.

Seja na categoria de vila ou após sua elevação à cidade¹¹, Lages sempre esteve ligada a grande propriedade rural e a concentração destas terras em poucas mãos (Peixer, 2002). Sua atividade principal provinha do fato de estar geograficamente no meio do trajeto Viamão - São Paulo. “Seu orçamento de receita era modestíssimo e provinha dos tributos cobrados por tropas de mulas, cavalos e, mais raramente, gado bovino que vinham do Sul e se dirigiam a Sorocaba” (Costa, 2021, p. 122).

As grandes fazendas foram os fios condutores que levaram a cidade a desenvolver uma economia baseada na produção extensiva agropecuária. Diante disto e se coadunando com o momento histórico da primeira metade do século XX, “a figura do ‘coronel’ foi central na vida política e social da região” (Peixer, 2002, p. 52).

Para Munarin (1990) a região do planalto catarinense, por muito tempo, foi marcada por relações antagônicas: de um lado os coronéis, proprietários de terras, representantes e executores do poder local; do outro lado, os peões, caboclos que nada possuíam a não ser a sua força de trabalho, os verdadeiros responsáveis pela manutenção da propriedade rural e de todos os afazeres que se possa imaginar.

Uma boa parte dessa mão de obra do campo residia nas terras em que trabalhavam, plantavam suas lavouras para subsistência e criavam animais para este mesmo fim, porém, sempre tendo como prioridade a manutenção dos ganhos econômicos do patrão, nunca o contrário, pois a parte da subsistência empreendida pelo peão e sua família era somente uma concessão que o dono das terras dava para eles. Não raro era o peão assegurar não somente a sua subsistência, mas também parte da alimentação da família do patrão.

Na obra da professora Zilma Isabel Peixer (2002, p. 53) consta o relato de uma de suas entrevistadas, que ilustra muito bem a relação de dominação social presentes na região:

[...] os fazendeiros, eles eram muito bom para gente fazer serviço para eles. Porque nós semos pobre? Nós trabalhamos uma vida inteira e não temos nada, porque os fazendeiros não pagavam. Pois nem a casa que nós tivemos. Onze anos (de trabalho e) ganhamos um lotinho só ali, porque era bem baratinho, mais não ganhamos nada. Nós não tinha nada, nós lá tinha que trabalhar para comer, nós tinha uma roça grande, então ali a gente plantava, e quando colhia a planta, tinha que pagar ainda, o arrendo da terra, porque o terreno dele não tinha nada que prestasse. Nós arrendava terra de outro, pagava o arrendo da terra, tinha que tirar da planta, porque dinheiro nós não tinha não é, nem as criaçãozinha que nós tinha, fiquemos sem nada, fiquemos sem. Não tinha nem uma vaca de leite, não tinha, quando viemos de lá, nós tinha cada um de nós tinha um animal de arreo, aí vendemos os animais encilhados para nós podê fazer a mudança... [senhora, 94 anos. Entrevista realizada em 1996].

¹¹ Por decreto nº500, de 26 de maio de 1860, o governo provincial, levando em conta seu grande desenvolvimento, elevou a vila de Lages a categoria de cidade. Teria o município então 10.000 habitantes (Costa, 2021, p. 246).

Sem a proteção do Estado e sem possibilidade alguma de enfrentamento dessas condições sociais, famílias de peões se viam à mercê da vontade e da autoridade dos proprietários de terra. Era um ciclo de exploração que se repetia geração após geração. Foi uma relação que perdurou durante todo o período conhecido como República Velha ou Primeira República (1889-1930), se fortalecendo com os motivos que ocasionaram a Guerra do Contestado, iniciada em 1912, e foi além, estendendo valores e refletindo práticas que chegam aos dias atuais.

Locais como, Coxilha Rica¹² conservam, no presente, através de uma pecuária extensiva, não só a concentração de terras, mas também, algumas semelhanças com o início do século XX, como por exemplo a prática de manter agregados para o cuidado e manutenção da propriedade sem contrato que possa justificar o vínculo empregatício deste trabalhador.

O planalto catarinense ainda viveria um último ciclo de exploração em larga escala. Através da derrubada de grandes matas de araucária “a década de cinquenta teve, pela importância dos acontecimentos, o poder de despertar a cidade [de Lages] e de gerar transformações ponderáveis no setor socioeconômico” (Martendal, 1980, p. 41).

Ainda segundo Martendal (1980, p. 41):

No primeiro quartel deste século, os pinhais situados no vale do Rio do Peixe¹³, por uma estranha concessão governamental, já haviam sido explorados por uma firma inglesa¹⁴. No entanto, somente umas épocas depois, e por motivos compreensíveis¹⁵, os pinhais da região serrana atraíram a atenção.

A repercussão dessa nova modalidade de exploração do ambiente natural se fez sentir no meio econômico e urbanístico. Pois a região que, até então, tinha sido marcada pela atividade pecuária e, conseqüentemente, com uma receita relativamente tímida, fruto da concentração de terras, passaria a ter um comércio mais ativo e uma circulação maior de pessoas no meio urbano. A manutenção mecânica das serrarias, o escoamento da produção, o comércio voltado a

¹² Com seu relevo ondulado, rios, pinheiros, araucárias, campos e cultura preservada, a Coxilha Rica é um lugar situado no Planalto Catarinense. A história e a importância deste pedaço de Santa Catarina podem ser conferidas no filme “*Descaminhos da Coxilha Rica*”, no Cine Catarina da TVAL. Disponível em: https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/sala_imprensa_single/cine-catarina-destaca-o-planalto-catarinense-em-descaminhos-da-coxilha-rica. Acesso: 08 de maio de 2023.

¹³ O rio do Peixe nasce no Planalto Norte do Estado de Santa Catarina, corre na direção norte-sul desembocando no Rio Uruguai. Seu vale era rico em pinhais (Martendal, 1980, p. 41).

¹⁴ Era a companhia inglesa Lumber, já citada neste trabalho, subsidiária da construtora ferroviária Brazil Railway que se encarregaria do corte e beneficiamento da madeira das terras concedidas a 15 quilômetros de cada lado da ferrovia que se estenderia de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

¹⁵ Segundo Martendal (1980) os motivos compreensíveis seriam as aberturas de ferrovias, as possibilidades de mercado e o uso de tecnologias para o corte e beneficiamento da madeira.

abastecer os mais variados produtos para as mais diversas necessidades (Martendal, 1980), tanto das linhas de produção, quanto dos gêneros de subsistência e sobrevivência de uma população que aumentara consideravelmente em relação ao período anterior, era fruto da exploração madeireira.

As décadas que se seguiram, apesar do relativo aumento da circulação de capital e urbana, não significaram uma distribuição de renda e uma equiparação entre classes. No sistema capitalista, a classe trabalhadora é tão somente uma engrenagem que pode ser descartada. O trabalho é um fator de produção e o trabalhador obrigado a produzir a mais valia, o seu salário nunca vai expressar o valor de seu trabalho (Marx, 1982).

Oliveira (2002) afirma que no final da década de 1960 apesar de muitos lugares mostrarem um ritmo exploratório intenso na derrubada dos pinhais “no plano regional podemos perceber que a capacidade produtiva da região tendo como base a extração da madeira extraída, diminuíra consideravelmente já nos anos 60. Grande parte das florestas já haviam sido derrubadas” (Oliveira, 2002, p. 54).

Apesar da diminuição da floresta de araucárias, a atividade de extração perdurou até a elaboração de leis que regulamentaram a exploração deste bem finito. Certos de não incorrerem em erros, pode-se afirmar que tudo que essas terras ofereceram até o momento descrito: as grandes extensões de propriedade, a pecuária extensiva, a derrubada das árvores e a implantação das serrarias e madeireiras, foi explorado para a riqueza de poucos. Como podemos observar, os motivos para desagradados sociais sempre estiveram presentes nesta sociedade.

Segundo Munarin (1990), a Região Serrana de Santa Catarina, no final da década de 1980 e começo da década de 1990, era palco do surgimento de organizações e movimentos sociais de cunho popular e classista. A região dos Campos de Lages vivia uma prolongada história de dominação social, que levava a uma completa submissão das classes sociais menos abastadas.

O mandonismo local, depois o coronelismo, foram as relações sociais e políticas dominantes na região até por volta do início da década de 1970. O surgimento do populismo nesta década de 1970 começa a romper tal relação e abrir espaços a participação do “povo” nas decisões de interesse coletivo (Munarin, 1990, p. 7).

Eram gritos de libertação ecoando, lutas que se forjaram e se gestaram na práxis dos movimentos sociais populares do planalto catarinense. Era o fruto do suor, das lágrimas e do

sangue de antepassados de dominação, concentração de terras e exploração de riquezas e do trabalho, por parte de uma elite local.

Portanto, muito das relações presentes no território do planalto catarinense nos dias atuais ainda tem ligações estreitas com este passado recente em termos de história.

2.2 UMA PRIMEIRA INVESTIGAÇÃO – O ESTADO DA ARTE

O estado da arte é uma ferramenta usada para entender e observar o que já foi produzido sobre determinado tema. Trata-se de uma atividade investigativa acerca do que se pretende estudar e, portanto, é de vital importância nos primeiros passos de uma pesquisa acadêmica.

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (Romanowski; Ens, 2006, p. 39).

Este estudo tem por objetivo levantar as produções de dissertações e teses que abordem a Guerra do Contestado (1912-1916), na memória dos movimentos sociais populares contemporâneos, a fim de se ter uma visão de estudos correlatos já realizados, para servirem de referência e diálogo com nossa pesquisa.

Para o desenvolvimento e construção do levantamento das pesquisas já realizadas com temática semelhante, utilizamos descritores para realizar as buscas no Catálogo de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A opção por esta base de dados se deu porque trata-se justamente de uma plataforma que tem por objetivo facilitar o acesso às teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras. A ferramenta comporta em sua base de dados, trabalhos completos desde 2014 e mesmo as pesquisas feitas anterior a este ano constam com o seu título, autor e universidade na qual se desenvolveu a pesquisa. Como os trabalhos selecionados tratam de pesquisas posteriores a 2014 tivemos o acesso já na plataforma CAPES.

Iniciando os trabalhos fizemos uma busca pelos descritores: “Guerra do Contestado” AND “Movimentos Sociais”. Foram encontrados 35 resultados. Logo após, refinamos o resultado selecionando apenas as pesquisas que fizessem parte da área de conhecimento: Educação, História e Antropologia. Restaram, assim, 14 dissertações de mestrado e três teses de doutorado. A partir da leitura dos resumos dessas dissertações e teses, elegemos cinco

dissertações para realização de análise integral, visto que essas adequavam-se ao objeto de pesquisa. O Quadro abaixo mostra a relação das pesquisas selecionadas e na sequência uma breve análise das contribuições destas pesquisas:

Quadro 1 – Seleção das dissertações: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Autor	Título	Ano	Instituição	Curso	Palavras-chave
SOUSA, Rui Bragado	O Messias Caboclo: um estudo sobre a religiosidade e a cultura popular dos camponeses no Contestado (1912-1916)	2014	UEM	Mestrado em História	Guerra do Contestado, messianismo, milenarismo, cultura popular
PEREIRA, Douglas Henrique	Quem Tem Mói E Quem Não Tem Não Vai Moer: Reflexões Sobre O Período Do Pós-Guerra Do Contestado No Alto Vale Do Rio Do Peixe (1920-1940)	2020	UFFS	Mestrado em História	Guerra do Contestado; Colonização; Companhias Colonizadoras; Desigualdade Social; História Social
KUNRATH, Gabriel Carvalho	Não tivemos outro jeito, ou morríamos ou nos defendíamos: uma análise acerca da Batalha do Irani (1912)	2020	UFPEL	Mestrado em História	Movimentos Sociais; Coronelismo; Primeira República; Guerra do Contestado; Micro-história
FIGUEIREDO, Vagner Melo	O Contestado nas narrativas militares: histórias e memórias sobre o movimento social, 1912-1916	2016	Unioeste	Mestrado em História	Contestado; narrativas militares; memórias
CASARA, Joao Claudio	Movimentos sociais dos Caboclos (as) no Contestado: identidades e repertórios 100 anos depois da guerra.	2021	UFSC	Mestrado em Sociologia e Ciência Política	Contestado; Reconhecimento; Memória Coletiva; Repertórios de Ação; Atores Sociais

Fonte: Hoffmann; Locks (2022).¹⁶

A primeira dissertação analisada foi resultado da pesquisa de Rui Bragado Souza (2014), sendo intitulada “O Messias Caboclo: um estudo sobre a religiosidade e a cultura popular dos camponeses no Contestado (1912-1916)”. O objetivo da pesquisa proposto pelo autor é “compreender o messianismo como fruto de uma tradição judaica e cristã com uma

¹⁶ Este quadro bem como parte da análise das pesquisas fez parte de um estudo prévio sobre o Estado da Arte feito pelo autor antes da dissertação e é parte integrante dos anais do III Edupala (Diálogos e Desafios para a Educação Democrática na América Latina) – Congresso Internacional - 2022. Disponível em: https://www.edupala.com.br/downloads/ANAIS_III_EDUPALA_2022.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

racionalidade bastante específica, como um movimento que explode o continuum da história - de acordo com os conceitos benjaminianos” (Souza, 2014, p. 04). O autor afirma que, devido a hermenêutica sociológica do messianismo, a Guerra do Contestado ficou relegada qualitativamente a esta definição conceitual do termo, não permitindo um diálogo efetivo entre a historiografia e a sociologia. Devido a esta falta de diálogo entre as ciências humanas o messianismo ficou relegado a um epifenômeno na produção historiográfica. Ainda, segundo o autor “a partir de uma metodologia marxista, prioriza-se os personagens reais, anônimos ou de destaque, gente de carne e osso; a literatura e o folclore fornecem as fontes para pensar o messianismo em termos ontológicos, isto é, inerentes ao ser social” (Souza, 2014, p.04).

Souza (2014) esclarece que a pesquisa teve o materialismo histórico dialético como base epistemológica. Além disso, trata-se de um trabalho que procurou valorizar os protagonistas da Guerra do Contestado, porém, nas palavras do autor, “espera-se retirar o véu de fanatismo que (ainda) envolve o conceito” (Souza, 2014, p. 04). As afirmações feitas por ele tendem a colaborar com o objeto de estudo aqui proposto, pois além de usar epistemologia semelhante, procura desmistificar definições, que, de algum modo, perpassaram o tempo e, muitas das vezes, corroboram para se ter uma visão deturpada dos fatos que envolvem a Guerra do Contestado e seus desdobramentos sociais.

Já, a dissertação “Quem tem mói e quem não tem não vai moer: reflexões sobre o período do pós-guerra do contestado no Alto Vale Do Rio Do Peixe (1920-1940)”, autoria de Douglas Henrique Pereira (2020), tem como objetivo: “analisar o processo de colonização da região do Alto Vale do Rio do Peixe após a Guerra do Contestado”. Através da análise de uma vasta produção acadêmica e outras fontes, procurou-se entender o processo de colonização ocorrido após o Conflito na região do Alto Vale do Rio do Peixe. O recorte temporal escolhido pelo autor foi entre as décadas de 1920 e 1940. O estudo da história permite entender e encontrar respostas para os baixos índices econômicos presentes na região do Alto Vale do Rio do Peixe.

A pesquisa de Pereira (2020) se articula de forma a contribuir com nosso estudo no que tange a análise das condições postas aos remanescentes da Guerra do Contestado. Apesar de se tratar de um lócus diferente do qual estamos pesquisando, os efeitos mostrados afirmam um problema semelhante pesquisado como consequência advinda da guerra. Conforme afirma Pereira (2020, p. 20), “no final da guerra, [...] aos moradores antigos da região, fora dificultado o acesso ao que tinham antes do conflito, acesso à terra onde sempre viveram”.

A dissertação “Não tivemos outro jeito, ou morríamos ou nos defendíamos: uma análise acerca da Batalha do Irani (1912)” de Gabriel Carvalho Kunrath (2020), teve como objetivo examinar a primeira batalha que marca o início da Guerra do Contestado que, segundo o autor

“(…) vem sendo mencionada na historiografia de variadas formas, não se constituindo como um objeto novo de estudo” Gabriel Carvalho Kunrath (2020, p. 09). Fazendo uso da micro-história, o autor realiza a análise de processos crime e militar, jornais do Estado de Santa Catarina e do Paraná, fontes iconográficas, telegramas e outras fontes, propondo uma nova abordagem sobre os acontecimentos envolvendo a Batalha do Irani. A pesquisa procura elucidar que a Batalha foi muito além de uma escaramuça inicial, que daria início a uma guerra de quatro (4) anos, era o legado da inserção capitalista, ocorrido devido a entrada das empresas estrangeiras em Santa Catarina e no Paraná, colocando frente a frente um quadro de possibilidades e interesses que não se dissociavam dentro de uma rede de relações sociais, pessoais e políticas.

A obra de Kunrath (2020) busca compreender esse episódio, da Guerra do Contestado, não como um evento isolado, mas como uma resposta dos sertanejos da região e dos coronéis locais frente às transformações sociais e culturais. Sendo assim, este estudo entra em consonância com a pesquisa aqui proposta por tratar, não somente das transformações sociais que resultariam do pós-guerra, mas também por estabelecer os elos de ligação advindas das relações de classes, pessoas e grupos no interior da batalha inaugural do conflito.

Seguindo a ordem, na dissertação intitulada “O Contestado nas narrativas militares: histórias e memórias sobre o movimento social, 1912-1916”, de Vagner Melo Figueiredo (2016), teve-se como objetivo “compreender a construção de memórias sobre o movimento e sobre aqueles trabalhadores que se dispuseram a pegar em armas [...] em uma sociedade que vivenciava a mudança dos seus modos de vida, imposta pelas práticas capitalistas” (Figueiredo, 2016, p. 08). O pesquisador procura abarcar através dos documentos, de obras memorialistas e de artigos feitos pelos militares etc., como foi registrado e entendido pelos mesmos as suas impressões a partir do seu local social, nas palavras do autor: “Como foi a produção do Contestado a partir destas narrativas? Quais foram seus sentidos e interesses na construção das memórias sobre o Contestado?”

Analisando o trabalho de Figueiredo (2016), podemos observar que há uma construção de um estudo, que procura revelar um lado obscuro da Guerra do Contestado. Uma afirmação do autor, deixa claro a intenção da pesquisa e, ao mesmo tempo, mostra o porquê desta dissertação fazer parte deste Estado da Arte: “Incomoda-me o fato deste movimento social não transmitir a ideia de que no Contestado travou-se uma dura guerra pela posse da terra e pela conservação dos costumes que a *Brazil Railway* e a madeireira *Lumber*, símbolos do capitalismo, vieram ameaçar” (Figueiredo, 2016, p. 26). Mais uma vez, a terra é o bem cobiçado

e os que ali já habitavam, foram tratados como os intrusos de um progresso falso, como podemos constatar hoje.

Por último a dissertação intitulada “Movimentos sociais dos Caboclos (as) no Contestado: identidades e repertórios 100 anos depois da guerra” de João Claudio Casara (2021), busca, com base em entrevistas semiestruturadas, feitas com lideranças, contemplar os estudos da Guerra do Contestado, tendo como foco a ocorrência de aspectos de reivindicação e mobilização pelo reconhecimento da identidade e cultura cabocla na região do Contestado. Casara (2021) afirma que a ausência do Estado ocorrida a mais de 100 anos, quando acusou o movimento de ser somente um movimento de fanáticos, é percebida hoje não como reflexo, mas como continuidade de uma tragédia presente na sociedade. As comunidades caboclas, atualmente, têm como legado da guerra fazerem parte das comunidades mais pobres e desassistidas por políticas públicas da região.

Essa situação corrobora com a condição histórica de ocupação do território pelo capital estrangeiro, pela expropriação e pela marginalização dos caboclos, não somente no âmbito econômico, mas também, social, político e cultural. Para Casara (2021), caboclos e caboclas resistem, reagrupam-se e se organizam, embora marcados pela discriminação, pelo preconceito, pelo silêncio históricos e pelo ultraje da memória. É preciso debruçar-se sobre essa realidade conflitiva e dinâmica para entendê-la. “A memória da Guerra do Contestado permite pensar esses processos de maneira conjugada com conceitos empregados nas teorias de movimentos sociais” (Casara, 2021, p. 25).

Todas as produções elencadas neste Estado da Arte se coadunam entre si. Nota-se que, apesar de tratar-se de lócus diferentes de pesquisa, os autores se voltaram à problemáticas que coincidem: a alcunha e a generalização de simples fanáticos ainda presentes em algumas narrativas (Souza, 2014); a negação do direito à terra e os baixos índices econômicos percebidos na região do Alto Vale do Rio do Peixe (Pereira, 2020); a inserção e a invasão do imperialismo através da *Brazil Railway* e a madeireira *Lumber*, bem como, a expropriação de terras e as transformações sociais e culturais advindas dessas (Kunrath, 2020; Figueiredo, 2016); a constatação da ausência do Estado e da resistência através das identidades e permanência de memórias de caboclos e caboclas ante a marginalização social, política e cultural (Casara, 2021).

Diante de todas as características citadas acima, percebemos a contribuição que tais estudos ofereceram para o desenvolvimento da pesquisa de dissertação, aqui apresentada.

3 RECONHECIMENTO DO CAMINHO

*Da língua cortada,
digo tudo,
amasso o silêncio
e no farfalhar do meio som
solto o grito do grito do grito
e encontro a fala anterior,
aquela que emudecida,
conservou a voz e os sentidos
nos labirintos da lembrança
(Evaristo, 2008, p. 50).*

Na seção que segue, faremos uma contextualização sobre a Guerra do Contestado, tratando o fato principalmente como uma luta pela terra, além de apresentar outros motivos que desencadearam o conflito. Apresentamos relatos orais e procuramos conceituar história e memória: a primeira enquanto ciência que procura compreender e interpretar eventos, processos e experiências ocorridos ao longo do tempo. E a segunda, como uma seleção, interpretação e reconstrução do passado, influenciado por fatores individuais, sociais e culturais como elementos estruturantes de identidades. Os relatos orais passam, a partir desta seção, a figurar e contribuir no entendimento e análise de nosso objeto de pesquisa e estudo.

3.1 CONTEXTUALIZANDO A GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916)

*Os historiadores, embora não deixem de ser, hoje, vendedores de passado, quase sempre a preço vil, devem fazê-lo não a serviço do branqueamento, da limpeza, da assepsia do passado, como vemos recorrentemente acontecer na mídia, nos meios de comunicação de massa. [...] Os historiadores devem ser agentes do luto social, aqueles que expõem o sangue derramado e o cheiro de carne calcinada para que se clame novamente contra a injustiça e o crime produzidos. A história deve ser o trabalho com o trauma para que ele deixe de alimentar a paralisia e o branco psíquico e histórico e possa levar à ação, à criação, à invenção, à afirmação da vida naquilo que ela tem de beleza
(Albuquerque Júnior, 2012, p. 66).*

A Guerra do Contestado foi um conflito ocorrido entre os anos de 1912 e 1916, os motivos que culminaram a esta insurreição já estavam postos anos antes e trata-se de um plural

de fatores que contribuíram para o início deste, que viria a ser o fato marcante da História do sul do Brasil. Nilson Thomé (1992, p. 08) afirma:

[...] entendemos que a Guerra do Contestado foi a insurreição do sertanejo catarinense, para a deflagração da qual contribuíram muitas causas, inclusive a construção da estrada-de-ferro, a implantação da Lumber, a questão de limites com o Paraná, as pregações dos monges, o combate do Irani, a índole guerreira do homem local, os sistemas de vida e estratificação social. O conflito eclodiu pela soma destes fatores, coincidente no mesmo tempo e no mesmo espaço. Assim, contemporaneamente, Contestado não pode ser visto apenas como guerra civil ocorrida no Planalto Catarinense entre 1913 e 1916, ou como conflito social, movimento messiânico, questão de limites, ou ainda, disputa por terras, sob a ótica de acontecimentos isolados.

À guisa de conhecimento, vamos elencar separadamente motivos que somados resultaram nesta Guerra que estende seus tentáculos até a contemporaneidade, a saber: a) a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina; b) a religiosidade popular e a estratificação social; c) A *Brazil Railway Company* e a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG).

3.1.1 A questão de limites entre Paraná e Santa Catarina

A controvérsia sobre os limites entre Paraná e Santa Catarina remonta ao período imperial brasileiro. Em 1853 a comarca de Curitiba foi desanexada de São Paulo passando a se chamar Estado do Paraná. No entanto, a falta de marcos e detalhes precisos no tratado levou a disputas posteriores com Santa Catarina. Em 1879 o Império decide que provisoriamente caberia ao Paraná administrar as terras ao Oeste do Rio do Peixe.

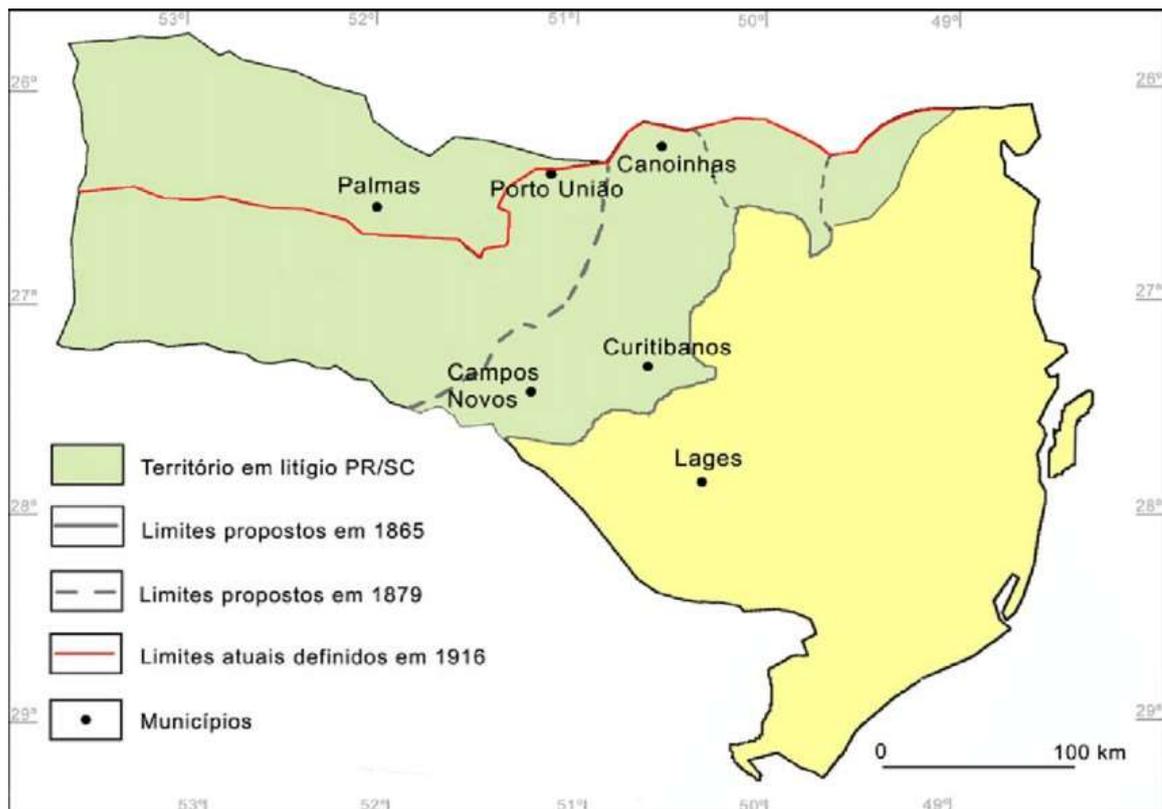
Santa Catarina estava na categoria de província desde o ano de 1821, passando a Estado após a Independência do Brasil em setembro de 1822. Portanto, do ponto de vista político-administrativo, Santa Catarina já tem seus marcos de limites territoriais estabelecidos antes da formação do Paraná (Fraga, 2006).

No ano de 1896, representantes das províncias de Santa Catarina e Paraná se reúnem na capital federal, Rio de Janeiro, para discutir a questão da delimitação territorial (ver figura 2). Na reunião, definem que as decisões aconteçam por meio de arbitramento do Supremo Tribunal Federal e, este, protela a decisão até 1904, ano em que ocorre ganho de causa para Santa Catarina. Em 1909, o Paraná apela através de recurso e, novamente, Santa Catarina vence a questão no Supremo. Não se dando por vencido, Paraná interpela novo recurso em 1910, outra vez a questão é ganha por Santa Catarina (Auras, 1997; Serpa, 1999; Machado, 2004; Casara, 2021).

A questão só foi resolvida em definitivo em 1916, quando o governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt, e do Paraná, Afonso Camargo, juntamente com o então presidente da República, Wenceslau Brás, entram em acordo encerrando as discussões entre os dois Estados em 20 de outubro de 1916.

O Paraná ficou com 20.310 quilômetros quadrados e Santa Catarina, com 27.570 quilômetros quadrados da área em litígio. Os limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina ficaram assim dispostos. “O Rio Negro, desde suas cabeceiras até a sua foz no Rio Iguaçu, e por esse até a ponte da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande; pelos eixos dessa ponte e da mesma Estrada de Ferro até a sua intercepção com o eixo da estrada de rodagem que atualmente liga a cidade de Porto União da Vitória à cidade de Palmas; pelo eixo da referida estrada de rodagem até o seu encontro com o Rio Jangada; por este acima até a sua intercepção com a linha divisória das águas na direção geral de Oeste até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos Rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, na fronteira Argentina” (Piazza, 1983, p. 597).

Figura 2 – Limites entre Paraná e Santa Catarina (1865-1916)



Fonte: Brandt (2007).

Marli Auras (1997, p. 27) enfatiza que a questão de limites entre Santa Catarina e Paraná foi circunstancial:

[...] não atingindo o peso de causas nucleares, como significativas mudanças econômico-político-sociais, em âmbito nacional e estadual que, ao acarretarem a crise no mandonismo local e a institucionalização da propriedade privada da terra,

subverteram a “paz” vigente. [...] É certo, igualmente, que nessa terra de ninguém a violência, já disseminada nas relações sociais como um valor, encontra campo favorável para sua exacerbação.

Em outras palavras, a disputa das demarcações territoriais entre os dois Estados apenas encobriu outra questão vigente às classes sociais da região no que diz respeito a posse das terras. Cenário ideal para críticas e discursos que se fizeram presentes, inclusive, nas falas de monges que surgiram no período do esfacelamento da monarquia e inauguração da república no Brasil, permaneceu e atravessou a Guerra do Contestado e os tempos que estavam por vir.

3.1.2 A religiosidade popular e a estratificação social

A religiosidade popular desempenhou um papel significativo no território do Contestado em regiões disputadas pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. No contexto desse conflito, testemunhamos o surgimento de figuras religiosas carismáticas, muitas vezes descritas como monges ou líderes messiânicos, que exerceram influência em parte da população.

A região do Contestado era habitada por uma população, em grande parte composta por camponeses, posseiros e sertanejos. Essas comunidades, muitas vezes isoladas e marginalizadas, eram caracterizadas por condições de vida difíceis, marcadas pela pobreza, injustiças sociais e conflitos relacionados à posse de terras. Neste contexto, a religiosidade popular desempenhava um papel crucial na vida dessas comunidades, proporcionando consolo espiritual, esperança e, por vezes, uma forma de resistência contra as adversidades.

O surgimento de líderes religiosos carismáticos, frequentemente chamados de monges, é uma característica notável do período que antecedeu a Guerra do Contestado. Pelo menos dois líderes religiosos com o mesmo nome, em particular, se destacaram. Esses líderes exerciam uma influência considerável sobre as populações locais, incorporando elementos de fé, misticismo e profecias em suas mensagens.

Conforme Vagner Melo Figueiredo (2016), o primeiro João Maria; João Maria de Agostinho era de origem italiana e peregrinou de Sorocaba/SP, até Santa Maria/RS. Percebemos a proximidade deste primeiro monge com a Igreja Católica, tendo em vista ter sido autorizado a dirigir-se aos fiéis após uma missa em Sorocaba. No ano de 1840, este mesmo monge:

[...] organizou, em Campeste, próximo a Santa Maria, RS uma capela dedicada ao culto de Santo Antônio, isto com a autorização do Padre Thomé Luís de Souza, vigário geral do Rio Grande do Sul, subordinado ao Bispo do Rio de Janeiro. Em outra região, no morro do Botucaraí, próximo a Candelária, levantou cruzeiros e sinalizou a população uma vertente de “água santa” (Machado, 2004, p. 51).

Este monge que transitava entre Sorocaba/SP, Santa Maria/RS e Lapa/PR, é tido como o mesmo indivíduo devido suas características físicas: estatura baixa, cor branca, barba cerrada e faltando-lhe dois dedos em uma das mãos (Cabral, 1979; Machado, 2004; Figueiredo, 2016).

O segundo monge João Maria de Jesus era uma figura misteriosa que percorreu a região do Contestado pregando mensagens religiosas e angariando seguidores. O surgimento deste monge marcou um relacionamento turbulento entre o catolicismo e a tradição religiosa popular que este pregava. Duglas Monteiro (1974, p. 81) afirma que “a atividade dos monges estava a serviço e era a expressão da autonomia do mundo religioso rústico, manifestava-se através de práticas mágico-religiosas ligada aos tratamentos de moléstias, a recursos de autodefesa e proteção, e à tradição das festas dos padroeiros locais”.

João Maria de Jesus (Figura 3) ministrava o sacramento do batismo, fazia previsões apocalípticas e como seu antecessor sinalizava fontes de água afirmando essas serem santas. Aliás, uma prática muito comum, ainda nos dias atuais, em todas as regiões tidas como passagem dos monges João Maria, é a crença e a preservação de fontes como sendo de águas milagrosas. Trazemos aqui alguns relatos de nossos participantes da pesquisa que corroboram nesta afirmativa:

Minha família sempre foi devota do monge, eu fui batizada na água do monge quando tinha 7 anos de idade em Xanxerê. Então, que eu tinha anemia e nunca me curava e aí me batizaram na água do monge. Aqui no município, também tem o bairro Água Santa porque tem a fonte ali (Pedra Branca, 34 anos, assentada de Curitiba, SC. Entrevista concedida em 06/10/2023).

Figura 3 – João Maria de Jesus



Fonte: Imagem cedida pela entrevistada (2023).

No assentamento em São Cristóvão do Sul encontramos Caçador Grande¹⁷, este disse preservar e cuidar juntamente com sua esposa de um poço de água que dizem ter sido lugar de pouso do monge. Ambos são evangélicos e é interessante a forma com que se referem a João Maria. Além deles, mais alguns relatos confirmam a crença que os sujeitos da pesquisa têm nas “águas do monge”:

Eu sei que era um velho que andava pelo mundo e passo por aqui. Curava a gente de um monte de doença e as história que ele falo ainda estão se cumprindo. Eu e minha companheira somo evangélico, mas não deixamo de acreditar em Nossa Senhora Aparecida e São João Maria. Somo evangélico, mas pensamo assim, são santo de pobre, não pode que faça mal. Nós temo o poço que tem água de São João Maria, nós dois é quem cuida (Caçador Grande, 58 e Aroeira, 49 anos, assentados de São Cristóvão do Sul, SC. Entrevista concedida em 23/10/2023).

Pra te ser sincera da Guerra do Contestado não sei muita coisa, sei que aconteceu aqui e quase só isso, matou gente inocente eu ouço fala. Eu estudei pouco, só fui dois ano na escola e mal sei lê e não escrevo nada. Mas creio em São João Maria, ele curava e ajudava as pessoa e agora com fé nas água dele ainda conseguimos muita coisa. Aqui tem uma baita duma fonte (Piedade, 54 anos, assentada de São Cristóvão do Sul, SC. Entrevista concedida em 23/10/2023).

¹⁷ Nomes fictícios foram adotados para os participantes da pesquisa. Foram adotadas antigas nomeações dadas aos redutos durante a Guerra do Contestado (1912-1916).

Sei que ele ando por aqui colocando cruz, em vários lugar ele ando né! Ali na água que você foi tava tudo queimado quando chegemo aqui, logo depois da ocupação. Meu marido coloco no lugar e planto uma cruz de cedro. E não é que aquele cedro broto e hoje é aquela árvore que você viu. Agora tem uma cruz de concreto que meu marido fez. Quando ele foi escava pra finca a cruz achou um crucifixo e uma moeda que tava enterrada, eu tenho aqui, eu guardei. Aqui já teve uns quatro batizado que eu vi, as pessoa chega pedi permissão e vão ali e batizo na água. Tem uma cruz curtinha lá que foi por causa de uma promessa de uma mulher tinha dor em uma perna que diz que melhorou, ela vem todo ano reza ali (Colônia Vieira, 56 anos, assentada de Ponte Alta, SC. Entrevista concedida em 13/11/2023).

Figura 4 – Lugar de devoção ao monge e objetos encontrados na colocação da cruz



Fonte: Fotografia feita no assentamento da cidade de Ponte Alta, SC - acervo pessoal do autor.

Podemos perceber nos relatos, que a crença nas “águas do monge” se associa muito a procura por melhores condições de saúde. Por certo que, no final do século XIX e início do XX, as práticas da medicina ainda eram invasivas, agressivas e dolorosas. A atuação de médicos no planalto catarinense era de número reduzido e quando este atendimento acontecia era somente com pagamentos fora do alcance financeiro da população empobrecida da região (Figueiredo, 2016). Os monges eram, portanto, vistos como alternativa, pois eram conhecedores de ervas e métodos, na maioria das vezes, indolores, além de serem vistos como mais acessíveis se comparados aos médicos tradicionais.

Dado o seu papel agregador e sua capacidade de gerenciar os sentidos e significados da vida e da morte, não poucas vezes foi responsável por mobilizar ajuntamentos e movimentos de populações pobres em torno dos monges curandeiros, o que se tornou objeto de preocupação e intervenção das autoridades competentes (Vaz, 2023, p. 194).

Essa forma de acreditar perpassou o tempo e se faz presente conforme vimos nos relatos. De certa maneira, apesar de todo o avanço que tivemos na medicina e nas técnicas para detectar e curar, no território Contestado a desigualdade social ainda é marcante em todos os níveis, isto engloba o acesso à saúde. A religiosidade popular, além de alento a dor, é uma forma de resistência também às mazelas sociais e lugar de memórias dos antepassados.

Passemos agora a um terceiro monge, José Maria, que surgiu posteriormente e também desempenhou um papel importante como líder espiritual e militar durante a guerra. Seu verdadeiro nome era Miguel Lucena de Boaventura. As pesquisas indicam que sua aparição pública se deu por volta de 1912, se apresentando como irmão do último João Maria (Machado, 2004). Circulou pela região dos municípios de Campos Novos e Curitibaanos, era menos recluso que os monges anteriores e juntou em torno de si um número considerável de pessoas.

O município de Curitibaanos era dominado pelo coronel¹⁸ Francisco de Albuquerque, que tinha por desafeto o coronel Henriquinho de Almeida. Devido ao ajuntamento em torno de José Maria em Taquaruçu, “Albuquerque fez contato com o governador Vidal Ramos, afirmando que os fanáticos haviam proclamado a monarquia nos sertões do Taquaruçu e pedindo providências no sentido de enviar o regimento de segurança do estado para dispersá-los” (Casara, 2021, p. 55). José Maria, sabendo que tropas começavam a ser mobilizadas se dirigiu a localidade de Irani¹⁹, sendo acompanhado por cerca de quarenta pessoas. Chegando em Irani, o número de pessoas em torno do monge começa a crescer mais ainda, tratava-se de alguns trabalhadores que haviam sido dispensados da empresa ferroviária EFSPRG, da madeireira *Lumber* e pessoas que ficaram desalojadas e sem terra para prover sua subsistência.

O governo do Paraná, sabendo do aglomerado de pessoas no Irani, interpretou aquilo como uma tentativa de invasão por parte de Santa Catarina. Era latente a questão de limites

¹⁸ A origem do termo “coronelismo” remonta ao Brasil Império, especificamente durante a fase regencial, quando Feijó criou a Guarda Nacional. Os latifundiários tinham o direito de ocupar os postos de comando da milícia, cuja função principal era manter a ordem, e conseqüentemente conservar os privilégios dessa camada social. Porém, foi durante a República Velha que os coronéis alcançaram grande significação política e social (Schneeberger, 2003, p. 273).

¹⁹ O fato ficou conhecido como a Batalha do Irani. Morreram no confronto doze caboclos e o monge José Maria, mais nove soldados e o coronel João Gualberto. O combate do Irani, mesmo com poucos mortos, foi trágico. As elites paranaenses e nacionais passaram a “demonizar” os sertanejos, estigmatizando-os como um grupo de fanáticos, jagunços, ao mesmo tempo em que o capitão João Gualberto passou a ser considerado um grande herói pelos militares, sendo hoje patrono da Polícia Militar do Paraná (Queiroz, 1977; Cabral, 1979; Auras, 1997).

entre Santa Catarina e o Paraná. Em 22 de outubro de 1912, por ordens do governador, o coronel João Gualberto liderou mais de 265 soldados e juntos atacaram Irani.

Sob as ordens de João Gualberto, a tropa do governo enfrentou pouco mais de 200 sertanejos. Uns a cavalo, outros a pé, eles evitaram ao máximo o tiroteio e atravessando uma funda canhada onde desapareceriam da vista das forças legais, caíram de supetão, a garrucha e o facão de pau, sobre os soldados. O auge do combate se deu em torno da metralhadora engasgada. No meio da luta, José Maria caiu prostrado por uma bala. Quando já se dispersava correndo a força do Paraná, João Gualberto, que não pudera montar porque outro lhe fugira com o cavalo, foi cercado e morto por uma pequena multidão de caboclos enfurecidos (Queiroz, 1977, p. 110).

Tanto João Gualberto, quanto o monge José Maria, morreram neste combate. Os sobreviventes que dispersaram iriam se reunir meses depois novamente em Taquaruçu. Os redutos²⁰ passariam a ser a tentativa de refúgios no universo caboclo e lugar de espera pela ressurreição do monge²¹.

Fazendo curas ou apenas dando certo conforto espiritual, o que os monges fizeram foi interpretar a situação vivida pelos caboclos do Contestado. Eram discursos proferidos que faziam sentido e traziam esperança ao sertanejo (Queiroz, 1977). Outros líderes religiosos apareceram nos redutos que se formaram, todos foram sendo destruídos ao longo dos anos de guerra pelo exército, não poupando sequer as crianças. Restou a memória dos sobreviventes passando de avós para netos, de pais para filhos.

No contexto histórico daquele momento: uma República recém-formada que em tudo via conspiração para suposto retorno a monarquia; o adentrar do empreendimento capitalista e usurpador das riquezas e das terras através da *Brazil Railway Company* e na questão de limites entre os dois Estados, o sertanejo era a peça que não se encaixava em nenhuma dessas alterações. Portanto, os monges, os redutos e os líderes messiânicos que surgem nos anos de guerra foram vivências sentidas como uma alternativa pragmática milenar²², o mundo caboclo desmoronava.

²⁰ Além do Taquarucú, Caraguatá, ao longo do período de guerra, ficaram conhecidos também os redutos de Bom Sossego, São Sebastião, Pedra Branca, São Pedro, Santo Antônio, Santa Maria, Caçador Grande, Tamanduá e outros.

²¹ A crença na ressurreição de José Maria começa ainda no local do combate. José Maria é colocado na cova e coberto com algumas tábuas para que pudesse se levantar no momento da ressurreição. Os caboclos e as caboclas acreditavam que José Maria regressaria no Exército Encantado de São Sebastião (Monteiro, 1974).

²² Maurício Vinhas de Queiroz (1977) ressalta que o milenarismo é um movimento de recusa ao mundo como ele está posto e se apresenta à coletividade. Para Eric Hobsbawn (1978) o milenarismo camponês é a base de sustentação da contestação política presente nestes movimentos sociais e revolucionários. A intenção é o rompimento com uma estrutura e o advento de outra que represente o afastamento da miséria e tenha condições de igualdade. De certa maneira vimos isto presente nos redutos do Contestado.

3.1.3 A *Brazil Railway Company* e a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande - EFSPRG

O final do século XIX e início XX foram marcados por mudanças significativas no cenário socioeconômico do Brasil. O processo de expansão das ferrovias estimulou o aumento da demanda por terras. A *Brazil Railway Company* era uma empresa ferroviária integrante do consórcio Farquhar. Tratava-se de uma *holding* que controlava várias outras empresas por meio da participação acionária. O estadunidense, Percival Farquhar era o acionista majoritário desse consórcio.

O governo brasileiro concedeu a *Brazil Railway* a construção de uma estrada de ferro que ligaria o Estado de São Paulo ao Estado de Santa Catarina (Figura 5). Vinhas de Queiroz (1997, p. 71) enfatiza:

A estrada obtivera do governo federal uma concessão de terras equivalente a uma superfície de nove quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias, nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não só por isto, mas também pela subvenção quilométrica o traçado se desdobrava em exageradas sinuosidades. Desse modo, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais.

Nunca foi levado em conta quem habitava essas terras. O sertanejo autóctone era injustiçado mais uma vez, sempre esquecido em sua vida rudimentar (Cabral, 1960), foi lembrado no momento em que foi para expulsá-lo da terra que ocupava, mesmo tendo somente um rancho e uma roça.

Figura 5 – Trajeto da linha férrea em Santa Catarina



Fonte: Valentini (2009, p. 108).

Para explorar toda a extensão de terras ricas em madeiras nobres, principalmente araucárias, nas laterais da ferrovia, a *Brazil Railway* criou uma empresa a ela subordinada, a *Southern Brazil Lumber and Colonization*. Esta indústria tornou-se a maior companhia madeireira da América do Sul. Como se não bastasse, também “loteou e começou a vender a colonos estrangeiros terrenos ao longo da estrada de ferro, depois que dali tinham sido expulsos os posseiros e antigos proprietários” (Queiroz, 1977, p. 74). A *Brazil Development & Colonization Company* era a consorciada do grupo responsável por esta última etapa (Figura 6).

Figura 6 – Ação da Brazil Railway Company



Fonte: Coleção de documentos e itens fiduciários (2024).²³

Este, foi outro fator que estabeleceu um choque entre aqueles que buscavam manter suas tradições e modos de vida alheios as formas impostas e os interesses crescentes do capitalismo em expansão. Sim, o caboclo do território do Contestado era um trabalhador, porém, não condicionado ao apito de uma fábrica, nem habituados na vigília dos ponteiros de um relógio.

²³ Disponível em: <https://www.adb.inf.br/ach/app01/?p=digitallibrary/digitalcontent&id=2078>. Acesso: 16 jan. 2024.

Edward Thompson (1987) em seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa no contexto da Revolução Industrial, investiga até que ponto a ideia do senso de tempo regulada por um mecanismo – o relógio e/ou o apito da fábrica – que não fosse inerente ao natural, afetava a percepção e o ritmo de vida dos trabalhadores. Ao camponês inglês, anterior a Revolução Industrial, a vida e o trabalho eram uma coisa só e não fazia sentido a separação, o dia podia se prolongar ou se contrair dependendo das tarefas a serem executadas. Isto, não foi diferente para aqueles que tiveram que procurar sobrevivência, seja na construção da estrada de ferro, seja na *Lumber* para derrubar a floresta e beneficiar madeira.

[...] a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer [...]. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. Esses pertencem ao povo, e alguns deles se baseiam em reivindicações muito recentes. Contudo, quando procura legitimar seus protestos, o povo retorna frequentemente às regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária, selecionando as que melhor defendam seus interesses atuais (Thompson, 1998, p. 20).

A Guerra do Contestado e a chegada da *Brazil Railway Company* são episódios interligados na história brasileira, destacando as complexas relações entre desenvolvimento econômico, interesses estrangeiros e as comunidades locais. O conflito deixou um legado duradouro, evidenciando a necessidade de abordagens mais equitativas e sustentáveis para o desenvolvimento regional, respeitando os direitos das comunidades locais e preservando o meio ambiente. O estudo desses eventos históricos é crucial para compreendermos as dinâmicas socioeconômicas e as tensões que moldaram a região do Contestado e suas consequências ao longo do tempo.

Em suma, a Guerra do Contestado acontece por esse emaranhado de fatores de ordem socioeconômica, cultural e religiosa na consolidação do capitalismo no Brasil. Evidenciar a Guerra do Contestado, a partir de uma concepção dialética, traz elementos que elucidam e dão compreensão aos impactos gerados que persistem contemporaneamente. Os caboclos²⁴ do

²⁴ Segundo Locks (1998) ao recuperar parte da história da colonização da região dos Campos de Lages e o trajeto da fazenda à pequena propriedade, é notório na formação inicial da população, incluída a de São José do Cerrito, a diversidade de sua origem geográfica e heterogeneidade étnica. Há um consenso entre os historiadores sobre a diversidade étnica na região, que pode ser sintetizado na afirmação de Luz (1952, p. 41-42): “o grosso da população serrana tem a mesma origem da primitiva população da Vila de Correia Pinto. É uma mistura das três “raças” - índio, negro, branco - com predominância da indígena e da branca. Foram estes elementos etnogênicos, que se multiplicando e se fundindo, deram o “caboclo”, do planalto catarinense (Locks, 1998, p. 51-52). Munarim (1990) defende que se forjou através das relações de trabalho, na região serrana de SC três tipos principais de caboclo: “O caboclo-peão mora e trabalha como empregado na fazenda de criação de gado. O caboclo-roceiro vive embrenhado nos fundos de campos, nas barrancas dos rios, nos pés-de-serra, que pratica uma agricultura de subsistência. [...] uma terceira categoria de caboclo-trabalhador da terra [...] o agregado, que mora no interior da

Contestado, inseridos no seu tempo, ao seu modo e no seu espaço, tiveram que construir através de seu ponto de vista e sua educação uma organização contra a ordem capitalista que se instalava. Para Gramsci (1978), a educação faz parte de um processo que é presente e concreto, imerso em realidade que torna hegemônica uma visão de mundo, isto articulado com os problemas reais da sociedade, imprime direção e capacidade de superação e luta.

Na irmandade havia toda uma organização interna, criada pelo conjunto de caboclos, diversa daquela encontrada na sociedade mais ampla. Toda a coletividade educava o líder e era por ele educada. É este momento de criação de visão de mundo norteadora do movimento rebelde [...]. É o momento aglutinador, pelo consenso, pelo consentimento ativo, de um considerável número de caboclos nos vários redutos, todos unidos em um trabalho de rejeição à ordem capitalista em constituição. A irmandade é a alternativa possível construída por eles (Auras, 1997, p. 17).

Tratava-se, portanto, da construção de um mundo visto como possível e passível à sobrevivência. Era um mundo ruralizado e, por isso, ao mesmo tempo, surpreso com a chegada de algo que alguns defendiam como progresso; a empresa estrangeira, a estrada de ferro, a locomotiva, a madeireira, tudo isto resgando a floresta e o chão só significa uma coisa para os caboclos: a alteração total do seu modo de ver e sentir o mundo, e tal mudança, para pior. Houve um choque no modo de vida do sertanejo das terras contestadas, um desajuste que sempre é causado face aos interesses puramente econômicos, a simples ocupação da terra não era mais possível, ela agora era um bem institucionalizado, um bem de produção.

Para Marx (1982), desde a acumulação primitiva todas as transformações que são alavancadas pela classe capitalista, incluindo as que resultam em deslocamentos humanos de forma violenta e priva os proletários da subsistência, constitui a base de vários processos.

A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes (Marx, 1982, p. 831).

República, progresso, indústria, “civilização”. Era possível ao sertanejo perceber isto como algo necessário a sua sobrevivência, ao mesmo tempo que foram jogados, mais do que nunca, à própria sorte? A construção de uma religiosidade, mesmo que ao seu modo, poderia ser a trincheira a servir de alento neste mundo estranho que se apresentava. Faoro (2004, p. 654) defende que:

fazenda, cultivava uma agricultura de subsistência, cujo excedente é comercializado através do fazendeiro (Munarin, 1990, p. 29).

[...] a plebe rural, abandonada e desajustada no quadro institucional, refugia-se no messianismo e no cangaceirismo, em pretexto difuso e sem alvo [...] contra esse fermento anarquizante, a República pune, vinga e reprime com os instrumentos de suas oligarquias e de seus coronéis.

A desarticulação do mundo caboclo pelas forças do capitalismo, amalgamada pelas ideias positivistas nas quais a República brasileira recém fundada se sustentava, requeria novos significados que foram construídos pelos próprios caboclos. Edward Thompson (1998) defende que costumes não são separados das realidades materiais e sociais, embora não derivem somente destas. Esses podem oferecer significado a determinado contexto, “eles podem preservar a necessidade da ação coletiva, do ajuste coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e do domínio dos que deles coparticipam” (Thompson, 1998, p. 22).

Foi a desassistência, unida muitas vezes a incompreensão do Estado, que serviu de combustível e fez nascer os pensamentos milenaristas e messiânicos. É na tradição e nos ritos de seu cotidiano e de sua cultura que se forjaram formas de resistência. Rui Bragado Souza (2014, p. 27) ressalta:

É possível compreender no Contestado o choque entre duas concepções de tempo e de história diametralmente opostas, a filosofia do progresso positivista que desloca o eixo temporal para um futuro indeterminado, porém linear; e a percepção messiânica da história, que interrompe o desenvolvimento indeterminado, que cessa um acontecimento catastrófico, pois o messias não vem no final da história, ele traz a redenção.

A afirmação, nos permite compreender, com o auxílio de Hobsbawm (1998), o ideal positivista de progresso que levou a cruéis repressões dos movimentos messiânicos. É necessário, para entendimento da história, um equilíbrio entre o mundo das ideias e o mundo material. Se por um lado estava em um mundo de ideias as relações deste conflito com o milenarismo e o messianismo, por outro, estavam expostos as fragilidades sociais, que deram combustível ao movimento social, que se fez presente durante os anos de guerra e estenderam-se na continuidade de outros movimentos que chegam até a contemporaneidade. Se estes movimentos existem, é porque temos os reflexos do Contestado presentes ainda nas mazelas sociais, portanto, identificar memórias é preciso.

Para compreender o presente nos apropriamos da história enquanto área do conhecimento. Entender os movimentos sociais de hoje, principalmente no sul do Brasil e, especificamente na região do planalto serrano catarinense, requer investigar e identificar a

memória da Guerra do Contestado, nos processos formativos dos movimentos sociais populares do campo. Movimento, como, por exemplo, o MST, nosso objeto e sujeitos da pesquisa. Não se trata de grupo isolado no tempo e no espaço e desconectado do passado. Pelo contrário, a luta pela terra como ponto em comum entre passado e presente é apenas um, entre vários dos fatores, das lembranças e das memórias.

3.2 HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Os derrotados [...] esperam de nós não só a rememoração de seu sofrimento, mas também a reparação das injustiças passadas e a realização da utopia social. Um pacto secreto que nos liga a eles e não nos desembaraça facilmente de sua exigência, se quisermos nos manter fiéis ao materialismo histórico, ou seja, a uma visão de história como luta permanente entre os oprimidos e os opressores (Michael Löwy, 2005).

A memória, enquanto testemunha do passado, tem o papel preponderante no presente. Seja para atender os interesses do próprio presente, seja para reparar e não permitir que erros e injustiças se repitam. “A memória é um bem comum, um dever e uma necessidade jurídica, moral e política” (Sarlo, 2007, p. 47). No entanto, a história enquanto ciência de análise dos acontecimentos, dos fatos e seus efeitos no espaço/tempo deve admitir que:

[...] é inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado, justamente porque, no discurso, o presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma ‘experiencia fenomenológica’ do passado presente na enunciação (Sarlo, 2007, p. 49).

Em outras palavras, a memória é um conhecimento do passado guiado pelo presente, um conhecimento que se serve das lembranças individuais de cada sujeito e, ao mesmo tempo, não se liberta dos jogos de poder e interesses que não necessariamente passam por uma pesquisa, pela crítica das fontes, análises dos discursos etc. Para Le Goff (2003) cabe, portanto, a história abrir um caminho que seja transformador do passado e um instrumento de libertação. A história, como ciência humana, está liberta, por um lado, dos cálculos exatos defendidos em outras ciências, porém, isto mesmo lhe relega uma responsabilidade de interpretação de fatos atuais, resultantes das memórias de um passado e os contrapondo com conjecturas e interesses do próprio presente em si.

Todo esforço para racionalizar a história, oferecer-lhes melhores pontos de vista sobre seu desenvolvimento, choca-se com a incoerência e a tragicidade dos fatos, das situações e das evoluções aparentes [...]. Pertence à própria natureza da ciência histórica estar estritamente ligada à história vivida, de que faz parte. Mas pode-se e deve-se – em primeiro lugar, historiador – trabalhar, lutar para que a história, nos dois sentidos da palavra, seja outra (Le Goff, 2003, p. 145).

A memória, independe de o sujeito ter vivido ou não determinado evento ou acontecimento. Trata-se de um elemento afetivo forte, rememorado e expressado de uma forma narrativa, a maneira pela qual se constrói um sentido do próprio passado, através de um fato comunicável com o mínimo de coerência, ou seja, oriundo de um discurso acerca de um passado, que pode ter sido compartilhado e torna-se, portanto, uma memória partilhada que resultará, muitas das vezes, em uma visão de mundo em grupo, dependendo do evento histórico vivido e perpassado no tempo, mesmo que uma parte ou o todo do grupo não o tenha vivido no momento que o fato determinado ocorria.

Exemplo disso, pode-se evidenciar em momentos trágicos da história que resultaram em traumas coletivos, como os genocídios do século XX, as experiências de grupos em regimes totalitários, ditatoriais ou o próprio objeto de estudo proposto aqui; as memórias da Guerra do Contestado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A Guerra do Contestado foi nada mais, nada menos que a luta de um povo, pela terra e pela natureza e defesa de suas famílias contra as agressão vinda do estrangeiro, que em troca de uma estrada de ferro deu 15 quilômetro de cada lado pra tirar madeira. A força do exército foi pra puni gente do Brasil, não quem era de fora. E os caboclo tivero que enfrenta o exército a facção de pau, machado, foice. Quem o caboclo conseguisse derruba na briga pegava a arma daí pra luta contra os militar. Foi guerra desigual e sangrenta de anos e os caboclo sai derrotado, dizimado, mas ninguém pode dize que não foi uma luta heróica num tempo que o caboclo não tinha voz. Nós do MST somos parte disso, em Santa Catarina pelas trilha do Contestado por tudo temo assentamento, parece que o destino foi nos colocando nisso, é a história, ontem era uma guerra, hoje é um Movimento, o MST se faz presente na região do Contestado de Santa Catarina e do Paraná (Caraguatá, 67 anos, assentado de Ponte Alta, SC. Entrevista concedida em 26/10/2023).

Sei pouco sobre a guerra, na escola não vi nada que eu lembre. Sei que teve força militar pra expulsa gente da bera da ferrovia, 15 quilômetro se não me engano. E com isso foram acoando os caboclo, os agricultor, o povo que vivia ali. E é claro que nessa luta, ela era, chegava de sê exorbitante a diferença de forças. E mesmo assim eu sei que os caboclo da época não se entregaro. A gente diz que eles foro derrotado, eu não considero uma derrota porque quem luta com um facção contra o poder de uma arma de fogo que os militar tinha eu não considero derrota em momento algum. E essa nossa região é uma região onde ainda o coronelismo não aceita e não consegue nem entender, é uma porteira fechada na mente, veja que tem gente que tem vergonha de ser chamada de caboclo, colocaro como sendo 'um nada' e deveria ser o contrário. Hoje eu penso que cada pedaço de terra que vai pra uma pessoa, uma família que não tenha e vai produzir fora do grande latifúndio, é uma forma de fazer justiça por quem não conseguiu lá atrás. Então a gente tem claro que cada pedaço de terra que a gente consegue mesmo dentro do MST, faz memória a quem já se foi (Raiz da Serra, 51 anos, assentada de Ponte Alta, SC. Entrevista concedida em 23/10/2023).

Normalmente, os membros de famílias afetadas por essas experiências, mesmo fazendo parte de gerações que vieram depois, guardam essa memória sem terem vivido o fato em si. Portanto, a memória pode ser sobre algo não vivido, mas que se herdou através da partilha e que veio a forjar a construção de uma identidade de grupo.

A memória coletiva é, deste modo, um meio fundamental da vida social, uma das dimensões da ação coletiva e um veículo de poder. Poder, por exemplo de transmitir ou perenizar uma memória de si, ou de propor ou impor uma dada memória à coletividade; poder de criar, refazer ou destruir identidades sociais, de dar sentido, corpo e eficácia aos atos coletivos. O ato de memória é um ato de poder e o campo da memória, o espaço onde atuam seus lugares, é um campo de conflitos (Guarinello, 1994, p. 189).

Outro elemento da formação de memória é a constituição de personagens, já que há indivíduos que personificam certas memórias. Usando a própria Guerra do Contestado, como exemplo, podemos sem esforço algum de pensamento, lembrar tanto dos “Joãos Marias”²⁵ que antecederam o conflito e se fazem presentes no imaginário popular, quanto José Maria como presença concreta na primeira batalha em 1912, no território do Irani em Santa Catarina.

Isto, ainda hoje é lembrado e é fruto da construção de uma memória coletiva nascida por afinidade de grupos herdeiros deste fato do passado, que se prolonga com suas raízes até o presente, seja para concordar ou discordar deste passado. *“Eu fui entende, depois de jovem já, que ele foi mais que um curandeiro, foi além, aprendi que ele foi um grande lutador e acolhedor do povo que tava na luta; é assim que sei da história de São João Maria” (Raiz da Serra, 51 anos, assentada de Ponte Alta, SC. Entrevista concedida em 23/10/2023).*

Para Halbwachs (1990) não existe a memória coletiva sem a memória individual, porém, a memória coletiva segue leis independentes. Portanto, “se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais [aquele da] consciência pessoal” (Halbwachs, 1990, p. 53).

Sendo assim, a memória coletiva não é imutável e estaria passando a todo tempo por mudanças, mesmo que em uma velocidade imperceptível, esta mesma memória retém do passado aquilo que é capaz de fazer permanecer viva a consciência e a identidade de um grupo.

²⁵ Os autores que tiveram como objeto de estudo a Guerra do Contestado e evidenciaram em suas pesquisas relatos sobre os monges são unânimes em apontar a existência de, pelo menos, dois homens chamados de João Maria e um José Maria, este último presente na Batalha do Irani que deu início a Guerra. Muitas vezes o imaginário popular se refere a todos os monges como sendo a personificação de um só indivíduo ou divindade se referindo a todos estes pelo nome “João Maria”, dando a entender que no Irani estaria João e não José Maria (Cabral, 1960; Fachel, 1995; Thomé, 1999).

Ainda nas palavras de Halbwachs (1990, p. 82), “não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que a memória coletiva esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e antigas figuras. É porque o grupo que elas guardavam a lembrança desapareceram”. Para o autor isto não quer dizer que o grupo deixou de ter interesse em parte do passado, o que acontece, muitas vezes, é que ao período precedente a este passado não interessa mais, daí passar-se-ia de uma memória coletiva para uma memória histórica.

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (Halbwachs, 1990, p. 80-81).

A história sempre teve como algoz dos fatos o esquecimento. Ricoeur (2008) afirma que toda narrativa do passado é uma seleção, a memória é seletiva, pois a memória total é impossível, isto implica, a existência de um esquecimento necessário, orgânico daquilo que os indivíduos não conseguem reter. Também envolve a possibilidade de outros tipos de esquecimentos, com diferentes usos, diferentes sentidos e diferentes razões.

O processo de construção da memória acarreta escolhas entre os eventos do passado que um certo grupo acha que devem ser lembrados, e quando essa escolha é feita, o grupo acaba ocultando e esquecendo outros. Sem este entendimento não se consegue compreender com maior clareza a constituição das memórias. Em outras palavras, o passado é uma seleção daquilo que pode, ou não, ser narrado; é composto daquilo que pode, ou não, ser lembrado. É preciso, portanto, questionar projetos de esquecimento.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis e desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto (Pollak, 1989, p. 08).

Desse modo, a memória tem o poder forte de construir a identidade de grupo, ressaltando os elementos pelos quais os indivíduos sentem-se parte de uma coletividade, muitas vezes em detrimento de quem não é visto como pertencente ao grupo; um estrangeiro, praticante de outra

religião, pessoa de outra condição étnico-social, seguidor de determinada ideologia, adepto de outro tipo de regime político, seriam alguns dos muitos exemplos que poderiam ser citados.

A força dessa memória que aglutina é sempre realimentada, reforçada e reinventada, especialmente em situações que ameaçam derrubar os elementos que unem a mesma comunidade.

Por outro lado, temos os “silenciamentos”. O silenciamento, ao contrário do esquecimento, pode ser uma escolha e isto, muitas das vezes, tende a ser uma estratégia para lidar com acontecimentos que foram traumáticos, principalmente em se tratar de sociedades que tiveram suas vozes negadas, tanto antes, quanto durante e depois de determinado acontecimento que ficou marcado como traumático.

Durante as entrevistas, tivemos relatos de participantes da pesquisa, contando que alguns parentes, em geral com idade mais avançada, não gostam de narrar suas memórias sobre o Contestado.

Minha avó, ela gosta muito de conversa, mas minha vó não tem uma identificação com a questão cabocla, eu não sei te dizer se por preconceito, vergonha, ou sei lá o que, ela procura fugir. Ela procura se identificar mais com os italianos, com a família [...] que é do meu avô que casou com ela. [...] Ela procurou negar sempre essa identidade cabocla, indígena. No passado como ela tinha vergonha e se casou com alguém que tinha o sobrenome italiano e adotou este sobrenome usou disso pra esquecer uma identidade (Pedra Branca, 34 anos, assentada de Curitiba, SC. Entrevista concedida em 06/12/2023).

Podemos aqui fazer contraponto com Pollak (1989), tomando como exemplo o estudo feito com vítimas sobreviventes dos campos de concentração da Alemanha, no qual relata:

Para certas vítimas de uma forma limite da classificação social, aquela que quis reduzi-las as condições de “sub-homens”, o silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia também representar uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de “memória enquadrada” que, por princípio, não escapa ao trabalho de definição de fronteiras sociais. É como se esse sofrimento extremo exigisse uma ancoragem em uma memória muito geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta voz, nem de pessoal de enquadramento adequado (Pollak, 1989, p. 14).

Nos assentamentos que foram levantados os dados ocorreram solicitações de entrevistas que não foram atendidas, três destas com mensagens visualizadas e não respondidas, não foi insistido no contato por entender e respeitar as particularidades que fazem com que os indivíduos não queiram tocar no assunto.

Cabe à história, portanto, a sensibilidade de trabalhar os “enquadramentos da memória”. O emergir de memórias subterrâneas, revela aquilo que deve ser confrontado com aquilo que

até o momento não havia sido dito ou pouquíssimo se procurava dizer, é no embate entre o “não dito” e o revelado que história e memória ao mesmo tempo que se debatem e se confrontam, se associam e reforçam suas fontes, sejam elas orais, escritas, monumentais ou outra qualquer.

Para Schwarcz (2019) a história e a memória são formas de compreender o passado, que nem sempre se entrelaçam ou complementam. Não só a história carrega consigo algumas lacunas e mal-entendidos sobre o passado, como este passado é representado muito das vezes, quais campo de embates, desencontros e disputas. O passado, portanto, é definição inacabada. Em contrapartida, a memória sempre vem ao centro da análise a dimensão subjetiva “ao traduzir o passado na primeira pessoa e a ele dedicar uma determinada lembrança: daquele que a produz. Assim, ela recupera o ‘presente do passado’ e faz com que o passado vire também presente” (Schwarcz, 2019, p. 19).

Em suma, memória e história tem um aspecto comum: o corte entre presente e passado. Esse recorte é fundamental tanto para a memória, quanto para a história, porque ambos dão consciência de tempo.

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado (Bosi, 1979, p. 11).

Sem a ideia de presente e passado não é possível a consciência de tempo. A história faz uso da memória, mas se distingue dessa mesma, por ser uma característica de estudo e porque tende a verificação que a instrumentaliza e se utiliza dela.

Nesse sentido, a memória é uma atribuição fundamental, mas também uma habilidade que em si está sujeita a falhas e indefinições ou a constantes reestruturações. Por outro lado, a história também está sujeita a reformulações de verificação porque o papel social da história é revisitar a memória a todo tempo, responder às problemáticas que estão sendo propostas no presente. Assim, história e memória estão em constante diálogo, mesmo sendo coisas distintas.

Apesar da história utilizar-se da memória isto não quer dizer que a história, tampouco, seja somente um aglomerado de memórias. Cabe a ela verificar, cruzar lembranças com as mais diversas fontes onde essas surgiram, pois o mundo social é sempre ligado à memória. A história executa o trabalho de diluição da memória no corpo social no qual determinada recordação surge. A memória então, reside na seara da aparência e necessita da história para extrair a essência que forma e move um motor social.

A história, enquanto formadora de identidades, especificamente nesta dissertação, coloca em debate o movimento do Contestado e a questão fundiária. A luta pela terra, ainda hoje, é o fio condutor de organização de muitos movimentos sociais. À época do Contestado e início da República no Brasil “a transformação da terra em bem de produção acarretou a institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse” (Auras, 1997, p. 41). Em outras palavras: a simples ocupação da terra para subsistência, estava com seus dias contados, a partir do momento em que as forças do capitalismo viram um vasto potencial econômico a ser explorado na região, outras experiências estavam por vir. Thompson (1981, p. 15) assevera que é por meio da categoria experiência que se “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. É pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos e assim vão construindo identidades.

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (Thompson, 1981, p. 17).

Usando das premissas de Thompson, podemos dizer que, as mudanças ocorridas através da exploração econômica do território do Contestado, no final do século XIX e início do XX, fez com que classes antagônicas passassem a se rivalizar. Distintas identidades, antes distantes, uma vez no mesmo espaço, entraram em disputa e o lado explorado não aceitaria sem resistência a usurpação de seu modo de vida. A identidade de classe para Thompson (2001) acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. Essa inovação quebra com a forma binária de entender a classe: meios de produção – trabalhadores, e introduz um novo elemento empírico em forma de resistência.

Dessa maneira, no final do século XIX e início do XX, a terra em que se produzia passaria a ser a terra para extração sem nada plantar e, por consequência, a terra para poucos ou quase ninguém. Antes, o caboclo, como ficou conhecido o homem do Contestado, só

derrubava a mata a parte que transformaria em roça²⁶, muitas das vezes com ajuda de seus vizinhos, pois era tarefa árdua para uma só pessoa dependendo do tamanho da roça que precisava ser plantada.

O auxílio (...) se denominava *pixuru*: vinte ou trinta homens, animados pelo espírito de cooperar, entre ditos chistosos e cantorias, deitam abaixo num só dia, alegremente, coisa de dois alqueires de mata. Deixam em pé as árvores maiores. Depois, só no mês de agosto é que se toca fogo em tudo. Setembro se trabalha na enxada, e o chão fica disposto para a sementeira próxima. No meio da roça que vai nascendo, sobressaem os tocos e os troncos meio carbonizados, chamuscados e mortos (Auras, 1997, p. 37).

Além da terra se transformar, pela imposição das forças “civilizatórias”, na terra de extração as relações sociais também passaram por transformações. O chamado *pixuru*²⁷, ainda hoje uma palavra conhecida dos serranos catarinenses, mostrava a união de pessoas, homens e mulheres de todas as idades, e suas ferramentas – a enxada, o facão, o machado, a foice etc. – no trabalho para sobreviver na terra em que se plantando dava.

Doravante, a terra da plantação se tornaria a terra a ser defendida da espoliação e as ferramentas da labuta em ferramentas de luta, as relações mudariam drasticamente com o desenrolar dos litígios ocasionados pelo sistema que estava se impondo nas terras sul brasileiras. O autóctone se viu desprovido do seu meio de produção e subsistência, sua força de trabalho se tornara mercadoria (Marx, 1982). Era o capitalismo ao seu modo, chegando sem pedir licença e permanecendo por tempo indeterminado. Como já percebido, todo o ocorrido foi alvo de resistências e fez parte de um processo de luta de classe. Thompson (2001, p. 274) aponta que uma classe não pode existir descolada da experiência de situações determinadas:

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, [...] as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração, [...] identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.

Dessa maneira, forjou-se nas terras do Contestado uma identidade de classe que se tornou força de resistência. Muitas das vezes incompreendida, essa identidade perpassou o

²⁶ O termo roça não se refere somente ato ou efeito de roçar, mas também ao terreno preparado para a lavoura. Terreno com mato crescido, cujo mato foi cortado e a terra preparada para o plantio.

²⁷ A palavra sofreu alterações do linguajar e hoje se pronuncia *pixurum* ou *pixirum*. Na citação foi mantida como a autora relatou.

tempo e algumas gerações, de tal maneira que se trata de uma história presente nas narrativas dos remanescentes deste conflito histórico. Sejam em histórias pessoais, sejam através de movimentos da sociedade civil, tais lembranças servem de suporte de reivindicações no tempo presente.

Portanto, a Guerra do Contestado, que tem seu término oficialmente em 1916, considerado um conflito marcado pela heterogeneidade de origens sociais e geográficas, e, por isso mesmo, faz dispersar pelo planalto catarinense um contingente humano, marcado por uma luta que não cessaria, em outros moldes, com outras roupagens, os movimentos sociais ressurgem (Machado, 2004). Reflexos, lembranças e memórias chegam aos nossos dias através dos movimentos sociais de luta pela terra; o pequeno agricultor, o atingido por barragem, a mulher do campo, pessoas que trazem consigo o apego, a necessidade e a identidade confirmada na terra. Candau (2011, p. 85) nos lembra que “a amplitude da memória do tempo passado terá um efeito direto sobre as representações de identidades”.

Ao final da década de 1970 o Brasil, vivia ainda sob o Regime Militar-empresarial²⁸. Mesmo com muita contestação e apesar das mais variadas formas de resistência a esta forma autoritária de governo, este regime permaneceu até o final da década de 1980, quando houve uma transição para a redemocratização do país. É entre as décadas de 1970 e 1980 que começam a surgir com mais intensidade a organização de movimentos sociais, dos “partidos de esquerda”, das pastorais da Igreja Católica ligadas a Teologia da Libertação.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais articuladas segundo uma identidade de interesses comuns amalgamada pela força do princípio da solidariedade. Esta solidariedade é construída a partir de uma base cultural referencial de valores compartilhados pelo grupo em espaços coletivos não institucionalizados tendo como suporte entidades e organizações da sociedade civil com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem certas problemáticas conflitivas na sociedade (Gohn, 1997, p. 11).

A ação de movimentos contrários a ditadura militar brasileira (1964-1985) sempre existira. Boa parte desses grupos tinham inspiração no socialismo como princípio político e na religião a defesa dos pobres e o inconformismo com as desigualdades como princípio cristão.

²⁸ Resultado do Golpe de 1964 o novo regime político fundou-se na aliança das Forças Armadas com os latifundiários e os grandes empresários, nacionais e estrangeiros. Esse consórcio político engendrou duas experiências pioneiras na América Latina: o terrorismo de Estado e o neoliberalismo capitalista. A partir do exemplo brasileiro, vários outros países latino-americanos adotaram, nos anos seguintes, com explícito apoio dos Estados Unidos, regimes políticos semelhantes ao brasileiro (Comparato, 2014 p. 18).

A pesquisa, desenvolvida pelo professor Geraldo Locks (2008), evidencia que as lideranças dos movimentos sociais têm suas origens nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e que, na década de 1980, essas lideranças afastam-se de seu “trabalho de base”, que tinha como princípio a mobilização e formação permanente de sujeitos, e passam a integrar os movimentos reivindicatórios que vão surgindo:

Em Santa Catarina, na década de 80, as CEBs alcançaram ascendência social e política significativa. Além de sua emblemática atuação na região Oeste Catarinense, agora em grande parte por consequência da atuação dessas Comunidades, emergiam e se multiplicavam os movimentos sociais populares pelo Estado. [...] Centenas de sujeitos incubados pelas CEBs agora migravam para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a construção de sindicatos combativos (Locks, 2008, p. 102).

Como percebemos, são grupos que reivindicam e combatem a desigualdade oriunda de um passado e de um presente, de lutas camponesas pelo direito à terra e contra a exploração do trabalhador urbano ou do campo. São movimentos que acontecem ao mesmo momento em várias regiões, seja do país, seja do Estado:

Neste período se organizavam em âmbito de Regional Sul IV as Pastorais Sociais, como Pastoral da Saúde, Pastoral da Terra, Pastoral Operária. Em algumas cidades como Criciúma, Caçador, Joinville, Rio do Sul, por exemplo, observava-se a presença de Grupos de Reflexão por trás do movimento sindical que se organizava combatendo antigas práticas comprometidas com o interesse patronal e a propor novas estratégias em defesa dos trabalhadores (Locks, 2008, p. 102).

Welter (2018) corrobora com Locks (2008), afirmando que na década de 1980 a política vem sofrendo uma gradativa substituição com a formação de grupos que reivindicam, lutam e se estabelecem como autores de alterações concretas no seio da sociedade, promovendo a possibilidade de almejar um horizonte melhor.

O final dos anos 1970 e início da década de 1980 são fundamentalmente marcados pelo surgimento e pelo avanço de diversos movimentos sociais, tanto em áreas urbanas quanto rurais, frente as transformações capitalistas observadas, no Brasil e no mundo, desde a década de 1950 (Welter, 2018, p. 180).

Portanto, neste contexto surgem ou ressurgem os movimentos sociais, a partir de uma ala de esquerda da Igreja Católica. Organizações convictas de sua luta por direitos pela protagonização da sociedade e dos trabalhadores. Caldart (2000) se referindo ao MST, afirma que a raiz do campesinato liga-se a dimensões das lutas sociais do campo, herança pessoal e

identitarismo de boa parte dos integrantes do movimento, o cotidiano camponês compõe-se de elementos de conservação e também de rebeldia social.

Para Gohn (1997) numa sociedade terrivelmente segmentada e fragmentada, onde as diferenças sociais são um abismo entre a miséria, a ostentação e o mundo do consumo, o fato de haver reivindicação por direitos são fatos históricos que marcam essa sociedade de forma promissora. Isto faz parte da construção de identidades a partir da busca de objetivos comuns.

O MST do planalto catarinense nada mais é que o movimento que surge com o objetivo de interpelar as autoridades naquilo que já é de direito da sociedade, o direito à terra e a sobrevivência digna. Trata-se de enfrentamentos que tiveram começo, porém não sabemos quando findam. Na próxima seção retrocedemos no tempo para traçar parte destas histórias de lutas.

4 A LUTA CONSTANTE PELO DIREITO À TERRA

*Andando pelas estradas/ Perguntas não respondidas
 Insisto buscar por respostas/ Que foram tão bem
 escondidas.
 Se o páreo não é parelho/ Tem largada desigual
 Do outro não sou espelho/ De quem é o mérito afinal?
 De que adianta a força do braço?/ Se não tenho espaço
 Pra plantar meu grão/ Por que alguns tem colheitas tão
 fartas?/E a tantos falta um pedaço de chão.
 Eis a questão!, eis a questão!, eis a questão!.[...]
 Quem tem dinheiro controla os poderes/ Pra que não
 tenha duas opções
 Ou lambem as botas de poucos senhores/ Ou se
 organiza buscando os quinhões
 E essa luta não se faz a parte/ É coletiva demanda
 consciência
 Os desterrados resistem no embate/ Enquanto a mídia
 estimula a dormência. [...]
 (Eis a Questão: Música de José Ricardo Nerling e
 Helton Zanchi).²⁹*

Nesta seção, abordamos aspectos do Colonialismo e do Imperialismo que, anterior, durante e após a Guerra do Contestado, forjaram a história dos povos que habitaram e habitam estas terras. Trataremos, a partir de uma epistemologia decolonial³⁰, o *ethos* dos antepassados que se fizeram presentes, quando da ocupação do território. Além disso, procuramos traçar um breve histórico sobre a formação e o protagonismo do MST em Santa Catarina, este em consonância com o fato passado, as memórias e a luta pelo direito à terra.

²⁹ Essa música foi selecionada no Festival Nacional de Arte e Cultura da Reforma Agrária, que ocorreu em julho de 2016 em Belo Horizonte, Minas Gerais. As 20 selecionadas fazem parte do CD, "Da luta brotam vozes de liberdade". Todas as músicas do festival disponíveis em: <https://goo.gl/yHqsAV>. <https://mst.org.br/2017/11/29/eis-a-questao-jose-ricardo-nerling-e-helton-zanchi-rs/>. Acesso em: 07 de junho de 2023.

³⁰ Sugestão feita por Catherine Walsh para a utilização da expressão “decolonização” – com ou sem hífen – e não “descolonização” (Mignolo, 2008, 2010). A supressão da letra “s” marcaria a distinção entre o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade. Segundo Walsh (2017, p. 25) “Dentro da literatura relacionada com a colonialidade do poder, há referências à decolonialidade e ao decolonial, assim como à decolonialidade e ao decolonial. A sua referência no projecto de modernidade/colonialidade iniciou-se em 2004, abrindo assim uma nova fase na nossa reflexão e discussão. Excluir o “s” é uma escolha minha. Não está promovendo um anglicismo. Pelo contrário, pretende marcar uma distinção com o significado espanhol de “des” e o que pode ser entendido como um simples desarmar, desfazer ou inverter o colonial. Ou seja, passar de um momento colonial para um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços desistissem de existir. Com este jogo linguístico, procuro mostrar que não há Estado nulo de colonialidade, mas sim posturas, posições, horizontes e projetos para resistir, transgredir, intervir, emergir, criar e influenciar. O decolonial denota, então, um percurso de luta contínua em que se pode identificar, visibilizar e fomentar “lugares” de exterioridade e construções alternativas”.

4.1 (DES)COLONIALIDADE, COLONIALISMO E IMPERIALISMO PRESENTES NA GUERRA DO CONTESTADO: DESCONSTRUÇÃO E RESISTÊNCIA

*– Agora vocês deixaram os estranha tomar conta de tudo. Quem é que manda no mate que ainda tem? É o estrangeiro. Quem é que manda na madeira? É o gringo [...]. Tomou conta de tudo. E vocês de braço cruzado, achando bonito. Fosse no meu tempo...
– Mas o tempo mudou, erva-mate não dá mais. O recurso é a madeira. [...]. – Pois eu, quando cheguei aqui, tudo isso era um mato virgem. Dava cobra e onça, dava até bugre*

(Sassi, 1979, p. 50).

A ocupação das terras entre Santa Catarina e Paraná por companhias colonizadoras e de empreendimentos capitalistas estrangeiros foi marcante no início da República brasileira. O movimento de colonização, ocorrido no território onde veio a acontecer a Guerra do Contestado, significou a retirada do direito à vida do habitante caboclo. Através da expropriação das terras dos antepassados e, não bastasse isto, dentro da lógica da colonização e do capitalismo, foram desrespeitados os costumes, negligenciada sua religiosidade, negado seu direito de coabitar como pessoa, em um espaço que era seu, além da violência e o preconceito que sofreriam de todas as formas e que passaria a ser a certeza eminente.

Na época do auge ferroviário, as empresas britânicas, haviam obtido, com frequência, consideráveis concessões de terras de cada lado das linhas, além das próprias linhas e do direito de construir novos ramais. As terras eram um estupendo negócio adicional: o fabuloso presente concedido em 1911 à [estadunidense] Brazil Railway significou o incêndio de um sem-número de cabanas e a expulsão e a morte das famílias camponesas assentadas na área da concessão. Esse foi o gatilho que deflagrou a rebelião do Contestado, uma das mais intensas páginas da fúria popular de toda a história do Brasil (Galeano, 2011, p. 282).

Concatenando com a afirmativa de Galeano (2011), o professor Nilson Thomé (2002) desenvolveu um extenso trabalho, no qual explana em número escrito, o tamanho do despojo ocorrido nos Estados sul brasileiros do Paraná e Santa Catarina no início do século XX.

Pelo trabalho de construção e exploração da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – EFSPRG, rasgando o Território Contestado pelo vale do Rio do Peixe, a holding Brazil Railway Company, do grupo financeiro norte-americano, liderado por Percival Farquhar, teve direito a mais de *quinze mil quilômetros quadrados* de terras, em Santa Catarina e no Paraná, parte das quais, destinadas a colonização, foram repassadas para outra empresa do trust, a Brazil Development & Colonization Company (Thomé, 2002, p. 139).

O imperialismo que vinha de séculos atrás se alavancando e em constante crescimento, era explicado por uma série de teorias que procuravam justificar o expansionismo europeu e, posteriormente, o estadunidense. Foram usados pelas potências imperialistas mecanismos de controle dos mais diversos, para estabelecer o domínio de terras e territórios, procurando, inclusive, através de um discurso ancorado em um falso cientificismo, justificar sua expansão às custas da expropriação, desrespeito, escravização e as mais variadas formas de desumanidades que se possa imaginar.

Por exemplo, a evolução biológica, bastante estudada pelo naturalista Charles Darwin (1809-1882), foi utilizada de forma destorcida por muitos cientistas durante o imperialismo.

O darwinismo social, que, se utilizando da ideia de evolução por seleção natural, aplicou-a a tempos históricos, associando evolução a desenvolvimento e concluindo ser possível hierarquizar as raças, com a conclusão de que o homem branco era superior, sob o aspecto biológico. [...] No Brasil não foi diferente, ainda mais em um país onde mais de 70% da população era de origem negra (Domingues, 2003, p. 13).

As ciências naturais e humanas passaram a ser usadas como instrumento ideológico para justificar a dominação sobre os demais povos. Teorias, que hoje sabemos serem inválidas, resultaram em um racismo científico que classificava os humanos em uma controversa evolução do “simples” ao “complexo”, opondo povos autóctones aos europeus e apontando para uma superioridade de um grupo diante do outro.

Teóricos como o francês Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), o italiano Cesare Lombroso (1835- 1909) e o brasileiro Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) contribuíram no desenvolvimento de teorias eugenistas, tais estudos iam da medição de crânios à observação de características físicas para confrontar aptidões e comportamentos relacionados à “raça”. Tomemos aqui somente um exemplo baseado nos escritos de Nina Rodrigues.

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que o cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (Rodrigues, 2010, p. 07).

Fica claro no escrito acima o preconceito, pois, é afirmado que todos que não tivessem uma descendência direta ligadas ao branco europeu seriam considerados inferiores. Nina Rodrigues chega a analisar o cérebro de Antônio Conselheiro, líder da Revolta de Canudos na Bahia e atesta que, não somente o líder, mas todos os sertanejos seriam vítimas de uma manifestação endêmica da loucura, fruto do cruzamento e que, justamente por se tratar de um

hibridismo de raças “agregaria elementos que o distinguiam do ‘mestiço do litoral’, que por seu maior contato com civilizações superiores teria conseguido aplacar o lado selvagem e indómito ainda totalmente vivo no mestiço típico do sertão” (Hermann, 1996, p. 135).

Silvio Almeida (2019) contextualiza o racismo estrutural e contribui para nos fazer entender que este é construído nas bases da ideologia, o que permite percebermos muitas práticas como naturais, isto sem nem mesmo nos dar conta de suas ligações históricas a um passado que usou de todos os aparatos possíveis para afirmar formas de dominação. De outras maneiras e em outras roupagens isto persiste.

A permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e a recriação de um imaginário social em que determinadas características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à raça e, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos raciais detêm privilégios (Almeida, 2019, p. 74).

Doravante, as concepções iriam além das teorias biológicas e da eugenia. O antropólogo Jack Goody (2008) enfatiza que os europeus criaram uma versão própria da história do mundo e, conseqüentemente, deles mesmos, o eurocentrismo. Nesta descrição da história, a Europa seria a mola propulsora do planeta com seus valores como democracia, liberdade, igualdade de direitos, cristianismo, universidades, individualismo e a idealização do amor romântico. Houve, portanto, uma negação de tudo e de todo restante do mundo que não fosse aquele centrado em padrões europeus.

Em outras palavras, foi o imperialismo, dos séculos XIX e XX, somando-se ao colonialismo, dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII, usando de um discurso respaldado em argumentos de dominação, se colocando como implantadores de uma civilidade europeia e do modo de produção capitalista, que fez grande parte de todos os continentes do mundo sentirem diretamente os impactos da ascensão dos impérios coloniais: os territórios banhados pelo Oceano Pacífico, as terras da Oceania, a China no continente asiático, o grande continente africano e considerável parte das Américas. Todos iriam conhecer as mais variadas formas de preconceitos e violências; da física à psicológica; da espoliação material ao controle e extermínio de povos e erradicação de etnias e culturas, tudo em nome do lucro, da sanha de riquezas sem limites.

Para Mignolo (2007) o próprio conceito de “Novo Mundo” significa a evidência por parte dos Europeus de uma tentativa de silenciar a história dos povos autóctones dos territórios conquistados, colocando a Europa como anterior a todos os outros continentes. “América nunca

foi um continente que houvesse que descobrir e sim uma invenção forjada durante o processo da história colonial europeia e da consolidação e expansão das ideias e instituições ocidentais” (Mignolo, 2007, p. 28). Lógico que nas terras sul brasileiras não foi diferente e, sem medo de incorrerem em erros, esses também são motivos que se somam, formam movimento e culminam como resultado na Guerra do Contestado.

Colonialismo e imperialismo estão inseridos dentro de uma lógica da modernidade, sendo assim, em nome de riquezas e expansão de territórios e mercado haveria uma colonização em todos os níveis. Para um melhor entendimento vamos fazer uma breve diferenciação entre os termos colonialismo, imperialismo e colonialidade. Decompondo esses conceitos chegamos à compreensão do que venha a ser a decolonialidade.

O colonialismo, muitas vezes, é confundido com o próprio imperialismo. Na verdade, o colonialismo foi empregado na dominação de tudo que fosse de interesse da metrópole, sob aquilo que pertencia ao colonizado: seu trabalho e suas riquezas. Mignolo (2010) e Maldonado-Torres (2008) apontam a diferença presente na própria etimologia das palavras. Colonialismo vem de “*colonus*”, derivado do latim significa “fazendeiro”; já “imperialismo” vem de “*imperium*” e significa “comando”. Assim, Mignolo (2010) afirma que colonialismo envolveria o deslocamento de uma população que se encarregaria da manutenção de uma fidelidade política. Já o imperialismo seria o poder de uma nação sobre a outra. De qualquer modo o autor considera que o colonialismo é uma prática de dominação e a consequente subjugação de um povo por outro e, portanto, seria um complemento ao imperialismo.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) definiu colonialismo introduzindo o conceito de “colonialidade”. A modernidade europeia gerou uma complexa narrativa e originou uma civilização ocidental tendo como base a conquista de outros povos. Isto leva a uma hierarquização que passa a justificar a dominação das potências do centro do capitalismo sobre a periferia como argumentos baseados na estratificação das raças, etnia, gênero, classe etc. Isto levou a um controle dos diversos saberes desses povos gerando como consequência o domínio do trabalho, dos recursos e da produção com vistas ao enriquecimento e ao acúmulo de capital por parte das nações dominantes (Quijano 2005; Mignolo, 2010).

A colonialidade é desvelada pela dimensão imperial ocidental dos últimos 500 anos, tal forma de domínio acarretou numa colonialidade que perpassa o conhecimento e leva a rupturas epistêmicas e paradigmáticas. Portanto, a modernidade e a colonialidade são elementos que constituem a mesma matriz sendo partes indissociáveis e constitutivas (Mignolo, 2003; 2017). Um pensar decolonial é preciso.

Se no passado houve o uso do cientificismo para justificar projetos de dominação e opressão, no presente as ciências humanas se voltam a lutar a favor de um reconhecimento de povos e culturas que sofreram com tais processos. O estudo decolonial é uma matriz de pensamento que objetiva lutar contra a opressão e o racismo no campo epistemológico. Tais estudos abarcam uma longa trajetória de resistência das populações submetidas, daqueles que Frantz Fanon (2022) nomeou como “condenados da terra”.

Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018) afirmam que a decolonialidade reside na capacidade de esclarecer e sistematizar, procura elucidar historicamente o que foi a colonialidade em todos os níveis da vida humana e, assim, nos ajudar a pensar estratégias para transformar a realidade. O conceito de colonialidade pode ser estendido para outros âmbitos.

Assim, Mignolo (2010, p. 12) sugere que “a matriz colonial do poder é uma estrutura complexa de níveis entrelaçados”. Compreender a colonialidade é entender sua expansão nas mais diversas formas que o poder foi exercido, isto se amplia para a economia no controle da autoridade, controle da natureza e dos recursos naturais, controle do gênero e da sexualidade, controle das subjetividades e do conhecimento (Mignolo, 2010).

Entendendo a colonialidade poderemos encontrar formas de fazer um processo reverso e, portanto, descolonizar o pensamento para atingir o reconhecimento de identidades, memórias e outras tantas heranças que foram e servem de resistência, que perpassaram a modernidade, o colonialismo, o imperialismo e ainda lutam por reconhecimento e direitos.

Um pensar decolonial sobre as terras do Contestado significa entender como foi tratado os humanos que habitavam este espaço. Vamos recorrer a Albert Memmi (2007, p. 122) para início de argumentação:

Pouco importa ao colonizador o que o colonizado verdadeiramente é. Longe de querer apreender o colonizado em sua realidade, ele se preocupa em fazê-lo sofrer essa indispensável transformação. E o mecanismo dessa remodelagem do colonizado é por si próprio esclarecedor. Ele consiste primeiramente em uma série de negações. O colonizado *não* é isto, *não* é aquilo. Jamais é considerado positivamente; se o é, a qualidade concedida está ligada a uma *falta* psicológica ou ética.

Albert Memmi (2007), em sua obra “Retrato do Colonizador precedido de Retrato do Colonizado” enfatiza os efeitos psicológicos do colonialismo. O autor mostra os pormenores e as consequências, resultantes das formas de colonização a que povos de territórios foram submetidos e como essas influenciaram nos mais diversos modos de ver, interpretar, se comportar e reafirmar pensamentos e vivências. Semelhante ao ocorrido no período da Guerra

do Contestado (1912-1916), e muito se espelha hoje, a forma de colonização e a consequente tomada de terras não respeitou o chamado sertanejo ou o caboclo do Contestado. Ao povo que já estava nas terras em litígio entre Santa Catarina e Paraná, atravessado pela Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG) foi mostrado o desprezo e o desapeço. “No limite, ambição suprema do colonizador, ele [o colonizado] deveria passar a existir apenas em função das necessidades do colonizador [...]” (Memmi, 2007, p. 124).

As mudanças que vinham ocorrendo no Brasil eram, muitas vezes, incompreensíveis no *ethos* caboclo. Sua interpretação do direito não era jurídica e se baseava mais no aspecto consuetudinário, no qual a ideia de “justo” pouco, ou nada, se separa do que se entende juridicamente como “legal”. Para Sevckenko (1998), a República recém instalada foi responsável por uma nova lógica socioeconômica e consigo trouxe transformações para a população: a abolição da escravidão (1888), a inexistência de um mercado de trabalho capaz de suprir essa mão de obra ex-escrava, a imigração e a chegada de empreendimento estrangeiro. Tudo isto faz florescer estruturas que levam à novas formas de perceber a realidade, porém, nem sempre aceitando-a.

Essas mudanças seriam sentidas de forma mais veemente no interior do Brasil. Movimentos como Canudos e Contestado evidenciam que a ideia de civilização e progresso lhes atingia de forma que não davam significado a essas palavras, pelo contrário, resultou na negação do uso da terra, na venda de seu tempo e de sua força de trabalho e a exploração advinda daí (Carvalho, 1990). Nas terras do Contestado a *Brazil Railway* e a *Lumber* passam a determinar através do relógio e o apito da fábrica o início e o fim do dia. Quem obedecesse a isto, talvez por um período tivesse teto e comida, do contrário estariam jogados a própria sorte. Coisas, até então, desconhecidas nestes sertões. Nada disso foi aceito sem resistência.

O movimento sertanejo do Contestado foi considerado um dos maiores em território nacional. Pode ser entendido como a construção de um conjunto de valores sociais que contestavam as mudanças ocorridas, mostrando que tais ideais de progresso falharam diante da população pobre e marginalizada. “Sem raiz na vivência coletiva, a simbologia da República caiu no vazio” (Carvalho, 1990, p. 141).

Falar que a Guerra do Contestado culminou simplesmente pelos problemas do seu tempo já expostos anteriormente, seria como dar por findado no passado tal acontecimento. Por isso, usamos nestes últimos parágrafos a palavra “movimento”, pois, não foi uma simples guerra. Movimentos são maiores que guerras armadas, eles sobrevivem das mais variadas formas de resistência e se estes perpassam o tempo é porque os problemas deste Brasil do

passado permanecem. Ricardo Prestes Pazello, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em entrevista concedida a jornalista Ednubia Ghisi do site Brasil de Fato³¹ afirma:

Só os movimentos populares poderiam fazer esse resgate, por que justamente são eles que conseguem dar uma lição para a sociedade que tem, por exemplo, a educação formal uma quase que total negligência com relação a sua própria origem, identidade e formação histórica (Pazello, 2016, p. 01).

Entender a formação e as memórias dos movimentos populares é entender nossa história, é se dispor a um olhar crítico da nossa sociedade e se perguntar por que num país com as maiores riquezas do mundo, dos minerais à abundância de terras produtivas, ainda reina a desigualdade. Parafrazeando o professor Pazello (2016, p.01): “Dos redutos aos acampamentos e assentamentos a herança da Guerra do Contestado permanece presente”.

4.2 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) EM SANTA CATARINA: ADENTRANDO O *LÓCUS* PESQUISADO

Perseu precisava de um capacete da invisibilidade para perseguir os monstros. Nós puxamos o capacete mágico a fundo sobre nossos olhos e orelhas para podermos negar a existência de monstros
(Marx, 1982, p. 12).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social que luta pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais no Brasil. Este movimento emerge dentro dos chamados Novos Movimentos Sociais surgidos a partir da década de 1970. Porém, se dissemos que são novos (esses movimentos), são novos em relação a quê?

De modo geral os velhos, ou antigos, movimentos sociais privilegiavam uma orientação para com o Estado, de forma e organização verticalizada. Para Viola e Mainwaring (1987), isto ocorre a partir de 1964, quando passa a existir uma distinção importante entre as formas de organização social que existiam e as que passam existir, ainda que não imediatamente após o golpe, mas, de forma mais perceptível durante a década de 1970, principalmente no que se refere as formas de mobilização e ao corolário no qual se circunscrevem.

³¹ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Dos redutos aos acampamentos, herança da Guerra do Contestado permanece presente**. 2016. Ednubia Ghisi. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/16/dos-redutos-aos-acampamentos-heranca-da-guerra-do-contestado-permanece-presente>. Acesso em: 14 jan. 2023.

Por intermédio de organismos legalmente reconhecidos, se estabelece um diálogo com o Estado sejam estes, sindicatos, partidos políticos, associações de amigos de bairro ou outras formas de organização social. Porém, sabemos que havia um cerceamento dos canais políticos e democráticos, pois o Brasil estava vivendo o Golpe de 1964 sob a tutela de militares que tomando conta do aparato estatal determinavam e implantavam os valores ideológicos da classe social dominante. Portanto, essas mesmas organizações citadas no exemplo acima, se caracterizavam mais por sua capacidade de mobilização eleitoral do que propriamente por seu engajamento em causas comuns. Era um esquema de cooptação popular com forte orientação populista/paternalista, onde o poder público e as forças políticas utilizavam essas organizações a fim de angariar votos ou apoio político.

Hartmut Karner (1987) nos faz entender que pouco havia de politizador nas formas de se organizar coletivamente e as causas pelas quais lutavam, muitas vezes, ficavam associadas a interesses mais imediatos das populações se transformando em assistencialismo. Sendo assim, as ações se tornavam pouco críticas às políticas governamentais.

Nos anos 1970, contudo, surgem formas diferenciadas de organização da sociedade civil:

[...] se caracterizam por suas lutas para romper com os esquemas populistas do passado, para a criação de formas comunitárias de participação direta das bases ao nível da reflexão, da decisão e da execução, diminuindo ao mínimo a distância entre a direção e a base do movimento. Defendem sua autonomia frente ao Estado e Partidos, considerando a cidadania um direito do povo, numa situação de um capitalismo particularmente excludente. A defesa da autonomia não significa que o partido não poderá ser utilizado como canal de encaminhamento das reivindicações dos movimentos sociais. Significa, sim, que esses novos movimentos recorrem aos partidos de forma distinta do habitual aos movimentos tradicionais, nos quais havia um nítido atrelamento do movimento ao partido e, frequentemente, ao Estado (Scherer-Warren, 1987, p. 42).

Neste bojo, surgem os novos movimentos sociais cujas características se mostram contrárias àquelas que se apresentavam na década anterior:

[...] o período ditatorial, com um regime que restringiu e constrangeu a atuação das camadas populares nos planos econômico, político e cultural/ideológico, foi o espaço para que antigos grupos de pressão se organizassem em novos moldes [p. ex.: Novo Sindicalismo, Novas Associações de Bairro], e novos grupos surgissem como forças políticas no seio da sociedade civil (Scherer-Warren, 1993, p. 52).

Neste contexto, emerge o MST. “No início dos anos 1960, já existiu um Movimento dos Sem Terra – MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra) – [...] ligado ao Partido

Trabalhista Brasileiro, do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola” (Lisboa, 1988, p. 69). O movimento já promovia acampamentos cujo objetivo era conquistar a terra.

Na época, os colonos do MASTER invadiram a fazenda Sarandi de aproximadamente 24.000 ha que foi desapropriada por Brizola. Parte da área foi vendida aos colonos (13.000 ha) e o restante loteado. Uma área de 3.000 ha foi arrendada pelo Estado para empresários, dando origem as fazendas Macali e Brilhante (Lisboa, 1988, p. 69).

O MASTER deixa de existir após o Golpe de 1964, o mesmo aconteceu com as ligas camponesas Brasil afora. Na toada do regime ditatorial implantado, foi criado o Estatuto da Terra³² que visava propor uma nova política agrária e agrícola. Porém, mesmo contendo no “Art. 1º - Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (Brasil, 1964). Tal documento não passou, grosso modo, de letras jogadas no papel.

Para Stédile (2013) o fracasso da reforma agrária é fruto da entrada do neoliberalismo. Tal sistema possibilitou, através do agronegócio, um domínio do capital, desta maneira, fazendo com que o problema de não distribuição de terra permanecesse.

A termos históricos não demorou a ressurgir, como já explanado acima, novos movimentos de contestação. Para o Professor do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF), João Carlos Tedesco (2019)³³, começa a se esboçar no Rio Grande do Sul, no ano de 1978, um cenário de lutas envolvendo a questão da terra. Segundo Tedesco, os problemas não resolvidos nos anos 1960 pela política brasileira faz com que crises adormecidas voltassem a despertar. Lideranças políticas, religiosas, estudantis e do meio sindical voltam a pôr em pauta as discussões acerca da problemática da terra. Quando chega, o ano de 1979 com o grupo dos expulsos de Nonoai, já existe uma certa caminhada advinda das lutas que iriam permanecer. Lideranças como João Pedro Stédile, Ivaldo Gehlen e tantas outras que iriam surgir, foram forjadas na luta por uma reforma agrária que atenda os anseios da população sem terra.

O atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu no Sul do Brasil. No Rio Grande do Sul a gota d’água foi a ação dos índios de Nonoai: cansados das promessas da FUNAI, expulsaram os arrendatários de sua reserva. Expulsos, sem terra

³² A íntegra da lei pode ser vista no endereço eletrônico. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-publicacaooriginal-67105-pl.html>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

³³ TEDESCO, João Carlos. A ocupação da granja Macali: marco na luta camponesa no norte do RS. Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2019/08/29/artigo-or-a-ocupacao-da-granja-macali-marco-na-luta-camponesa-no-norte-do-rs-1>. Acesso em: 19 jun. 2023.

e sem trabalho, esses camponeses passaram a reivindicar terra pra trabalhar. Ocupam as fazendas Macali e Brillhante, anteriormente desapropriadas. Tentam ocupar uma fazenda com titulação duvidosa da qual também são expulsos. Decidem por fim “acampar” na beira da estrada exigindo terra do Estado. Surge o acampamento de “Encruzilhada Natalino” em Ronda Alta. Foi em torno dessa luta que se estruturou, lentamente o Movimento dos Sem Terra no Rio Grande do Sul (Poletto, 1985, p. 20).

Na década de 1980, os movimentos por reivindicação à terra se espalham pelo país e nesta mesma década o MST toma formato enquanto movimento nacional.

De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no estado do Paraná. Em 1985, de 29 a 31 de janeiro, os sem terra realizaram o Primeiro Congresso, principiando o processo de territorialização do MST pelo Brasil (Fernandes, 2000, p. 50).

Em Santa Catarina o MST teve início de suas ações com a ocupação da Fazenda Burro Branco, realizada por 300 famílias, no município de Campo Erê em maio de 1980 (Lisboa, 1988). “A vitória dos colonos de Campo Erê passou a ser exemplo para os Sem Terra que começavam a se organizar [...]” (Lisboa, 1988, p. 71).

Nos dias 05 e 06 de dezembro de 1984, realizou-se um Congresso Estadual, a partir do qual foram levantadas e discutidas sugestões, sendo que as mesmas, seguiram para o Congresso Nacional que aconteceria em janeiro de 1985, como já mencionado acima. Segundo Lisboa (1988), ainda em 1984, ocorreu uma manifestação pública, em frente à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na capital Florianópolis. Na mesma ocasião, em Chapecó, representantes do MST fazem uma audiência com o então governador Espiridião Amim e o Coordenador Regional do INCRA. Na conjuntura o movimento apresenta o levantamento dos latifúndios improdutivos em Santa Catarina e, portanto, passíveis de desapropriação.

Segundo Vilson Santin, coordenador estadual e nacional do MST. Santa Catarina, no ano de 2023, tem pouco mais de 140 assentamentos, isto significa terra e vida digna para 6 mil famílias que produzem e habitam cerca de 70 mil hectares de terra. “Neste espaço há 26 escolas, 8 cooperativas, rádios comunitárias, postos de saúde e muita produção de alimentos saudáveis”.³⁴

³⁴ Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/27/mst-em-santa-catarina-comemora-35-anos-com-atos-de-solidariedade/#:~:text=Quantas%20conquistas%20que%20n%C3%B3s%20a,nem%20imaginava%20que%20ia%20ter%E2%80%9D.&text=Acervo%20MST%20FSC->

Em suma, a história do MST em Santa Catarina não é diferente do restante do país, é marcada por lutas, ocupações de terras, conquistas e resistências. O movimento tem desempenhado um papel fundamental na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais sem terra e na busca por uma reforma agrária mais efetiva e justa. Dia 25 de maio é o Dia do MST em Santa Catarina.

No recorte espacial que elegemos para nossa pesquisa – o planalto catarinense – muitas destas conquistas já foram alcançadas e resistências continuam sendo travadas.

Para Josilaine Antunes Pereira (2021, p. 185):

No mundo do trabalho no qual são travadas lutas e interesses entre capital e trabalho, a participação e emancipação implicam na conquista e garantia de direitos bem como a própria superação da luta de classes. Sujeitas [e sujeitos] que sofrem as consequências da desigualdade, passam a participar de organizações e movimentos sociais, tendo em vista a transformação de suas condições desumanas para condições humanas e dignas de vida.

Portanto, adentrando ao lócus pesquisado, quando falamos em MST, não estamos nos referindo a uma questão agrária começada apenas na década de 1980 através deste movimento social. Do mesmo modo, a Guerra do Contestado não é um acontecimento de estreia de um conflito pela terra. Como já abordado anteriormente, as terras a que nos referimos aqui sempre fizeram parte de um bem em permanente disputa. O professor Paulo Pinheiro Machado nos alerta que mesmo antes da eclosão da Guerra a questão da posse da terra já era motivo de desavenças.

Por várias décadas, entre o final do século XIX e início do XX os territórios de jurisdição disputada entre Paraná e Santa Catarina foram alvo de grilagens praticadas por grandes fazendeiros que eram destacados membros do poder local e oficiais da Guarda Nacional do Paraná. Esta ação ocorreu sobre comunidades indígenas, posseiros e lavradores pobres destes territórios (Machado, 2023, p. 612).

Da mesma forma que, de um lado, pessoas com uma certa influência cometeram a prática da grilagem, as matas com uma forte presença de araucárias e ervais nativos eram frequentemente ocupadas por lavradores pobres, com o intuito de fazer uma pequena roça de subsistência, criar alguns animais e no inverno, quando o clima não era muito favorável ao cultivo, empenhar-se na extração da erva mate. Desta maneira, uma pequena clareira era aberta na mata e aos poucos ia se ampliando a oferta de campos.

,Em%20Santa%20Catarina%20o%20MST%20conta%20hoje%20com%20cerca%20de,70%20mil%20hectares%20de%20terra. Acesso em: 13 dez. 2023.

Esses posseiros, nas regiões de expansão pecuária, nunca tiveram sua terra documentada, o que certamente levou a litígios. Apesar de nem um lado, nem outro, ter garantido o uso da terra por meios legais, sempre prevalecia a força do grande proprietário e não a do pequeno lavrador. Por vezes, aparecem rastros de declarações de desistência de posseiros, com “assinaturas a rogo”. Machado (2023) relata que tais declarações mostram que nem sequer indenizações pelas benfeitorias existentes eram contempladas. No Cartório de Curitiba, em 1883, no Livro de Atas e Registros, foi anotada uma “escritura particular de desistência” nestes termos:

Declaramos nós abaixo-assinados - Manoel Pires Cordeiro e minha mulher Ana Maria Alves, que tendo construído uma pequena casa onde temos residido, perto de um ano, no lugar denominado Monte Alegre, deste termo, por termos perto desta morada comprado umas capoeiras à José Maria Leite Prado, fomos chamados a juízo conciliatório nesta Vila por Francisco Zefferino de Mattos e sua mulher, para abrímos mão destas terras onde temos nossa casa, porque pertence a posse a eles e outros, e não a capoeira comprada por nós; a cuja conciliação não comparecemos e como hoje estamos informados e bem certos do direito do mesmo senhor Mattos e sua mulher e outros, aos terrenos onde temos nossa casa por fazer parte dos em que eles têm sua posse, mansa, pacífica, habitada há muitos anos, desistimos por isso desses terrenos por reconhecermos ser deles e prometemos nunca mais os perturbar, por nós e nossos herdeiros [...] (Machado, 2023, p.615).

A referida localidade de Monte Alegre ficava à época a leste da vila de Curitiba, hoje trata-se do município de São Cristóvão do Sul³⁵ localizado entre Ponte Alta³⁶ e Curitiba, nosso recorte territorial investigado. O que chama a atenção no documento, além do fato do casal abrir mão das terras sem nenhuma forma de ressarcimento pelas benfeitorias, é a assinatura de terceiros em seu lugar. “Certamente pobres, pois só conseguiram adquirir uma capoeira, terreno ‘sujo’, de pouco valor, sugere que estamos diante de uma expulsão de posseiros” (Machado, 2023, p. 615).

O pequeno exemplo acima foi somente no intuito de reforçar a questão premente desta dissertação: a história do caboclo do planalto catarinense é uma história de negação à terra, uma força da realidade, posta muito antes do conflito começar, que perpassou a Guerra e que chegou ao presente.

³⁵ A lei 8.555, de 30 de março de 1992 cria o município de São Cristóvão do Sul. Procedência: Comissão de Justiça. Natureza: PL 72/92.DO: 14.414 de 01/04/92. Fonte: ALESC/Div. Documentação. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1992/8555_1992_Lei.html. Acesso em: 15 dez. 2023.

³⁶ Elevado à categoria de município com a denominação de Ponte Alta, pela Lei Estadual n.º 981, de 22-07-1964, desmembrado de Curitiba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/ponte-alta/historico>. Acesso em: 15 dez. 2023.

Antes de prosseguirmos, vale aqui o relato de um entrevistado que se concatena a questão:

Se for falar só aqui na região o problema da terra é desde a época da Guerra do Contestado, como no Brasil na época dos quilombo, dos escravo, antes da liberdade feita pela princesa. O escravo foi morto, judiado e depois mesmo os liberto iam fazer o quê!? O MST hoje é um plano de libertação, é isso que foi pra mim e pra minha família, um plano de libertação, antes disso nós só vagava de lugar em lugar, de terra em terra que era dos outros. Nós passemo por Cerrito, Capão Alto, Lages, fomo a Curitiba e de novo pro Cerrito, foi tanto lugar que perco as conta. Agora temo sossegado, produzindo no que é nosso e se Deus quisé não mudemo mais (Taquaruçu, 52 anos, assentado em São Cristóvão do Sul. Entrevista concedida em 22/10/2023).

O entrevistado acima é agricultor e carpinteiro, desde criança ligado aos afazeres do campo, porém nunca foi um proprietário, sempre vendeu sua força de trabalho nas terras alheias a ele. Edward Thompson, em seu trabalho sobre os cercamentos e a formação do operariado industrial do século XVIII, assevera que privar da terra quem produz e nela reside causa uma corrosão de relações, pois tem ali seus encadeamentos consuetudinários, ou seja, tem nela suas práticas, seus costumes e sua cultura, além dos meios de produção agrícola. A consequência visível desta privação é “a destruição dos elementos tradicionais na sociedade camponesa” (Thompson, 1987, p. 46).

Mesmo Thompson (1987) tratando da formação da sociedade operária inglesa, isto se assemelha a realidade da questão agrária brasileira no que diz respeito ao acesso à terra por parte do trabalhador rural. A lógica capitalista é manter a existência do “exército de reserva” de operários desempregados. Tanto na Inglaterra do século XVIII, quanto no caso brasileiro no período presente, o obstáculo é a concentração fundiária.

5 MEMÓRIAS PASSADAS, REMINISCÊNCIAS PRESENTES

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido
(Benjamin, 1985, p. 224).

Dando sequência a dissertação, abordamos nesta seção, o papel da História no que chamamos hoje de “tempo presente e usos do passado”. Reflexões sobre o tempo presente não nos afastam de maneira alguma do debate da: memória, tradição, identidade, testemunho, justiça etc. A história do tempo presente abre um horizonte de possibilidades do saber histórico e encara a cultura histórica moderna sob os efeitos da aceleração que o mundo atual nos impõe.

Analisar a memória do movimento do Contestado no MST significa não somente ter percepção das lembranças passadas, antes disto há uma procura de repensar passado e presente e ressignificar uma função social à história. Trouxemos relatos orais de pessoas que habitam o mais recente assentamento do planalto catarinense e narram sua chegada até o local. Documentos oficiais escritos – tais como decreto e portaria – e atividades artísticas culturais, incluindo música e poesia, mostram as vivências de assentados abrangendo todo o lócus pesquisado complementando a seção.

5.1 A MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO NO MST: TEMPO PRESENTE E USOS DO PASSADO

*Ser de paz e de luz. / De além mar pro sertão.
Traz mensagem pro povo. / De amor e união.
Caboclada de fé. / Roda de mate amiga.
E da boca do monge. / Conselhos para vida.
Cuida do teu irmão. / Da fonte de água limpa.
Da mata, dos animais. / É tudo a mesma família.
Nas ruas do Taquaruçu. / O povo em procissão.
E a benção do Estado. / Tiro, bala de canhão.
Assim nossa nação. / Manchou de sangue esse chão.
Pra agraciar coronéis. / Estrangeiro e patrão.*
(Contestado: Música de Guga Paniz)³⁷

³⁷ A música Contestado pode ser ouvida a partir do minuto 17:27 do vídeo que apresenta o espetáculo Paisagens Sonoras de um Contestado Contemporâneo. A obra é uma apresentação musical autoral de Guga Paniz e remonta as paisagens do Vale do Contestado sobre a perspectiva do artista. Nesse trabalho, os poemas se juntam a uma infinidade de melodias e harmonias que vão se entrelaçando com as palavras e narrando paisagens que expressam o ambiente rural miscigenado do Planalto Catarinense. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4U0FMIPUcIA>. Acesso em: 13 jan. 2024.

Sabemos que o tempo passa e as coisas se transformam com este passar. Vivemos embrenhados na historicidade e assim criamos formas de lidar com isso. A consciência histórica não é simplesmente algo que acontece ou não, é uma condição de nossa existência e, sendo assim, todos os seres humanos precisam lidar com isso de uma maneira ou de outra, porém, o que não dá para negar é a existência da consciência.

A consciência histórica é um universal antropológico, faz parte de um saber dialético. Thompson (1981, p. 129) enfatiza que “[...] a dialética nunca pode ser registrada nem aprendida de cor. Ela só pode ser assimilada pelo aprendizado crítico dentro da própria prática”.

O MST do planalto catarinense pode ser considerado a permanência e a subsequência de um conflito dos movimentos do campo e não estando desligado de seu passado faz uso deste em suas vivências presentes. Nas entrevistas realizadas, não foi difícil constatar que relatos se coadunavam com lembranças advindas da Guerra do Contestado, usadas como forma de identificação e resistência. Da mesma forma, percebemos o desenvolvimento de obras artísticas usadas em apresentações culturais, confraternizações ou nas místicas do MST regional. Como exemplo, na sequência, trazemos uma composição musical:

Araucária

Araucária, símbolo de resistência
Mãe dos povos originários que habitavam este lugar
Tombou ao chão em chacinas violentas
Cruzou fronteiras, foi sepultada além mar
E hoje aos teus pés vejo renascer
Belo capão em reduto singular
Como os caboclos resistiram bravamente
Hoje teus filhos se erguem no lugar.

Distopia de civilizações conturbadas
Só veem riqueza em madeira morta
Não percebem que na ponta de teus galhos
É que a vida se renova, aiai...

E por três anos, com tempo e paciência
Contemplo no alto de teus galhos
Das tuas entranhas o fruto se formar
Vai ser fartura de alimento no inverno
Chama de amor junto as grimpas a queimar
Vai ser fartura de alimento no inverno
Chama de amor junto as grimpas a queimar
Junto as grimpas a queimar.

Vida camponesa no planalto serrano
Caminha lenta contemplando o viver
Longe da pressa dos que sonham em ser grandes
Vida serena, nunca deixa de crescer.

Te devo a vida
Pois vida vem da natureza
Que serve a água junto aos frutos

De nossa terra em meu altar.

Mata nativa, tu és a divindade onde humildemente dedico
Minhas preces.

(Guga Paniz, Nico Nicodemus e David Cardona)³⁸

Um dos compositores, Guga Paniz, reside em assentamento no município de Curitiba. Junto com Nicodemus constroem um trabalho autoral que aborda a temática da vida rural sobre os pilares da agroecologia. Analisando tanto a epígrafe desta subseção, quanto a música “Araucária”, podemos constatar que tratam de uma questão decorrida na época da Guerra: a questão religiosa popular, as agruras da guerra que se formaram a partir da entrada de empresas estrangeiras, tanto para construção da ferrovia, quanto para extração da madeira e o consequente desalojamento dos moradores nos 15 quilômetros a cada lado da EFSPG.

Sem dúvidas, as músicas rememoram uma passagem vivida no passado, fazendo uso da memória como forma de resistência. Para Knauss (2012), o trauma, para além da violência, é uma ressonância social para além do tempo e do fato vivido e uma prolongação através da lembrança com força para servir de temática insistente no presente.

Tais memórias podem ser constatadas nas mais diversas ações do dia a dia dos sujeitos sociais, seja em atividades culturais e de lazer, seja no protagonismo exercido na luta por implementação das justiça sociais, dentre estas a reforma agrária.

A reforma agrária promovida pelo movimento do MST neste lugar, apesar de boa ainda é poca coisa perto do que a gente sabe que aconteceu no tempo da Guerra Contestado, fico muita terra pra poco dono e que não produz nada; é gado e pinus, pinus e mais pinus pra indústria transforma em papel (Maria Santa, 55 anos, assentada de Ponte Alta, SC Entrevista concedida em 26/10/2023).

Esta é a fala inicial da assentada que iremos chamar aqui de Maria Santa, residente em Ponte Alta no assentamento Anita Garibaldi.³⁹ Ponte Alta é uma das cidades marcadas pela grande extensão de plantações de pinus para abastecer principalmente as fábricas de papel e celulose da região do planalto catarinense. A entrevistada prossegue:

Este assentamento aqui era uma fazenda só, só de uma pessoa, acredita? E não era só essa, tinha mais. Vivia comprando e vendendo pinhal e as terra que pegava sem pinus era já que forrava dessa coisa maldita que acaba com tudo: com as água, com

³⁸ Música disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YB3DupUD9Jo&list=PL1L7a0ZmmLZ18Gb-ZiAsvtNw-ZHRqShKh&index=4>. Acesso em: 29 dez. 2023.

³⁹ “O primeiro assentamento de famílias sem terras, com anuência do presidente Lula, em 2003, aconteceu na Serra Catarinense, mais precisamente em Ponte Alta. Em 20 de junho de 2003 nasceu o assentamento Anita Garibaldi. O receio de décadas de que os Sem-Terras chegassem à região serrana se confirmava. De fato e de direito ocuparam a primeira fazenda”. Disponível em: <https://amures.org.br/2010/08/23/noticia-116199/>. Acesso em: 06 jan. 2023.

os bicho!... Eu e o marido estamos aqui desde a ocupação, já faz mais de 20 ano. Ocupamo porque era fazenda hipotecada e com uma dívida que o dono não conseguia paga. Isso tudo era 600 hectares e pinheirinho a perde de vista. Não foi fácil mais recuperemo a terra (solo) e hoje 43 família vive e planto aqui (Maria Santa, 55 anos, assentada de Ponte Alta, SC Entrevista concedida em 26/10/2023).

Percebemos no relato que, além do uso de uma lembrança que remete ao Contestado, no início da fala, há uma tentativa de justificar a concentração fundiária. Ficou evidente na narrativa da entrevistada não somente a concepção de “*muita terra para poucos donos*”, também é perceptível a preocupação com o modo de uso que se dá ao solo da região, sendo tratado tão somente visando o lucro através da monocultura do pinus e a consequente mudança a partir do assentamento: “*43 famílias vivem e plantam aqui.*”

Cezar (2012) defende a premissa que há um sentimento que leva, certa medida, a construção de uma historicidade contemporânea, na qual nem sempre há uma ligação primordial com o passado e sim com “o presente vivido, sentido como uma espécie de fluxo contínuo. [...] Essa experiência moderna de um presente perpétuo, inapreensível e praticamente imóvel, que procura, por outro lado, produzir para si mesmo seu próprio tempo histórico” (Cezar, 2012, p. 32).

Dona Maria Santa foi também uma das lideranças que ajudou no que veio a resultar no mais recente assentamento da região, em São Cristóvão do Sul, SC. Em sua fala, ela faz questão de discorrer sobre o protagonismo exercido pelas mulheres dentro do MST. Eis a fala de dona Maria Santa:

Sempre a gente fala que no Movimento Sem Terra, sempre, desde o acampamento, desde a direção nacional, estadual, é um companheiro e uma companheira que fazem parte. E isto a gente tem também nos acampamento: uma coordenadora e um coordenador de grupo de família né! Então ali a gente já começa a trabalha com as mulheres que as vez tem vergonha até de fala o nome [...] tem vergonha de se expressa, daí a gente trabalha essa questão: “Que nós mulher o quanto somos importante no dia a dia, na vida da luta” Então, acho que isto deve ser valorizado em todas as situações. As jovens, por exemplo, a gente dá muito incentivo pra que participe, que ajude, na construção do movimento, do acampamento, do assentamento. Eu vejo mulher (es) que eu acompanho a bastante tempo aqui no assentamento em Ponte Alta e agora em São Cristóvão que elas fala “Meu deus, eu não conseguia nem dizer meu nome e aprendi que todas pode ser capaz de ser coordenadora de participa.” Quando acontece isso a gente se valoriza e valoriza as pessoas, e as mulher(es) se senti parte disso (Maria Santa, 55 anos, assentada de Ponte Alta, SC. Entrevista concedida em 26/10/2023).

Paulo Freire (1967, p. 43) nos lembra sobre a educação e as práticas da liberdade que, a partir das relações do sujeito com a realidade “resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a”. Assim, Freire nos faz entender que, a não ser que os seres

humanos sejam impedidos de alguma maneira e de tal forma “coisifique-se”, estes são protagonistas de sua história.

Aroeira é assentada no município de São Cristóvão do Sul – importante lembrar que no dia da entrevista ela e o esposo, Caçador Grande, estavam limpando uma fonte de água que dizem ter sido visitada por São João Maria no período anterior a Guerra do Contestado, este aspecto ligado a religiosidade e ao conflito já foi abordado nas páginas anteriores. O que trazemos aqui é o relato de Aroeira que se liga e reforça a fala feita anteriormente por Maria Santa:

Nóis, eu meu marido lê pouco e escreve pouco, mas nós já viajamo até Brasília e pra São Paulo; duas vez pra Brasília. Lá nós se misturo com os outros, falamo com gente que nem conseguia entender, mas daí vinha outro companheiro e já explicava pra gente. Hoje conhecemo pessoa em Brasília que se chega lá eu lembro o nome e ela lembra o meu e sei que recebe a gente na casa dela. Em São Paulo fiquemo 20 dias lá, instalado num ginásio, fomo muito bem arrecebido. Dizem que São Paulo é “bicho feio”. É feio pra quem não sabe vive, pra quem não tem companheiro de luta, assim que funciona nossa vida no MST (Aroeira, 49 anos, assentada de São Cristóvão do Sul, SC. Entrevista concedida em 23/10/2023).

Novamente aqui, percebemos por parte da entrevistada um sentimento de pertencimento. Esta sensação com certeza é uma condição humana que se refere à conexão, identificação e vínculo emocional que um indivíduo experimenta em relação a um grupo, comunidade ou lugar onde possa interagir socialmente. Foi perceptível na entrevista a maneira como Aroeira mostra sentir o Movimento como parte de algo maior do que si mesmo, experimenta um senso de valor, segurança emocional e aceitação. Constrói, portanto, senso de identidade e interações sociais. Candau (2011) afirma que a identidade não consiste apenas na memória ou legado de algo, mas também, numa maneira de estar e se sentir no mundo presente.

O assentamento em São Cristóvão Sul, pequeno município a 28 quilômetros da cidade de Ponte Alta e 22 quilômetros da cidade de Curitibaanos, tem uma história peculiar se comparado aos outros que foram visitados. Por isso, especificamente este, merece ter sua história contada até a chegada ao que, recentemente, foi reconhecido como assentamento.

As etapas concernentes tratam da ocupação de uma fazenda na localidade Monte Alegre que fica quatro quilômetros distante de São Cristóvão do Sul. Segundo nossos entrevistados Maria Santa, Caçador Grande e Taquaruçu⁴⁰, esta fazenda pertencia a um grande empresário do

⁴⁰ Estes participantes da pesquisa foram entrevistados separados e em dias diferentes, o que corrobora com a informação dada: Maria Santa, 55 anos, assentada de Ponte Alta, SC. Entrevista concedida em 26/10/2023. Caçador Grande, 58 anos, assentado de São Cristóvão do Sul, SC. Entrevista concedida em 23/10/2023 e Taquarussu, 52 anos, assentado em São Cristóvão do Sul, SC. Entrevista concedida em 22/10/2023.

ramo de transportes de Santa Catarina, a mesma estava em hipoteca judiciária como garantia de recebimento de dívidas, em um Banco do Estado de São Paulo. Desta maneira, a fazenda foi ocupada pelo MST em 2017. Passados 4 anos e depois de uma disputa judicial entre o proprietário da terra e banco, aconteceu ganho de causa que beneficiava o empresário com a reintegração de posse. Segundo Maria Santa:

Isto se deu já em dezembro de 2020. Apareceu na última hora um plano B, não o que a gente queria, mas serviu! O plano B era esta área que foi comprada. Daí foi conseguido, porque era umas emenda parlamentar, que era um dinheiro que se não fosse usado voltava pra Brasília, a prefeita e um vereador e assessor nos ajudar. No dia 30 de dezembro fizemo uma assembleia abaixo de uma chuva que Deus mandava. Prefeita, o vereador e assessor reunimo todo mundo e explicamo que tinha conseguido um lugar pra ir, que era poca terra, mas era o que a gente tinha conseguido naquele momento e que nós tinha que desmonta aquele acampamento até o dia 31 porque o antigo dono tinha ganhado a causa e não tinha mais razão pra gente tá ocupando ali (Maria Santa, 55 anos, assentada de Ponte Alta, SC. Entrevista concedida em 26/10/2023).

Era 30 de dezembro do ano de 2020 e a área concedida através da prefeitura deveria ser ocupada até 31 de dezembro de 2020 para fazer a integração de posse, a distância era de 4 quilômetros, 27 famílias em plena véspera de ano novo teriam que fazer este deslocamento curto, se pensarmos nesta distância percorrida de automóvel, porém longa se levarmos em consideração que a grande maioria teria que carregar o pouco que possuía nos ombros. Somase a isto, as chuvas⁴¹ do dia 30, mencionadas por Dona Maria Santa, ainda não terem cessado na madrugada do dia 31. Além disso, convém lembrarmos que estávamos desde o início deste mesmo ano, 2020, em um outro tipo de guerra contra um inimigo silencioso, convivíamos com vírus causador da pandemia de Covid-19⁴². Não seria uma chuva que impediria a caminhada,

⁴¹ Segundo a Defesa Civil do Estado de Santa Catarina a previsão do tempo era de forte instabilidade e tal se confirmou acessando o site da Defesa Civil. **Previsão:** A passagem de uma frente fria provoca **temporais a partir desta madrugada de quinta-feira (31/12/2020)**. A chuva começa nesta madrugada entre o Oeste e Planalto Sul, se estendendo para as demais regiões no período da manhã e tarde. A previsão indica **chuva intensa, com risco de alagamentos, enxurradas e deslizamentos**. Não se descarta queda de **granizo e rajadas de ventos intensas**. Disponível em: <https://www.defesacivil.sc.gov.br/avisos-meteorologicos/atencao-meteorologica-dc-sc-temporais-nesta-madrugada-e-manha-de-quinta-feira-31/> Acesso: 07 jan. 2024.

⁴² A Covid 19 no ano de 2020, 2021 e 2022 causou a morte de mais 700 mil brasileiros. Vivíamos em um governo cujo presidente de extrema direita negava a alta transmissão e letalidade do vírus, sabotando através de redes sociais, a todo momento medidas de isolamento e implantando dúvidas na população sobre a eficácia da vacina. Todas as formas de negacionismo por parte do governo levaram a instalação de uma CPI que ficou conhecida como “CPI da Covid” para investigar as causas do atraso na compra, a ineficácia na distribuição da vacina e suposto superfaturamento de preços das vacinas adquiridas. Segundo Conselho Nacional de Enfermagem (Cofen), “No Brasil, diante de um governo que adotou uma postura negacionista, a doença matou mais de 700 mil pessoas e o país esteve entre os locais de maior contaminação no mundo.” Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/apos-milhoes-de-mortos-em-3-anos-oms-decreta-fim-de-emergencia-da-covid-19/> Acesso: 02 jan. 2024.

com certeza nos 4 anos que passaram acampados muitas outras coisas aconteceram e muitas intempéries superaram.

Lembro como se fosse hoje, não parava de chover na madrugada e fomos desmontar os barracos pra transferir, muita gente, famílias inteira, levavam coisa nas costas embaixo de chuva, era uma fila de gente caminhando, teve quem fez duas viagens naquela manhã. Só as 11 horas parou a chuva e começou a abrir um sol quente. No dia 31 [de dezembro], logo depois do meio dia tomamos posse da área. Fomos entrando, foi foguete e felicidade. Aquilo sempre foi o sonho daquelas famílias, em ter um pedacinho de chão. Me lembro de eu com mais umas companheira e companheiro no portão se pergunta, qual seria o nome do assentamento e o Caraguatá respondeu que a gente devia manter o que a gente já tinha dado no outro acampamento, “Filhos do Contestado”, ainda mais agora que fizemos essa troca de lugar, como os antigos caboclos faziam no tempo do Contestado. Só que agora a terra é nossa e não saímos mais. Naquela tarde foi feita a mística com um grande grupo e prosseguimos com a montagem dos barracos que aos poucos iam virar a casa das famílias, cada uma com um pedacinho de chão, pequeno, mas foi o que deu, pra cada uma (Maria Santa, 55 anos, assentada de Ponte Alta, SC. Entrevista concedida em 26/10/2023).

O relato de Maria Santa é carregado de emoções, isto foi perceptível no dia da entrevista: os detalhes do clima, a maneira como carregaram seus pertences, a descrição da felicidade que as famílias sentiram quando chegaram ao local em que seriam assentadas e o detalhe que nos é importante; o nome do assentamento, “Filhos do Contestado”. A mística que viria a seguir desta vez era em comemoração a um pequeno pedaço de chão, porém, uma grande conquista. Figueiredo e Silva (2021, p. 12) explicam que:

[...] a Mística, no contexto do MST, situa-se na ordem do político. Através dessas práticas ritualísticas, os que delas participam vivem a experiência de se constituírem sujeito Sem Terra, reafirmando a sua identificação. É nessa perspectiva que se pode afirmar que a Mística possui uma dimensão educativa significativa no MST, considerando que ela mobiliza a conscientização dos sujeitos, animando-os e capacitando-os para as lutas pelos espaços que lhes são negados pela sociedade. À vista disso, pode-se asseverar que a Mística é um espaço/tempo emancipatório que propicia uma reflexão por meio da retomada de narrativas que constituíram a luta de homens e mulheres pela terra, pela valorização de sua identidade e defesa de sua liberdade [...]. Por essa razão, a Mística constitui-se como um espaço/tempo de construção de saberes os quais, expressos metodologicamente, podem ser sistematizados enquanto conhecimentos sociais e históricos revelados pela memória coletiva.

Desta maneira, com a mística é construído um senso de coletividade e ao mesmo tempo dá uma compreensão da realidade. O sujeito percebe-se como agente efetivo de sua história e para tal faz uso da memória nesta procura de construção de sentidos.

Como afirmado acima, o assentamento Filhos do Contestado tem algo de peculiar em relação aos outros assentamentos da região. Habitam o assentamento, em dezembro de 2023, 20 famílias, sendo que a área total de terra é de 22,1421 há (vinte e dois hectares, quatorze ares

e vinte e um centiares). Isto, dividido entre as 20 famílias residentes atualmente no local temos um resultado de 1 hectare e alguns metros por família. Em comparação com os outros assentamentos da região, essas famílias ficaram bem abaixo da média que gira em torno de 10 hectares por família. Dona Maria Santa reforça isto mais de uma vez na entrevista.

Com a chegada das famílias, a prefeita de São Cristóvão do Sul, Sisi Blind, o Secretário de Administração Planejamento e Finanças, Toniel da Silva, e lideranças do Movimento, mostram o decreto que haviam publicado no qual consta o compromisso firmado com as famílias. A principal norma: que a área seria destinada a moradia e a produção de alimentos orgânicos e criação de animais de pequeno porte para a subsistência das famílias e da comunidade. Em outras palavras, as famílias teriam que cumprir com a função social da terra⁴³. Abaixo os principais artigos do decreto (São Cristóvão do Sul, 2020, n.p., grifo nosso):

DECRETO 1835/2020 de 29 de dezembro de 2020

“Dispõe sobre a normativa para a utilização de bem público na vila agrícola a ser implantada no município de São Cristóvão do Sul e dá outras providências”

[...] CONSIDERANDO que o perfil familiar encontrado neste acampamento é majoritariamente de pessoas socialmente vulneráveis, tendo como principais fatores para esta constatação; a renda per capita abaixo de ¼ de salário mínimo, nível de instrução reduzido, déficit de moradia urbana, beneficiárias de programas de transferência de renda como o Bolsa Família entre outros; [...]

Art. 1º Fica determinada que as famílias cadastradas firmarão compromisso com o município, no qual assumirão as seguintes obrigações:

[...] III – Compromisso de utilização da área, além da moradia para a *produção de alimentos orgânicos*, seja em hortas coletivas ou individuais, devendo a renda ser revertida para a renda da família e auxílio a comunidade, permitido:

- a) a plantação de verduras, legumes ou outros alimentos orgânicos, que tenham comercialização na região;
- b) criação de animais de pequenos portes (porcos, galinhas e coelhos);
- c) produção de leite ou derivados, autorizado tão somente rebanho bovino para subsistência ou finalidade leiteira;

IV – Proibição de venda, cessão, comodato ou transferência a qualquer título de área a terceiros.

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social no regulamento previsto no inciso I do artigo 1º deste Decreto deverá regulamentar:

[...] VII – Orientação as autoridades competentes no que tange a proteção das normas ambientais e política de prioridade e proteção às crianças e adolescentes;

VIII – Atuação em parceria com a Secretaria Municipal de Educação para garantir o acesso a escola das crianças e adolescentes residentes na Vila; [...].⁴⁴

⁴³ Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil: Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Brasil, 1988, p. 109).

⁴⁴ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/s/sao-cristovao-do-sul/decreto/2020/184/1835/decreto-n-1835-2020-dispoe-sobre-a-normativa-para-a-utilizacao-de-bem-publico-na-vila-agricola-a-ser-implantada-no-municipio-de-sao-cristovao-do-sul-e-da-outras-providencias?q=%22decreto+1835%22>. Acesso em: 02 jan. 2024. Achamos pertinente trazer, tanto o decreto municipal, quanto a portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, por se tratar de um assentamento atípico na medida de terra proporcionada a cada família.

Se o ano novo significa para muitas pessoas e muitos credos a anunciação de um ciclo de esperança, este significado tinha um peso ainda maior para os Filhos do Contestado no início de 2021. Por parte do município, podemos dizer que houve o reconhecimento daquelas famílias, que a muito lutavam por um lugar que lhes provesse condições dignas e que dessem sentido a palavra cidadania. Porém, ainda faltava a parte vinda da esfera federal.⁴⁵

Finalmente no dia 07 de dezembro de 2023, o Ministério do Desenvolvimento Agrário Familiar e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, publicam no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 294 reconhecendo o projeto de assentamento (Brasil, 2023, n.p., grifo nosso):

PORTARIA Nº 294, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, combinado com o art. 104 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 2.541, de 28 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2022 e o art. 11 do Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018.

Considerando que o reconhecimento de projeto de assentamento de outro ente público e de unidade de conservação de uso sustentável é medida que possibilita o acesso de unidades familiares ao Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

Considerando a aprovação da proposta de reconhecimento de unidades familiares do Projeto de Assentamento *Filhos do Contestado*, da Superintendência Regional do Incra, autorizada pela Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD; resolve:

Art. 1º Reconhecer o Projeto de Assentamento *Filhos do Contestado*, instituído pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, Código Incra 0391000, com área de 22,1421 ha (vinte e dois hectares, quatorze ares e vinte e um centiares), localizado no município de São Cristóvão do Sul/SC.

Art. 2º Autorizar o início do processo de análise para a inclusão de 20 (vinte) unidades familiares como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, nos termos do art. 7º do Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CÉSAR FERNANDO ALDRIGHI/CONSELHO DIRETOR.

⁴⁵ O Brasil convivia desde janeiro de 2019 com um governo de extrema direita que não reconhecia os Movimentos Sociais. Este mesmo governo não conseguiu reeleição do cargo executivo (presidente) nas eleições de 2022, porém, elegeu número significativo no legislativo e já em 2023 instalou-se por interesses dessa extrema direita que permanecia na Câmara dos Deputados e no Senado uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que ficou conhecida como CPI do MST. Várias lideranças foram convocadas e convidadas a depor, inclusive João Pedro Stédile. O objetivo da Comissão era claro: criminalizar um Movimento que luta por reforma agrária. Ao longo da história o MST já passou por 5 CPI's. O resultado segue em reportagem do jornalista Igor Carvalho no site Brasil de Fato: "O fim da CPI que investigava o MST, confirmada nesta quarta-feira (27), confirmou, também, o fracasso da extrema direita bolsonarista na Câmara dos Deputados [...] a CPI do MST ficou sem um relatório final votado e aprovado pelos deputados e frustra a presidência e relatoria da Comissão Zucco (Republicanos-RS) e Salles respectivamente. Entre os integrantes, Zé Trovão (PL-SC), Evair de Mello (PP-ES), Coronel Chrisóstomo (PL-RO), Delegado Éder Mauro (PL-PA), Caroline de Toni (PL-SC), entre outros., que contavam com o espaço para criminalizar o movimento. CARVALHO, Igor. **CPI do MST acaba com derrota de Salles e escancara 'fracasso da extrema direita'**. Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/16/dos-reduetos-aos-acampamentos-heranca-da-guerra-do-contestado-permanece-presente>. Acesso em: 03 jan. 2024.

O assentamento Filhos do Contestado é a pequena síntese de uma luta que vai além do direito à terra. É a busca constante pela sobrevivência digna, história do passado, do presente e, *quiçá*, do futuro do Brasil que, obviamente, não está relegada ao sul deste país e nem é exclusividade deste movimento social.

5.2 O MST E A LUTA PERMANENTE NAS TERRAS DO PLANALTO CATARINENSE: ALTIVEZ E NEGAÇÃO

*[...] Semeio alegrias na terra macia de nossa canção
Para ver, renascer / Mãos dadas pra ver / a semente
brotar / E a torrente lavar / corações sem paixão / Pra se
ver / a partilha do chão / Renascer / A força do mutirão
/ Afirmar / Que somos todos irmãos / E lançar / As
sementes no ar / Renascer, pra crescer, / se libertar.
(Campesina: Música de Guga Paniz e
Nico Nicodemus)⁴⁶*

Passemos agora a cidade de Curitiba, assentamento 1º de Maio.

Segundo sujeitos da pesquisa, as terras do que viria a ser o assentamento 1º de Maio, eram pertencentes ao médico da cidade de Curitiba, Hélio Anjos Ortiz. Na década de 1990 este procurou o INCRA, segundo relatos, pelo fato de os filhos herdeiros não terem interesse em ficar com as terras e nestas produzir. Com as negociações estabelecidas entre o proprietário e o INCRA e a devida indenização dada ao dono da terra, o projeto de assentamento foi reconhecido em 1997. O antigo proprietário das terras hoje tem seu nome no hospital da cidade de Curitiba, Hospital Hélio Anjos Ortiz. Segundo uma assentada: “*a ocupação aqui foi mais simbólica, teve um trâmite que levou alguns meses, mas sem embates como na maioria das vezes acontece para se conseguir um pedaço de terra*” (Pedra Branca, 34 anos, assentada de Curitiba, SC. Entrevista concedida em 06/12/2023). Atualmente no assentamento 1º de Maio residem 32 famílias⁴⁷ com aproximadamente 15 hectares cada uma. Predomina o sistema de agrofloresta com a produção de diversos tipos de verduras, frutas, legumes, milho, feijão e

⁴⁶ A música Campesina pode ser ouvida no minuto 34:04 do vídeo que apresenta o espetáculo Paisagens Sonoras de um Contestado Contemporâneo. A obra é uma apresentação musical autoral de Guga Paniz e remonta as paisagens do Vale do Contestado sobre a perspectiva do artista. Nesse trabalho, os poemas se juntam a uma infinidade de melodias e harmonias que vão se entrelaçando com as palavras e narrando paisagens que expressam o ambiente rural miscigenado do Planalto Catarinense.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4U0FMIPUcIA>. Acesso em: 13 jan. 2024.

⁴⁷ Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/28/assentamento-do-mst-produz-alcool-70-para-hospital-em-santa-catarina/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

toda uma diversidade de grãos, bem como, azeite de oliva, peixe, gado, porco, galinha, cachaça, cerveja e vinho.

Guga Paniz, o compositor que apresentamos no início desta seção, juntamente com sua companheira de Movimento e de vida, Fabíola Rubas⁴⁸, residem no assentamento 1° de Maio. Juntos produziram e atuam como atores na obra Poesia e Canção, Prosa e Chimarrão. Como sugere o título, o espetáculo mistura, além da arte cênica do teatro, a música e a poesia. No dia 15 de dezembro de 2023, durante as apresentações culturais da Feira da Reforma Agrária, ocorrida nos dias 15, 16 e 17 na cidade de Florianópolis, SC, os artistas estrearam a peça (Figura 7).

Figura 7 – Convite da apresentação cultural



Fonte: Imagem cedida por Fabíola Rubas (2023).

Memórias também são transmitidas através da arte. Como afirma Walter Benjamin (2018), a obra de arte tem sua aura e sua autenticidade, cultivada em sua originalidade e singularidade. Ela nasce como identidade estética demarcada por essa singularidade aurática e,

⁴⁸ Eis como ela se descreve: Fabíola Rubas é de origem camponesa, sai do campo na juventude para estudar e depois de pós-graduar-se em artes pela UDESC, retorna para o campo. Ao retornar, uma década depois, ao lugar onde passou a infância e a juventude, passa a reconfigurar a sua relação com o território, tendo como inspiração as histórias do Contestado. Essa experiência leva, em 2023, a montagem da peça Poesia e Canção, Prosa e Chimarrão em parceria com Guga Paniz. Fabíola e Guga são casados e residem no assentamento Primeiro de Maio em Curitibanos.

com isso, se eterniza na memória cultural das sociedades. Nesse sentido, a obra de arte já nasce como um ícone, que serve como valor de cultura e valor de exposição.

Fica evidente a apropriação de passagens que rememoram a Guerra do Contestado e conforme a própria protagonista escreve na descrição – feita no canal que os artistas mantêm no YouTube⁴⁹ – isto vem de suas vivências dentro do território e do contato com as histórias. Abaixo a letra de Cordel do Contestado de Gustavo Dourado adaptada à obra e declamada na apresentação:

O Contestado foi um marco da história brasileira,
O povo se conflagro, quintessência guerrilheira.
Messianismo e revolta, Zé Maria na dianteira.

[...]

Reinava a violência, o povo sempre explorado.
Surgiu o coronelismo com jagunço e agregado,
Monge e messianismo, o conflito estava armado.

[...]

Brazil Railway Company, empresa norte americana,
Ganhou do Estado em atitude insana,
Um mega latifúndio, ação nada soberana.

Quatro estados do sul do país São Paulo e Santa Catarina,
Rio Grande do Sul e Paraná, ganharam a triste sina,
Trinta quilômetros de largura de terra, a ferrovia se destina.

Outra empresa coligada recebeu grande quinhão,
E ao longo da ferrovia, comércio e espoliação,
Destruição das florestas e vasta dilapidação.

[..]

Empresas norte americanas controlavam a região.
Trabalhadores braçais sem a menor proteção,
Abandonados pelo poder, era forte a opressão.

Ano de 1910, conclusão da ferrovia,
Pobreza e desemprego dos dois lados da via,
Latifúndio estrangeiro que controlava a economia.

Fome, pobreza e miséria extrema, ignorância e misticismo.
Marginalidade crescente e aumento do mandonismo.
Concentração da riqueza e terror do coronelismo.

[..]

Assassinaram Zé Maria e o povo se revoltou.
Maria Rosa surgiu e o movimento liderou
Manifesto monarquista e a guerra santa ecoou.

Milhares de soldados invadiram a região
Dizimaram os revoltosos em nome da opressão.
Fome, tifo e miséria em eterna procissão.

⁴⁹ No canal do YouTube consta o último ensaio da peça teatral feito em novembro de 2023, dias antes da apresentação na Feira da Reforma Agrária em Florianópolis, SC. O vídeo consta como “não listado” e foi gentilmente cedido por Gustavo e Fabíola para compor esta dissertação. O vídeo pode ser acessado através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=kWYyqSpGp4>. Acesso em: 04 jan. 2024.

Santa Maria é invadida em uma Guerra insana,
 Vilania do Estado em uma guerra tirana.
 O Contestado foi um grito, barbárie republicana.

Adeodato Manuel Ramos foi a última liderança.
 O Estado massacrou jovem, mulher e criança.
 O nosso povo passa fome, mas não perde a esperança.⁵⁰

Achamos pertinente trazer a descrição deste trabalho artístico não só pelo fato de o casal de artistas residir em Curitiba, mas principalmente, por se tratar de uma obra artística que remete às memórias apreendidas do espaço de vivência do MST, pois ambos são, além do mais, assentados em Curitiba. Para Susan A. de Oliveira (2023), devemos, tanto na poética oral, quanto na literatura escrita, considerarmos que estamos frente a um limite de acesso à memória dada pela história. “À literatura não cabe desvendar, mas elaborar uma ética de aproximação e escuta para essa memória dolorosa, intocável e silenciosa dos vencidos que, no entanto, grita” (Oliveira, 2023, p. 419).

O entrevistado, que agora trazemos aqui, tem 38 anos e também é assentado em Curitiba, no assentamento 1º de Maio. A importância dos relatos de Bom Sossego⁵¹ vem do fato deste sujeito da pesquisa não ser um assentado do território investigado desde o início da formação do assentamento e sim vir residir neste a poucos anos atrás, no início do ano de 2017. O intuito, portanto, é ter uma amostra da percepção de um sujeito a poucos anos atrás alhures do território do Contestado, tratamos de uma pessoa natural do Rio Grande do Sul que por muito tempo residiu na capital de Santa Catarina, Florianópolis. Para Montenegro (2010), a análise a partir de fragmentos permite procurar outras formas de compreensão e construção da história por níveis de atuação de sujeitos.

Ao lembrar de sua chegada a Curitiba, Bom Sossego afirma:

Percebi muito latente aqui, quando cheguei, que é só conflito por território, tem a questão indígena com os povos Guarani que começaram desde a chegada dos europeus e continua até hoje. Nas proximidades aqui em Curitiba já não tem mais territórios indígenas, mas em Fraiburgo tem ainda a aldeia, tem a questão dos quilombolas na região também em Caçador e Campos Novos que é um conflito permanente pela terra. Tem a questão dos assentamentos, a gente estava com um assentamento aqui em São Cristóvão, o mais recente. E tem claro, a Questão do Contestado que é a mais marcante, porém não a mais conhecida. Isso eu digo não dentro do MST, mas no município por boa parte da população (Bom Sossego, 38 anos, assentado de Curitiba, SC. Entrevista concedida em 06/12/2023).

⁵⁰ Gustavo Dourado é escritor, poeta e cordelista natural da Bahia, reside atualmente em Brasília. A obra aqui citada é “Cordel do Contestado”, estas e obras outras podem ser acessadas na íntegra no site próprio do autor: <http://www.gustavodourado.com.br/cordel/Cordel%20do%20Contestado.htm>. Acesso em: 04 jan. 2024.

⁵¹ O nome é fictício conforme a recomendação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e corresponde ao nome de um antigo reduto da época em que ocorreu a Guerra do Contestado (1912-1916).

Ao narrar a percepção, o entrevistado faz questão de lembrar que diversos são os conflitos que marcam a história, não somente do território de Curitiba e do planalto catarinense, mas do Brasil. Já o que chama a atenção, por ser nosso objeto de investigação, é a afirmativa de considerar a questão do Contestado como marcante, ao mesmo tempo, que percebe como pouco conhecida ou mantida em certa forma de silêncio. Vale a continuação da entrevista:

[...] e o município de Curitiba nega o Contestado tanto que na sua divulgação turística, por exemplo aqui era chamado “Vale do Contestado” e foi trocado numa reunião, numa certa madrugada aí pra “Vale dos Imigrantes”. Eu continuo falando Vale do Contestado, porque pra mim a identidade cultural é o massacre do Contestado. [...] Eles não sabem o que atrairia alguém pra essa região e o argumento da troca de Vale do Contestado pra Vale do Imigrante é porque o setor hoteleiro dizia que o Vale do Contestado não atraia turismo, isso foi um dos discursos que circulou na época que eu acompanhei esse debate aí, na época falavam em estratégia turística pra mudar pra Vale do Imigrante e inventar talvez uma cultura pro lugar. Sabe! Eles não enxergam o pinhão, não enxergam a araucária, a quítera com carne de porco. As pessoas que tã nas secretarias de Cultura e Educação dos municípios da região não enxergam isto como uma cultura da região, sabe! Fazer salame, fazer torresmo. E a gente olha as pessoas e elas só falam nisso, elas vivem pra isto, vivem disto, é a vida diária delas. E dentro das secretarias não tem quem vê isto! Ou pensando bem!, enxergam, mas não querem assumir pra si esta identidade, que na minha opinião seria assumir a identidade de que “sim essa é a nossa história!”, mas talvez vejam como péssima a ideia para as famílias que controlam o poder local, no fundo elas sabem de que lado estavam quando aconteceu os massacres e de onde veio a terra que boa parte possui (Bom Sossego, 38 anos, assentado de Curitiba, SC. Entrevista concedida em 06/12/2023).

Fica evidente o incômodo do entrevistado através da veemência com que descreve o fato de os órgãos políticos do município negarem de forma velada uma identidade originada do movimento do Contestado, leis aprovadas na calada das horas e asseverações: “*eles não sabem, eles não enxergam e dentro das secretarias não tem quem vê!*” São afirmações repetidas várias vezes na fala do sujeito que reforçam o desconforto sentido. E por último e mais latente ainda, a associação do desprezo pela identidade do Contestado relacionada aos donos do grande capital do município. Fraga (2023, p. 490) compartilha de escrita que remete ao relato do entrevistado:

[...] há de se mencionar que, em 04 julho de 2019, a Instância de Governança Regional Vale do Contestado, por meio de uma ação que contou com pouco mais de 30 representantes do segmento turístico regional, eliminou a designação Vale do Contestado, que passou a se chamar Vale dos Imigrantes. Em uma atitude pouco reflexiva e autoritária, vem tentando novamente lançar os municípios caboclos ao silenciamento e à invisibilidade da sua cultura e existência no contexto regional, não apenas turístico, mas também de maneira geral, ao dar ênfase aos imigrantes que reterritorializaram as terras ancestrais caboclas, no pós-Guerra do Contestado.

Muitos pesquisadores do assunto não concordaram com a mudança, principalmente devido a ter sido realizada sem a participação popular. Os coordenadores do Grupo de Investigação sobre o Movimento do Contestado (GIMC), insatisfeitos com a decisão, realizaram um abaixo assinado para tentar reverter a medida. Logo nos primeiros dias o professor do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Nilson Cesar Fraga, criou um dossiê para denunciar estas mudanças. O dossiê foi entregue ao Ministério Público para análise na 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba.

Mesmo sob forte reação de pesquisadores, professores, estudantes, lideranças sociais e políticas que denunciaram uma tentativa governamental de apagar as identidades culturais ligados aos sertanejos e ao Contestado, a nomenclatura permaneceu, provando de que as disputas pelas “memórias” é algo presente e latente, nem sempre despojada de preconceitos e resistências contra o modo de vida, lutas e sonhos dos antigos caboclos da Região do Contestado (Valentini; Witte, 2023, p. 430).

A valorização do imigrante por razões econômicas é uma tentativa de eliminar esses grupos desfavorecidos em prol da valorização da influência europeia. Esta situação, confrontada com a fala anterior do entrevistado Bom Sossego, levanta questões como: o descendente europeu atrai mais turistas do que a história regional, rica em elementos, como o caboclo e os índios que habitam e habitaram esta região? Ou então, sempre aquilo que vem de fora, como a cultura do exterior, a língua e os costumes, despertam mais o interesse dos brasileiros do que os elementos encontrados no nosso país? Deveria ser inerente ao patriotismo, tão propalado da boca para fora de alguns indivíduos na atual conjuntura política, que os brasileiros devem aprender a valorizar a cultura e a história do país.

Voltando ao relato de Bom Sossego este enfatizou como sente o relacionamento dos assentados com outros municípios de Curitibaanos:

Uma questão que existe relacionada ao assentamento, que é um problema social com a cidade de Curitibaanos. É que assim, pra pessoas da vila de Curitibaanos, as pessoas que herdaram essa cultura que ganhou isto da Guerra do Contestado, pra elas o MST é os caboclos de novo; então eles têm o mesmo desprezo por pessoas que são de assentamento que eles têm pela memória do Contestado, existe isto e é engendrado por uma elite que controla a prefeitura, de quem controla as empresas, nesses espaços aí existe isso. Eu por exemplo, se não me apresento como morador de um assentamento eu sou bem recebido, principalmente se eu disser que eu morava na capital, quando eu digo que eu moro no assentamento a cara das pessoas muda, o comportamento muda na hora, mesmo depois de já conhecer a pessoa, que no caso sou eu (Bom Sossego, 38 anos, assentado de Curitibaanos, SC. Entrevista concedida em 06/12/2023).

Aqui constatamos um traço de duplo preconceito descrito pelo entrevistado. Primeiro quando percebido como integrante, assentado do MST, até aqui nada novo se pensarmos na

forma que foi desenvolvida midiaticamente a percepção das massas sobre os movimentos sociais, em especial sobre o MST, nos últimos anos. Segundo, quando associado ao caboclo e assim como se carregasse alguma história da qual tivesse que se envergonhar. Pereira (2021, p. 166) assevera que “é certo que, todas as pessoas já estão inseridas em uma dada realidade. Mas, nem todas as pessoas inseridas na realidade detém a consciência desta inserção”.

A realidade que se evidencia nos relatos do entrevistado leva a conclusão que ao unir-se ao MST, abraçou não apenas uma causa, mas uma filosofia de resistência. Sua altivez manifestava-se na recusa em aceitar a marginalização dos trabalhadores rurais, na negação em se curvar diante das condições desfavoráveis que permeiam não somente o cenário agrário, indo além e não aceitando de forma confortável o fato de pessoas não conhecerem os acontecimentos de seu território e desses se orgulhar. Não por acaso as alcunhas pejorativas dadas no passado aos caboclos e caboclas do Contestado reverberam no presente. Para Rodrigues (2023, p. 182):

Dar nome aos acontecimentos históricos não é uma tarefa ingênua. A depender da forma como denominamos uma experiência do passado podemos registrar sua potência política, marcar sua relevância para a sociedade ou até fazer dela uma simples disputa entre compadres. Guerra ou rebelião? Massacre ou genocídio? Golpe ou Impeachment? Ditadura ou revolução? Fanáticos ou rebeldes? Quando esses acontecimentos são fruto de rebeldia popular, e ainda distante dos centros urbanos, o desafio se multiplica, pois a tendência à caricaturização, banalização e desqualificação de lideranças e movimentos populares em nossa história tem sido uma marca de aliança entre forças oligárquicas, corporações militares, grande imprensa e grandes empresários. Para um episódio como o Contestado não é diferente.

Outra moradora do mesmo assentamento compartilha desse sentimento de exclusão, muitas vezes, percebido por ela em suas atividades no meio urbano da cidade de Curitiba, porém, no relato, a entrevistada Pedra Branca traz à lembrança de algo que segundo ela preferia esquecer:

O preconceito aqui, isto é tão forte que eu quando estudava aqui no Ensino Médio, tinha uma professora de química, não me recordo o nome dela, ainda bem, mas ela já no primeiro dia de aula chegou dizendo “quero caderno organizado e não que nem casa de caboclo” e ela, sempre que ela queria xingar alguém ela chamava de caboclo. A gente organizo um movimento e tiramos ela da escola por preconceito. Mas essa é uma construção mais forte que ainda tá vigente, a gente tá falando de pouco mais de 15 anos atrás (Pedra Branca, 34 anos, assentada de Curitiba, SC. Entrevista concedida em 06/12/2023).

Pedra Branca nasceu dentro do MST, ela mesmo se descreve como:

[...] nasci, como a mãe diz, fui concebida debaixo da lona preta. Eu fui a Quilombo⁵² só pra nascer porque na época não tinha SUS né! e a família do meu pai morava do lado do meu avô é de lá minha madrinha, irmã do meu avô era enfermeira e aí eu a gente foi pra lá é pra eu nascer. A mãe foi pra lá e com 17 dias, quando eu tinha 17 dias, a gente já veio de volta pra ficar pra baixo da lona preta, aonde passei os primeiros anos da minha vida (Pedra Branca, 34 anos, assentada de Curitiba, SC. Entrevista concedida em 06/12/2023).

Notamos que, se por um lado a entrevistada relata um fato ocorrido na escola como algo que preferia esquecer, por outro, quando fala o que sabe sobre seu nascimento narra com orgulho de suas origens, isto nos ficou perceptível na entrevista.

“A nossa primeira questão é a luta pela terra, o Movimento Sem Terra ele nos forma sujeito. Eu fui parida pela minha madrinha enfermeira e pelo Movimento Sem Terra. A luta pela terra que é nesse sentido, que é nesse propósito” (Pedra Branca, 34 anos, assentada de Curitiba, SC. Entrevista concedida em 06/12/2023).

A fala da entrevistada personifica o brio de quem ousa desafiar as adversidades. A entrevista com Pedra Branca foi gravada no horário das 13h30min, depois de uma manhã de trabalho e logo depois do almoço. Nada impediu a mesma de mostrar um olhar firme, manifestando que traz consigo a força daqueles que, ao invés de se curvarem diante das injustiças, erguem-se com determinação.

Rodrigues (2023) defende que a experiência de repressão ao movimento do Contestado, reflete hoje nos movimentos populares e por isso mesmo a Guerra não deve ser esquecida pelo que é e representa. Foi uma guerra movida contra homens e mulheres, adultos e crianças, jovens e idosos do sul do Brasil, isto se espalha ainda hoje em variadas formas de violência contra os sujeitos e os movimentos sociais ao longo de toda a história.

Por mais que existam lacunas na história, não existe um vácuo capaz de suprimir por completo o passado, mesmo histórias que pareçam não se encaixar umas às outras, porque não são complementares, ao longo do tempo passam a formar sentidos e forjar representatividades. “O ‘tempo insubmisso’ é um tempo rebelde ao enquadramento total pela memória coletiva. Resultou de algum tipo de obstrução do passado. Mas em relação a ele, em algum momento, emerge a possibilidade de falar” (Cardoso, 2012, p. 132).

A afirmação e a negação se misturam no emaranhado da história do território Contestado. No cerne da luta pela terra, as memórias da Guerra do Contestado personificam a altivez como uma ferramenta de emancipação do MST do planalto catarinense e este gera uma resposta coletiva à negação sistemática dos direitos dos trabalhadores rurais. A rejeição desta

⁵² A entrevistada está se referindo a um município do Estado de Santa Catarina cujo nome é Quilombo.

história, feita por parte da sociedade, é o resultado de um trabalho de silenciamento empreendido por uma elite detentora do poder. A Guerra do Contestado hoje não é apenas uma batalha por terras, mas também uma luta pela dignidade e pelo reconhecimento de uma identidade cultural, que foi usurpada do povo caboclo. Os preconceitos arraigados nas estruturas sociais e econômicas geram um obstáculo para a compreensão deste fato. A Guerra do Contestado e, conseqüentemente, a identidade cabocla, formam um emaranhado de orgulho e dignidade de alguns sujeitos em contraste com o preconceito e silenciamento de outros.

6 CONSIDERAÇÕES QUE NÃO FINDAM, MOSTRAM CAMINHO

Vou pedir licença para neste último momento da dissertação escrever em primeira pessoa. O leitor talvez se pergunte: “Por que não fez isto antes?”

Não considero que o desenvolvimento desta dissertação foi trabalho unicamente meu, muitas pessoas participaram e propiciaram esta chegada até aqui. Chegada esta que não finda a pesquisa, antes disso, levanta com certeza muitos outros questionamentos que talvez possam ser respondidos no futuro por outros pesquisadores. Em suma, foi um estudo feito com a ajuda de alguns cérebros e várias mãos, porém, agora tomo a liberdade de colocar algumas percepções do que vi, ouvi e senti.

Como já explanado na introdução, percorri caminhos nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2023. Foram meses marcados por fortes chuvas na região que danificaram estradas como nunca: deslizamentos de barreiras, completo desaparecimento de trechos de asfalto das rodovias BR116, BR282 e SC470. Nas estradas de chão batido, que adentravam alguns assentamentos, apesar de serem curtas as distâncias e transitáveis antes das chuvas, se tornaram em alguns trechos pistas de barro liso e buracos devido as enxurradas, sem comparação em tempos de clima normal no planalto catarinense. Contudo, isto não é o mais importante.

Extremamente necessário registrar que em todos os assentamentos que os participantes da pesquisa se dispuseram às entrevistas fui muito bem recebido, “a prosa”, como diz o caboclo, fluiu naturalmente após saberem do que realmente tratava o estudo. Nenhuma das conversas que se transformaram em relatos deixaram de ser regadas com o típico chimarrão, um deles feito com erva mate do próprio assentamento.

Todas estas falas foram gravadas no período da tarde, logo após o meio-dia, horário que os participantes reservaram para contribuir com este pesquisador, um horário que o sol está a pino e que boa parte desses trabalhadores da terra fazem uma pausa das atividades. Depois da prosa, se deixei de tomar café com todas as guloseimas, chimias, doces, pães e bolos de todos os tipos e sabores, foi por recusa minha. Confesso, que fiz isto somente uma vez e porque fui duas vezes na casa da mesma família, como já era a segunda vez e tinha outra entrevista marcada para dali uns minutos acabei recusando, não sem dar boa explicação para a recusa, pois na região se trata de uma desfeita não degustar do que é oferecido, isto não se repetiu horas depois. Quero voltar a visitá-los no inverno, época do pinhão assado na chapa do fogão a lenha, pois nos meses da primavera, quando aconteceu a coleta dos dados, isto não era possível. Com certeza nossas conversas poderão ser com temas mais livres e com causos menos trágicos, o

Contestado as vezes pode ser um assunto invasivo na memória acordando fantasmas adormecidos.

Não posso deixar de relatar a vivência que tive nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2023 quando, por convite do Centro Vianei de Educação Popular, fui participar das Oficinas de Bioconstrução e Saneamento Ecológico. As oficinas foram desenvolvidas, além do Centro Vianei, pelo grupo Casa de Barro⁵³, contando com assentados do MST e consumidores urbanos. Esse contato foi essencial para entender as dinâmicas do trabalho em coletividade, exercido por mulheres e homens do MST. Durante os trabalhos foram apresentados os seguintes modos de construção: técnicas de bioconstrução como taipa de pedra⁵⁴; técnica do pau-a-pique⁵⁵; e técnica de telhado verde⁵⁶.

Estes três dias de integração foram importantes, principalmente, porque foi ocasião em que pude conversar livremente, sem o objetivo de coletar dados, sem gravador e diário de campo nas mãos. Porém, contatos foram estabelecidos e posteriores visitas foram combinadas, essa foi a parte essencial. Ali ganhei terreno e adquiri confiança para as visitas de campo da pesquisa, em especial, na cidade de Curitiba.

O que relato anteriormente é por achar importante deixar aqui registrado que a pesquisa não é uma mera coleta de dados na qual o pesquisador aparece uma vez, faz uma quantidade de perguntas, grava e vai escrever a sua dissertação ou tese. Antes de mais nada, penso ser importante o pesquisador, sempre que possível, deixar de ser um elemento surpresa num terreno em que é considerado um mero desconhecido. Afinal, o caboclo do planalto catarinense é hospitaleiro, mas se reserva à cautela até que sua confiança seja conquistada. Sua história explica tal comportamento cauteloso!

Passo agora as considerações finais propriamente ditas:

Uma característica da luta de classes no Brasil é que temos uma burguesia originada da colonização e do latifúndio, esta vem dos quase 400 anos de escravidão deste país. Daí vem sua “acumulação primitiva”. É esta burguesia que é dona dos bancos, das indústrias e das maiores

⁵³ A Casa de Barro SC, faz parte do Movimento Sem Terra - MST, sendo uma Unidade Produtiva - UP do Assentamento 1º de Maio em Curitiba, com bases sólidas na Agroecologia e Agrofloresta de clima temperado com foco da produção em grãos.

⁵⁴ Técnica de construção encontrada na região do planalto catarinense, boa parte delas feitas por escravos, antes de 1888.

⁵⁵ Construção com terra na qual se usa uma massa molhada colocada sobre estrutura feita com bambu ou taquara, esta muito usada no nordeste brasileiro, porém com estudo sendo desenvolvido e possibilidades de ser usada na região do planalto.

⁵⁶ Técnica que utiliza recursos naturais na área de cobertura, usando plantas no lugar de telha e concreto, esta técnica além de integrar a construção à paisagem, atua como isolante térmico e contribui na redução do calor interno da casa que recebe este telhado.

extensões de terra do planeta acumuladas em pouquíssimas mãos, ou seja, tudo que se possa pensar de riqueza. Portanto, as batalhas do MST não se tratam de escaramuças, nunca foram pequenas, nem se tratam de devaneios impossíveis, tratam, antes de tudo, de uma luta áspera, porque ela mexe numa das estruturas fundamentais do capitalismo brasileiro que é a concentração de renda, o domínio da terra e dos recursos naturais por parte de uma minoria em detrimento de uma maioria.

O movimento do Contestado, ainda hoje, coloca em debate a concentração fundiária, o deslocamento de grandes populações quando acontecem grandes obras públicas, a destruição ambiental causada pela exploração da madeira tal como foi feita, sem manejo racional da floresta, a destruição dos ervais nativos de forma predatória e a forma como a população presenciou essa modernização. A *Brazil Railway Company* e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, unidas a uma República recém-nascida, se apresentavam com ideais positivistas de progresso. Trata-se de um progresso que veio para dilapidar com a própria população, que deveria ser a primeira beneficiada, tornando tudo uma experiência dolorosa, traumática e excludente.

Uma participante da pesquisa, já citada anteriormente, fez uma fala emocionada que explica muito. Com os olhos cheios de lágrimas Pedra Branca falou:

[...] a minha bisavó foi expulsa daqui isto pra mim é simbólico, porque eu de vez em quando estou cultivando, estou na terra, eu mentalizo e digo pra minha bisavó 'te expulsaram, mas tua bisneta voltou e tá aqui plantando, tudo misturado, que nem tu plantava, a tua cultura vai viver'.

Eis a identidade e o entrelaçamento do passado com o presente, na união destes dois momentos, o elo que une ambos, a luta pela conquista e permanência na terra.

Os integrantes do MST presentes no planalto catarinense trazem em suas memórias a Guerra do Contestado. Seja através da religiosidade e devoção a João Maria e suas águas santas, seja na arte da música, da poesia, do teatro ou nas místicas do MST, essas memórias formam uma espécie de identidade coletiva e como tal serve de combustível e anseio para seguir nas interpelações necessárias por reforma agrária, por equidade e direito a dignidade.

Ao analisar o legado da Guerra do Contestado no contexto do MST, foi fundamental reconhecer a continuidade da luta por justiça social no campo e, indo além, entender as especificidades de cada movimento e época. Enquanto a Guerra do Contestado foi um levante armado em um período histórico distinto, o MST é a busca de transformações sociais por meio

de estratégias pacíficas e reivindicações contemporâneas. Estratégias pacíficas não querem dizer que não são árduas, porém, são necessárias para um caminhar histórico.

Conforme as fontes orais na dimensão política, por parte relativamente grande dos que ocupam cargos que denotam certo poder, seja nas prefeituras ou em cargos de outra esfera, no planalto catarinense, ainda há uma forte tendência ao preconceito e tentativas de esconder algo que não querem que seja lembrado inerente ao passado de guerra, com isto é travada uma disputa por memórias. Saltam aos olhos e ouvidos estratégias de silenciamento e deturpação da história: a mudança na calada da noite de Vale do Contestado para Vale do Imigrante, relatada anteriormente, é um exemplo disto; outro, as formas de tratamento relatadas sobre as mudanças de comportamento quando pessoas são identificadas como sendo do MST.

Convém lembrar que a democracia brasileira sempre foi fragilizada e continua sofrendo riscos a todo instante, de tal maneira vem colocando os movimentos sociais em dúvida diante da população, tais coisas em nada fortalecem o conceito de cidadania e a contínua luta por direitos empreendida por esses movimentos. É possível identificar nos movimentos sociais a possibilidade de potencial transformador, no sentido de modificar a sociedade não apenas a partir do aparelho do Estado, mas também no nível das ações concretas da sociedade civil.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra já conquistou muito, porém, é necessário seguir “esperançando” na luta pela terra e uma reforma agrária plena que diminua o fosso ainda existente neste país entre a classe majoritária que pouco ou nada tem em contraste com uma minoria de indivíduos que tudo possui e domina. Se as memórias da Guerra do Contestado contribuem para isto, que assim seja! Armas não duram para sempre, porém a memória não se esgota, seja escondida no silêncio dos que por diversos motivos seguem calados, por vergonha, por medo ou por trauma, ora ou outra a memória se revela, é como um campo minado que mesmo abandonado permanece ativo no vazio do tempo. Isto é a memória, aquilo que preenche o vazio do tempo e dá significado a existência.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. As sombras brancas: trauma, esquecimento e usos do passado. In: VARELLA, Flávia. *et al.* (Org.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2012.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ANDRADE, Suelen de; ROSA, Nanci Alves da. Remanescentes Indígenas no planalto serrano. **História e Diversidade**, Cáceres, v. 10, n. 1, p. 24-40, out. 2018.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 3. ed. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 1997.
- BENJAMIN, Walter. **A Obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz., Editor Ltda, 1979.
- BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC**: do contestado à colonização. 2007. 311 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- BRASIL. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964**. Disponível em: MANOEL OLIVEIRA. Acesso em: 28 abr. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Portaria nº 294, de 06 de dezembro de 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1278200170/dou-secao-1-07-12-2023-pg-69>. Acesso em: 02 jan. 2024.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **A campanha do Contestado**. São Paulo, Lunardelli, 1979.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **João Maria**: interpretação da campanha do Contestado. São Paulo, Editora Nacional, 1960.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Irene. O passado não passa: lugares históricos dos testemunhos. *In*: VARELLA, Flávia. *et al.* (Org.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

CARVALHO, Igor. **CPI do MST acaba com derrota de Salles e escancara 'fracasso da extrema direita'**. Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/16/dos-redutos-aos-acampamentos-heranca-da-guerra-do-contestado-permanece-presente>. Acesso em: 03 jan. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASARA, Joao Claudio. **Movimentos sociais dos Caboclos (as) no Contestado**: identidades e repertórios 100 anos depois da guerra. 2021. 231 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Ciência Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

CEZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. *In*: VARELLA, Flávia. *et al.* (Org.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro. **Cadernos Ihu Ideias**, São Leopoldo, v. 12, n. 205, p. 5-26, nov. 2014.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens**: sua história e influência no sertão da terra firme. 2. ed. Lages (SC): Graphel, 2021.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol (Org.). **A Recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria**: recusa dos excluídos. Porto Alegre/Florianópolis: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FIGUEIREDO, Allan Diêgo Rodrigues; SILVA, André Gustavo Ferreira da. A educação e a mística no/do MST: percurso ético-político-educativo na construção de saberes e de um povo político emancipado. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 23, p. 1-19, set. 2021.

FIGUEIREDO, Vagner Melo. **O Contestado nas narrativas militares**: histórias e memórias sobre o movimento social, 1912-1916. 2016. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) –

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

FOUREZ, Gerard. **A construção das ciências sociais**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado**: uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

FRAGA, Nilson Cesar. Por uma geografia da Guerra do Contestado: o território, a cultura cabocla e o conflito que segue no tempo presente. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa. *et al.* (Org.). **A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo, Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil nos anos 90. *In*: **Os sem terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo, Cortez, 1997.

GOODY, Jack. **O roubo da história**: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 180-93, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HERMANN, Jaqueline. Canudos sitiado pela razão: o discurso intelectual sobre a “loucura” sertaneja. **Revista História: Questões e Debates**, Curitiba, v. 13, n. 24, p. 126-150, jul./dez. 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Rebeldes Primitivos**: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOFFMANN, Valdemir Luís dos Santos; LOÇKS, Geraldo Augusto. Estado da Arte sobre a

memória da Guerra do Contestado (1912-1916) nos movimentos sociais populares contemporâneos da região do planalto catarinense. In: EDUPALA - Diálogos e Desafios Para Educação Democrática na América Latina, 3., 2022, Lages. **Anais III EDUPALA[...]**. Lages: Na Raiz, 2022. p. 361-366. Disponível em: https://www.edupala.com.br/downloads/Anais_III_Edupala_2022_atualizado.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

KARNER, Hartmut. Movimentos sociais revolução no cotidiano. In: WARREN- SCHERER, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.) **Uma Revolução no Cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado e história do tempo presente: arquivos da repressão e conhecimento histórico. In: VARELLA, Flávia. *et al.* (Org). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

KUNRATH, Gabriel Carvalho. **Não tivemos outro jeito, ou morríamos ou nos defendíamos**: uma análise acerca da Batalha do Irani (1912). 2020. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos Sem Terra no Oeste Catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

LOCKS, Geraldo Augusto. **Grupos de Família**: o modo de ser CEB em Lages/SC. 2008. 394 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LOCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito, SC**. 1998. 216 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito da história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os Fanáticos**: Crime e Aberrações da Religiosidade dos Caboclos. Florianópolis, 1952.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A questão de terras do Contestado: diversidade de conflitos e motivações. **Desenvolvimento Regional em Debate**: Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, Curitiba, v. 13, p. 608-626, dez. 2023.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das lideranças caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 80, p. 71-114, mar. 2008.

MARTENDAL, José Ari Celso. **Processos produtivos e trabalho-educação**: a incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira. 1980. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 7. ed. São Paulo: Difel Difusão Editorial S.A., 1982.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina**: La herida colonial y la opción decolonial, Gedisa, Barcelona, 2007.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MUNARIN, Antonio. **A Práxis dos Movimentos Sociais na Região de Lages**. 1990. 310 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Humberto Aloízio de. **Do apito das serrarias ao silêncio das araucárias**: Painel - SC - 1959-1976. 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

OLIVEIRA, Susan A. O Contestado e a Literatura. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa. *et al.* (Org.). **A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Dos redutos aos acampamentos, herança da Guerra do Contestado permanece presente**. 2016. Ednubia Ghisi. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/16/dos-redutos-aos-acampamentos-heranca-da->

guerra-do-contestado-permanece-presente. Acesso em: 14 jan. 2023.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano de Lages**. Lages: Editora Uniplac, 2002.

PEREIRA, Douglas Henrique. **Quem tem mói e quem não tem não vai moer: reflexões sobre o período do pós-guerra do Contestado no Alto Vale do Rio do Peixe (1920-1940)**. 2020. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

PEREIRA, Josilaine Antunes. **A participação de mulheres na economia solidária como estratégia de enfrentamento às violências de gênero na região serrana de Santa Catarina**. 2021. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, São Leopoldo, 2021.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1983.

POLETO, Ivo. **O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a luta pela terra**. Cadernos do CEAS, Salvador, n.19, p. 19-28, maio/jun. 1985.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo - no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus, 1963.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur CLACSO, 2005, p. 117-142.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no brasil**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Guerra contra a nação rural e rebelde brasileira: o caso do Contestado. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa *et al.* (Org.). **A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogos Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set. 2006.

SACHET, Celestino; SACHET, Sérgio. **Histórias de Santa Catarina: o Contestado**. Florianópolis: Século Catarinense, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Encontros de estranhos além do "mar oceano". **Etnográfica**, v. 7, n. 2, p. 431-448, 2003.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os Índios Xokleng Memória Visual**. Editora: UFSC. Florianópolis. 1997.

SÃO CRISTÓVÃO DO SUL. **Decreto 1835/2000**. São Cristóvão do Sul, 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-cristovao-do-sul/decreto/2020/184/1835/decreto-n-1835-2020-dispoe-sobre-a-normativa-para-a-utilizacao-de-bem-publico-na-vila-agricola-a-ser-implantada-no-municipio-de-sao-cristovao-do-sul-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SASSI, Guido Wilmar. **São Miguel**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares; Brasília: INL., 1979.

SCHERER-WARREN, Ilse. O Caráter dos novos movimentos sociais. *In*: SCHERER-WARREN, Ilse. (Org.). **Uma Revolução no Cotidiano?** Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. **Minimanual compacto de história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEGATO, Rita Laura. **Antropologia e direitos humanos**: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 207-236, abr. 2006.

SERPA, Élio. **A guerra do Contestado (1912-1916)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

SOUZA, Rui Bragado. **O Messias Caboclo**: um estudo sobre a religiosidade e a cultura popular dos camponeses no Contestado (1912-1916). 2014. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

STÉDILE, João Pedro; STEVAM, Douglas. **A questão agrária no Brasil**: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular.

2013.

TEDESCO, João Carlos. **A ocupação da granja Macali**: marco na luta camponesa no norte do RS. Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/29/artigo-or-a-ocupacao-da-granja-macali-marco-na-luta-camponesa-no-norte-do-rs-1>. Acesso em: 19 jun. 2023.

THOMÉ, Nilson. **A política do Contestado**: do curral da fazenda ao pátio da fábrica. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2002.

THOMÉ, Nilson. **Os iluminados**: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado. Florianópolis, Editora Insular, 1999.

THOMÉ, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão contestado**. Caçador: Incon Edições/Unc, 1992.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013.

VALENTINI, Delmir José; WITTE, Gerson. Artistas espreitam a História e escrevem com pincéis. In: RODRIGUES, Rogério Rosa. et al. (Org.). **A guerra santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

VALENTINI, Delmir. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil**: a instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906 - 1916). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VARELLA, Flávia Florentino; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2012.

VAZ, Rafael Araldi. Curandeiros, Fanáticos e Possuídos: gestão do imaginário e governamentalidade biopolítica das populações (Planalto Catarinense - Primeira República, 1892-1905). **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 15, n. 45, p. 183-213, abr. 2023.

VIOLA, Eduardo; MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina. *In*: WARREN-SCHERER, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales**: práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya-Yala. Equador, 2017.

WELTER, Tânia. **Encantado no meio do povo**: a presença do profeta São João Maria em Santa Catarina. São Bonifácio: Edições do Instituto Egon Schaden – IES, 2018.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. Educação Não Escolar: refletindo sobre práticas para uma (outra) epistemologia da pedagogia social. **Contrapontos**, Itajaí, v. 7, n. 1, p. 185-199, abr. 2007.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO PLANALTO
CATARINENSE - UNIPLAC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA REGIÃO DO PLANALTO

Pesquisador: VALDEMIR LUÍS DOS SANTOS HOFFMANN

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 74545223.0.0000.5368

Instituição Proponente: Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.416.336

Apresentação do Projeto:

Este projeto tem como título "A MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA REGIÃO DO PLANALTO CATARINENSE". É uma pesquisa em nível de mestrado.

Objetivo da Pesquisa:

Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral "Identificar a memória da Guerra do Contestado neste movimento social do campo, tendo como lócus pesquisado o Planalto Catarinense". E como objetivos específicos " Evidenciar como este fato foi tratado pela historiografia destacando a visão política e suas implicações no campo sociocultural.

Desvelar a memória da Guerra do Contestado na práxis dos processos socioculturais presentes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);

Analisar o legado da Guerra do Contestado por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enquanto permanência e subsequência de um conflito dos movimentos do campo na região do Planalto Catarinense.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco da pesquisa será mínimo, mas pode ocorrer algum tipo de constrangimento no momento de responder o questionário. Se ocorrer algum risco na aplicação da pesquisa, será

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Prédio da Reitoria - 2º andar, sala 10

Bairro: Universitário

CEP: 88.509-900

UF: SC

Município: LAGES

Telefone: (49)3251-1086

E-mail: cep@uniplacages.edu.br

Continuação do Parecer: 6.416.336

encaminhado o pesquisado a clínica escola de psicologia da UNIPLAC, para atendimento gratuito.

Mesmo depois de aceitar/autorizar a participação na pesquisa e assinar o participante continua com o direito de pleitear indenização por reparação de danos que apresente nexos causal com a pesquisa.

Os benefícios da pesquisa consistem na possibilidade de trazer aos participantes reconhecer-se como cidadãos de fato de sua história demonstrando as contribuições do evento Guerra do Contestado e suas heranças no campo das lutas sociais, no legado através da religiosidade popular, na cultura, nos costumes, etc.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide conclusões ou pendências e lista de inadequações.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), considerando a resolução nº 510/2016.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

O desenvolvimento da pesquisa, deve seguir os fundamentos, metodologia e preposições, do modo em que foram apresentados e avaliados por este CEP, qualquer alteração, deve ser imediatamente informada ao CEP-UNIPLAC, acompanhada de justificativa.

O pesquisador deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme descrito na Resolução nº 466/2012.

- a) Desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) Elaborar e anexar na Plataforma Brasil os relatórios parcial e final;
- c) Apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;
- d) Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;
- e) Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e
- f) Justificar fundamentalmente, perante o CEP ou a CONEP. Interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Endereço: Av. Castelo Branco, 170 - Prédio da Reitoria - 2º andar, sala 10

Bairro: Universitário

CEP: 88.509-900

UF: SC

Município: LAGES

Telefone: (49)3251-1086

E-mail: cep@uniplaclages.edu.br

ANEXO B – SÍNTESE DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Nome Fictício	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Ocupação	Religião	Tempo de participação no MST
Bom Sossego	38	Superior Completo	união estável	Produtor Cultural e agricultor	Ateu	7 anos
Caçador Grande	58	4ª Série do primário	casado	Agricultor	Evangélico	8 anos
Caraguatá	67	Ensino Médio	casado	Direção do MST e agricultor	Católico	Desde o início nos anos 1980
Taquaruçu			casado	Carpinteiro e agricultor	Católico	17 anos
Aroeira	49	Analfabeta	casada	Agricultora	Evangélica	8 anos
Colônia Vieira	56	Ensino Fundamental	casada	Agricultora	Católica	20 anos
Maria Santa	55	Ensino Médio	casada	Lider do MST e agricultora	Católica	Começo dos anos 1990
Pedra Branca	34	Superior Completo	união estável	Produtora Cultural e agricultora	Ateia	Desde seu nascimento
Piedade	59	Analfabeta	casada	Aposentada	Evangélica	6 anos
Raiz da Serra	51	Ensino Médio	casada	Agricultora aposentada	Católica	21 anos

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DA ENTREVISTA

A pesquisa “A MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916) NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA REGIÃO DO PLANALTO CATARINENSE” possui como objetivo geral identificar a memória da Guerra do Contestado neste movimento social do campo. Em específico, evidenciar como este fato foi tratado pela historiografia destacando a visão política e suas implicações no campo sociocultural; além disso procura desvelar a memória do conflito na práxis dos processos socioculturais presentes no MST. Sua contribuição para este estudo é voluntária, as informações registradas neste documento preservarão o sigilo e serão utilizadas apenas para a composição desta pesquisa. Agradeço sua colaboração e coloco-me à disposição.

Atenciosamente,

Valdemir Luís dos Santos Hoffmann

Perfil do participante da pesquisa:

- 1) Nome fictício para entrevista:
- 2) Idade:
- 3) Gênero:
- 4) Estado civil:
- 5) Religião:
- 6) Local de nascimento:
- 7) Município onde reside atualmente:

Faz parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) a quantos anos?

Neste local onde reside, está desde a época da ocupação (acampamento)? ou veio residir somente depois do assentamento?

Já ouviu falar ou sabe de algum outro conflito ocorrido neste mesmo território que tenha como luta o direito à terra?

Caso o sujeito da pesquisa mencione a Guerra do Contestado as seguintes indagações serão feitas:

- 1) O que sabe sobre São João Maria?

- 2) O que sabe sobre a Guerra do Contestado?
 - a) Os motivos que levaram esta a acontecer:

 - b) As consequências do pós guerra etc:

- 3) A memória da Guerra do Contestado tem sido usada para construir identidades e memórias coletivas?

- 4) Há alguma comemoração, algum ritual, alguma imagem, foto, ilustração ou alguma obra escrita que lembre a Guerra do Contestado por parte de algum morador acampado ou assentado que seja de conhecimento do entrevistado?

- 5) O entrevistado percebe o acampamento ou assentamento como parte de algo (problema social) que perdura desde a Guerra Contestado? Por quê?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

(Resolução 510/2016 CNS/CONEP)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado **“A MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA REGIÃO DO PLANALTO CATARINENSE”**.

O objetivo deste trabalho é **“identificar a memória da Guerra do Contestado (1912-1916) no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Região do Planalto Catarinense”**. Para realizar o estudo será necessário que se disponibilize a participar de uma entrevista com o pesquisador em espaço de sua casa ou outro que lhe seja conveniente, a entrevista será previamente agendada. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para evidenciar a possível presença de memórias da Guerra do Contestado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Região do Planalto Catarinense. **De acordo com a resolução 510/2016** “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados”. A sua participação terá risco mínimo, podendo ocorrer talvez situações de constrangimento ao responder as questões levantadas na entrevista, e se estes ocorrerem serão solucionados/minimizados encaminhando o pesquisado a clínica escola de psicologia da UNIPLAC e de forma gratuita. Em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual receberá uma cópia. Mesmo após assinar este documento o participante tem o direito de pleitear indenização por reparação de danos que apresente nexos causal com a pesquisa.

Os benefícios da pesquisa consiste na possibilidade de trazer aos participantes reconhecer-se como cidadãos de fato de sua história demonstrando as contribuições do evento Guerra do Contestado e suas heranças no campo das lutas sociais, no legado através da cultura popular, nos costumes etc..

Você terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº510/16 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (49-999827021), ou pelo endereço Rua Manoel Oliveira, 324, Bairro Penha - Lages SC. Se necessário também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC, Av. Castelo Branco, 170, bloco 1, sala 1226, Lages SC, (49) 32511086, email: cep@uniplaclages.edu.br. Desde já agradecemos!

Eu _____ CPF: _____

declaro que após ter sido esclarecido (a) pelo(a) pesquisador(a), lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da pesquisa.

(nome e assinatura do sujeito da pesquisa e/ou responsável legal)

_____, _____ de _____ de _____

Responsável pelo projeto: Valdemir Luís dos Santos Hoffmann
Endereço: Rua Manoel Oliveira, 324. Telefone: (049) 9 99827021
E-mail: valdemir.hoffmann@uniplaclages.edu.br